

TURISMO, PLANEJAMENTO E SUSTANTABILIDADE

Gestão Territorial, Patrimônio
e Desenvolvimento Local



Regina Cláudia Soares do Rêgo Pacheco
Alyne Costa de Andrade
Gilvânia Andrade do Nascimento
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Sérgio Luiz de Oliveira Vilela
Márcio Vinicius Brito Pessoa



Regina Cláudia Soares do Rêgo Pacheco
Alyne Costa de Andrade
Gilvânia Andrade do Nascimento
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva
Sérgio Luiz de Oliveira Vilela
Márcio Vinicius Brito Pessoa

TURISMO, PLANEJAMENTO E SUSTANTABILIDADE

**Gestão Territorial, Patrimônio
e Desenvolvimento Local**

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Jasmine Soares Ribeiro Malta

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Jasmine Soares Ribeiro Malta (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

Carolina de Aquino Gomes

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz



Comissão Organizadora

Profª. Dra Regina Cláudia Soares do Rêgo Pacheco

Profª. Esp. Alyne Costa de Andrade

Profª. Ma. Gilvânia Andrade do Nascimento

Prof. Dr. Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva

Prof. Dr. Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Prof. Dr. Márcio Vinicius Brito Pessoa

Revisão

Maria Elenice Pereira da Silva

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação.

Erik Fernando da Silva Ivanov

Estúdio Tapioca

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

T938 Turismo, planejamento e sustentabilidade : gestão territorial, patrimônio e desenvolvimento local / organizadores, Regina Cláudia Soares do Rêgo Pacheco, Alyne Costa de Andrade, Gilvânia Andrade do Nascimento, Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva, Sérgio Luiz de Oliveira Vilela, Márcio Vinicius Brito Pessoa. – Teresina : EDUFPI, 2026.
236 p. : il.

ISBN: 978-65-5904-499-3

Publicação digital (e-book) no formato PDF.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Ecoturismo. 3. Patrimônio cultural. 4. Planejamento territorial. 5. Sustentabilidade. 6. Turismo. I. Pacheco, Regina Cláudia Soares do Rêgo. II. Andrade, Alyne Costa de. III. Nascimento, Gilvânia Andrade do. IV. Silva, Kelsen Arcângelo Ferreira e. V. Vilela, Sérgio Luiz de Oliveira. VI. Pessoa, Márcio Vinicius Brito.

CDD 338.9

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil





SUMÁRIO

- 4 Apresentação**
- 7 Gestão do Ecoturismo e Sustentabilidade:
o caso da Laguna Mundaú (AL)**
- 40 O Ecoturismo e o Turismo Cultural como
instrumentos de valorização e preservação
do Parque Municipal Pedra Do Castelo – PI**
- 73 Turismo Sustentável: o caso do Parque
Municipal Pedra do Castelo -PI**
- 107 Planejamento Turístico Integrado e
Patrimônio Arqueológico: o caso da
cidade Inhumas (PI)**
- 142 Turismo e Arqueologia Rupestre:
o caso Alcinópolis - MS**
- 184 Gestão Sustentável do Patrimônio Cultural:
o caso de Volta Redonda/RJ**
- 233 Conclusão Editorial**

Apresentação

O turismo, enquanto fenômeno social, econômico e territorial, tem assumido papel estratégico nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável, planejamento público e valorização do patrimônio cultural e natural. Em contextos marcados por desigualdades regionais, fragilidades institucionais e desafios socioambientais, pensar o turismo de forma integrada, participativa e planejada torna-se não apenas desejável, mas necessário.

É nesse cenário que se insere o presente e-book, **“Turismo, Planejamento e Sustentabilidade: Gestão Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Local”**, concebido como uma coletânea acadêmica que reúne estudos, reflexões e experiências voltadas à compreensão do turismo como instrumento de ordenamento territorial, fortalecimento de identidades locais e promoção do desenvolvimento sustentável. A obra articula abordagens teóricas e análises empíricas que dialogam com políticas públicas, governança, gestão do patrimônio e práticas de ecoturismo em diferentes realidades territoriais brasileiras.

Os capítulos aqui reunidos resultam de pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação em Turismo e de investigações aplicadas que evidenciam a diversidade de enfoques e escalas do campo turístico. Ao longo da obra, o leitor encontrará discussões que vão desde fundamentos conceituais do planejamento turístico e da sustentabilidade, passando por modelos de governança participativa, até estudos de caso sobre

patrimônio cultural, arqueológico e natural, com destaque para municípios e territórios que enfrentam desafios comuns aos destinos turísticos emergentes.

A proposta editorial do e-book prioriza a coerência temática e a progressão analítica, organizando os capítulos de modo a conduzir o leitor do plano conceitual ao plano aplicado. Dessa forma, a coletânea busca não apenas contribuir para o avanço do debate acadêmico, mas também oferecer subsídios práticos a gestores públicos, profissionais do turismo, estudantes e pesquisadores interessados em compreender o turismo como política pública e como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A organização dos capítulos deste e-book segue uma lógica analítica que articula fundamentos conceituais, estudos de caso e reflexões aplicadas sobre turismo, planejamento e sustentabilidade. A coletânea foi estruturada de modo a permitir leituras complementares de territórios específicos, analisados sob diferentes enfoques teóricos, metodológicos e escalares. Assim, alguns capítulos debruçam-se sobre um mesmo espaço geográfico, como a Laguna Mundaú (AL) e o Parque Municipal Pedra do Castelo (PI), explorando dimensões distintas, tais como gestão do ecoturismo, governança, patrimônio cultural, turismo sustentável e participação comunitária. Essa opção editorial não configura repetição temática, mas sim uma estratégia de aprofundamento, que possibilita compreender a complexidade dos territórios turísticos a partir de múltiplas perspectivas, enriquecendo a análise e ampliando o diálogo entre os textos.

Ao reunir diferentes olhares, experiências e metodologias, esta obra reafirma a importância do turismo enquanto campo interdisciplinar, capaz de dialogar com a cultura, o meio ambiente, a economia e a gestão pública. Espera-se que os textos aqui apresentados estimulem reflexões críticas, inspirem novas pesquisas e contribuam para a construção de práticas turísticas mais responsáveis, inclusivas e comprometidas com a valorização dos territórios e de suas populações.

Os organizadores agradecem aos autores e autoras pela qualidade dos trabalhos apresentados e pela disposição em integrar esta coletânea, bem como às instituições de ensino e aos orientadores que contribuíram para a consolidação das pesquisas que deram origem a esta obra. Que este e-book possa servir como referência acadêmica e como instrumento de reflexão e ação no campo do turismo e do desenvolvimento sustentável.

Gestão do Ecoturismo e Sustentabilidade: o caso da Laguna Mundaú (AL)

Disnaldo Araújo e Silva

Aldemyra Rodrigues Damasceno

Christiane Carvalho Veloso

Após a contextualização geral da obra, o primeiro capítulo inaugura a coletânea com uma abordagem que articula ecoturismo, sustentabilidade e gestão territorial a partir de um estudo empírico. O foco recai sobre a Laguna Mundaú, em Maceió (AL), analisada sob a perspectiva da participação comunitária, da governança e dos impactos socioambientais do turismo. O capítulo combina referencial teórico consistente, dados de campo e estabelece uma base analítica que orienta as discussões subsequentes do e-book, especialmente no que se refere à relação entre turismo, território e desenvolvimento local.

1.1 Introdução

O ecoturismo fundamenta-se na aplicação de princípios e critérios que orientam a busca pela sustentabilidade socioambiental. Para que essa sustentabilidade se concretize, é essencial um planejamento participativo que integre diferentes setores e, sobretudo, envolva ativamente a comunidade local. A gestão responsável do ecoturismo exige não apenas infraestrutura adequada, mas também a qualificação dos profissionais envolvidos, garantindo equilíbrio entre conservação ambiental, desenvolvimento social e viabilidade econômica (Duarte, 2002).

Apesar de seu potencial, o ecoturismo pode gerar impactos negativos, como a perda de habitats e alterações nos padrões de comportamento da fauna, quando não conduzido de forma planejada. Nesse sentido, autores como Fennell (2008) e Honey (2008) defendem que o ecoturismo deve minimizar impactos ambientais e maximizar benefícios sociais, fortalecendo a educação ambiental e a conscientização coletiva sobre a importância da conservação. O desafio, portanto, consiste em alinhar os objetivos de preservação com as demandas econômicas e sociais, evitando que o turismo em ecossistemas frágeis resulte em degradação da paisagem e perda da biodiversidade.

Nesse contexto, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: de que forma o ecoturismo na Laguna Mundaú, em Maceió, Alagoas, contribui para a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região? A resposta a essa indagação permitirá identificar práticas

já existentes, analisar seus impactos e propor estratégias que fortaleçam um modelo de turismo capaz de articular a proteção do patrimônio natural ao bem-estar das comunidades locais.

O objetivo geral do estudo é analisar a contribuição do ecoturismo para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável na Laguna Mundaú. Os objetivos específicos deste trabalho consistem: 1. compreender o ecoturismo sustentável, seus conceitos, princípios e debates relacionados à sustentabilidade, participação comunitária e planejamento turístico; 2. analisar as práticas ecoturísticas existentes na Laguna Mundaú, seus impactos socioambientais e o envolvimento das comunidades locais; e 3. propor estratégias de gestão que fortaleçam a sustentabilidade do ecoturismo na região, conciliando preservação ambiental, geração de renda e valorização cultural.

A Laguna Mundaú, configura-se como um ambiente de relevância ecológica e socioeconômica, com forte potencial para o desenvolvimento do ecoturismo. Por tratar-se de um ecossistema vulnerável, sua conservação requer atenção especial, uma vez que desequilíbrios ambientais podem comprometer tanto a biodiversidade quanto o modo de vida das comunidades ribeirinhas. O estudo do ecoturismo nesse território se justifica, portanto, pela necessidade de compreender como a atividade pode ser conduzida de forma sustentável, conciliando preservação dos recursos naturais, geração de renda e valorização cultural.

Dessa forma, este estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e prático sobre ecoturismo sustentável, ofe-

recendo reflexões que possam orientar tanto a gestão pública quanto as iniciativas comunitárias e privadas. A literatura a seguir busca situar o ecoturismo no campo da sustentabilidade, do planejamento turístico e da participação comunitária, fornecendo a base para as análises e proposições desenvolvidas ao longo do trabalho.

1.2 Ecoturismo e Sustentabilidade

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2006), o turismo compreende deslocamentos temporários e a oferta de serviços como hospedagem, transporte e agenciamento, situando-se no setor terciário da economia. Essa definição, entretanto, privilegia a dimensão econômica e não contempla integralmente as exigências de conservação e inclusão social. Por isso, autores como Fennell (2008) e Honey (2008) ampliam essa noção ao defender que o ecoturismo deve minimizar impactos ambientais, promover educação ambiental e fortalecer a participação das comunidades locais.

O ecoturismo, portanto, distingue-se por articular visitação, educação ambiental e conservação em um arranjo que requer manejo territorial, interpretação qualificada e vínculos culturais (Arruda; Lobo, 2016). Não se trata de um rótulo comercial, mas de princípios que precisam ser verificáveis, replicáveis e auditáveis. Quando esses princípios se vinculam a objetivos públicos, a atividade deixa de representar mero consumo de paisagens e passa a gerar valores socioambientais.

Essa lógica exige respeitar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Visitações sem limites definidos convertem a promessa de conservação em risco de degradação, enquanto a ausência de pactos comunitários desorganiza economias locais (Ferreira et al., 2016). Na Laguna Mundaú, essa questão é particularmente sensível, pois a pressão sobre a pesca artesanal e sobre a paisagem ribeirinha pode comprometer tanto a biodiversidade quanto o modo de vida das comunidades tradicionais.

Ferreira et al. (2016) reforçam que a sustentabilidade econômica do ecoturismo não está na massificação da oferta, mas na qualidade do produto e na repartição justa dos benefícios. Esse princípio aplica-se diretamente ao caso da Mundaú: a atividade turística só será sustentável se gerar renda e oportunidades para os ribeirinhos, sem descaracterizar o território.

Autores como Maganhotto, Alberton, Bonetti e Lohmann (2018) acrescentam que a sustentabilidade não é um padrão fixo, mas um processo adaptativo. Ela se constrói de forma situada e se ajusta a contextos, envolvendo dimensões ambientais, socioculturais, econômicas e político-institucionais. Assim, ecoturismo sustentável e desenvolvimento comunitário são dimensões inseparáveis, articuladas por meio da coordenação entre atores e da aprendizagem institucional.

Em síntese, o ecoturismo sustentável demanda equilíbrio entre conservação, valorização cultural e benefícios locais. Na Laguna Mundaú, isso significa conciliar o uso turístico com a preservação dos ecossistemas frágeis e com a inclusão socioeconômica das comunidades ribeirinhas.

1.3 Comunidade, Desenvolvimento e Planejamento Sustentável

O desenvolvimento local via ecoturismo exige mais do que receitas econômicas imediatas. Envolve reorganizar as relações entre território, trabalho e natureza, com base em pactos de governança, acordos produtivos de baixo impacto e repartição justa dos benefícios (Santos et al., 2022). Nesse sentido, a governança precisa ser entendida como paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e depende da cooperação entre agentes públicos, privados e do terceiro setor (Trentin, 2016).

Planejar com a comunidade significa transformar visões coletivas em projetos exequíveis e monitorar os resultados pactuados. Eyerkauf et al. (2020) ressaltam que o planejamento estratégico participativo, aliado a indicadores de sustentabilidade, fortalece escolhas públicas informadas e reduz assimetrias de poder. No caso da Laguna Mundaú, isso implica dar voz às comunidades que vivem da pesca e do extrativismo, garantindo que sua participação seja contínua, e não apenas consultiva.

A literatura nacional também destaca esse ponto. Ruschmann (1997) defende que o turismo só é sustentável quando incorpora gestão participativa e monitoramento ambiental. Beni (2003) argumenta que a atividade deve ser compreendida como um sistema integrado de fatores econômicos, sociais e culturais. Irving (2002) acrescenta que o ecoturismo só se torna transformador quando garante protagonismo às populações locais nas decisões de planejamento. Esses aportes reforçam a

pertinência de pensar a Laguna Mundaú dentro de um modelo de governança participativa e de desenvolvimento endógeno.

Leitão (2023) mostra que a roteirização de atrativos, a qualificação de atores e o acompanhamento contínuo podem transformar potencial em trajetória de desenvolvimento, desde que respeitadas as especificidades locais. Spaolonse e Martins (2017) complementam que o ecoturismo se diferencia justamente por seu compromisso com a conservação ambiental e com o benefício comunitário. Essa abordagem converge com Duarte (2002), que já destacava a necessidade de integrar infraestrutura, qualificação profissional e inclusão comunitária como pilares da gestão turística.

Ao revisar experiências, Maganhotto et al. (2018) reforçam que trajetórias de sustentabilidade são contextuais e adaptativas, dependendo da coordenação de atores e da aprendizagem institucional. No plano normativo, a Agenda 2030 e o fortalecimento de instituições de controle conferem perenidade às políticas, reduzindo a volatilidade e garantindo continuidade de metas socioambientais (Arruda; Lobo, 2016).

Em síntese, o desenvolvimento local no ecoturismo deve ser entendido como processo participativo e adaptativo, articulando governança cooperativa, planejamento estratégico e valorização cultural. Para a Laguna Mundaú, essa compreensão é fundamental: a sustentabilidade da atividade dependerá de como Estado, comunidade e setor privado conseguem coordenar esforços para preservar a biodiversidade e fortalecer o bem-estar das populações ribeirinhas.

1.4 Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e descritiva. A escolha se justifica pela necessidade de compreender as percepções da comunidade ribeirinha da Laguna Mundaú, em Maceió (AL), sobre os impactos do ecoturismo, relacionando-as com os princípios de sustentabilidade, participação comunitária e planejamento turístico discutidos por autores como Arruda e Lobo (2016), Irving (2002), Fennell (2008) e Honey (2008). O recorte empírico da pesquisa centra-se exclusivamente na comunidade local, em razão do tempo reduzido para coleta e análise de dados e pela relevância desse grupo social como protagonista do desenvolvimento sustentável na região.

O universo da pesquisa é composto por moradores das comunidades ribeirinhas da Laguna Mundaú que mantêm relação direta com o território e com as atividades produtivas locais, como pesca, mariscagem, comércio e serviços associados ao turismo. A amostra será não probabilística por conveniência, considerando a acessibilidade aos participantes e a diversidade mínima de perfis representativos da comunidade.

O instrumento de coleta de dados será um questionário fechado, elaborado a partir de categorias extraídas da literatura especializada. Ruschmann (1997) e Irving (2002) destacam a necessidade de captar percepções sobre impactos ambientais e benefícios sociais; Ferreira et al. (2016) enfatizam a avaliação da geração de renda e de oportunidades econômicas; Fennell

(2008) e Honey (2008) ressaltam a importância da educação ambiental e da valorização cultural; enquanto Santos et al. (2022), Eyerkauf et al. (2020) e Duarte (2002) sublinham a participação comunitária e a governança como elementos fundamentais para a sustentabilidade do ecoturismo. A opção por um questionário fechado se deve à necessidade de viabilizar a aplicação no tempo disponível e de facilitar a tabulação e análise dos dados, sem comprometer a consistência científica da pesquisa.

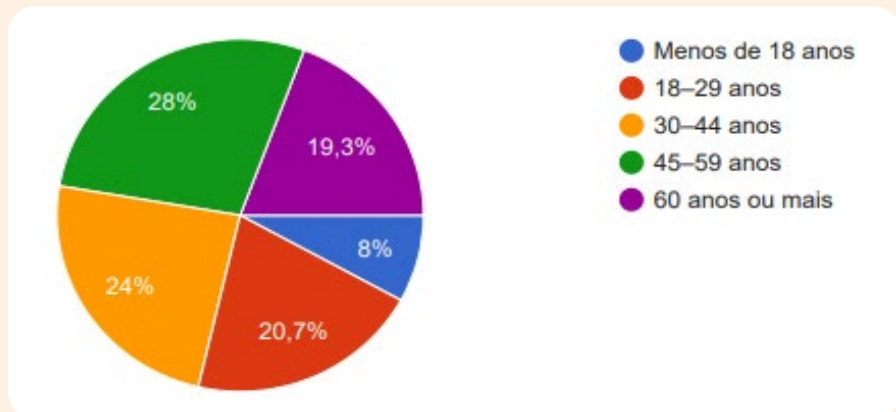
Quanto ao tratamento dos dados, as respostas serão organizadas em planilhas eletrônicas e submetidas à estatística descritiva simples (percentuais e frequências), possibilitando a análise objetiva das percepções da comunidade. Os resultados obtidos serão interpretados à luz da literatura, permitindo identificar em que medida o ecoturismo na Laguna Mundaú tem contribuído para a conservação ambiental, a valorização cultural e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.

1.5 Análise e Discussão dos Resultados

O Gráfico 1 apresenta a distribuição etária dos 150 respondentes. Observa-se predominância de adultos de 45-59 anos (28%), seguidos pelo grupo de 30 - 44 anos (24%). As faixas de 18 -29 anos e de 60 anos ou mais aparecem em patamares semelhantes, com 20,7% e 19,3%, respectivamente, enquanto os menores de 18 anos representam a menor parcela (8%). Em síntese, trata-se de uma amostra majoritariamente adulta

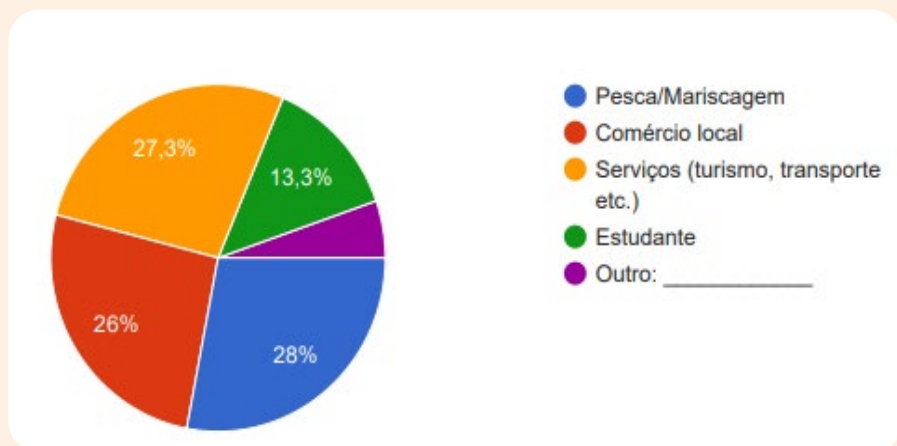
e madura, o que tende a influenciar percepções e prioridades reportadas nas questões subsequentes.

Gráfico 1: Perfil Sociodemográfico - Idade



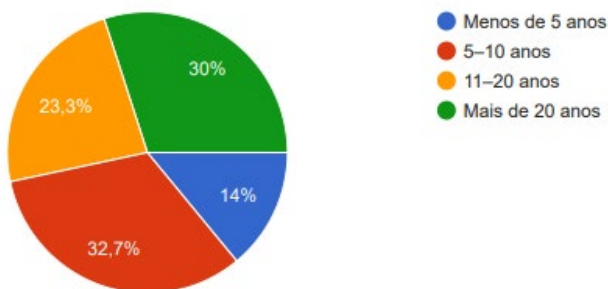
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O Gráfico 2 mostra a ocupação principal dos 150 respondentes e indica uma estrutura produtiva ancorada em três frentes de peso semelhante: pesca/mariscagem (28%), serviços ligados ao turismo e transporte (cerca de 27,3%) e comércio local (26%). Estudantes somam 13,3%, enquanto respostas em “outro” que não aparecem no gráfico, o que reforça a sua insignificância estatística. Em conjunto, os dados sugerem uma base econômica local fortemente vinculada às atividades tradicionais e aos serviços turísticos, o que tende a moldar as percepções sobre usos do território e oportunidades de renda analisadas nas seções seguintes.

Gráfico 2: Perfil Sociodemográfico – Ocupação

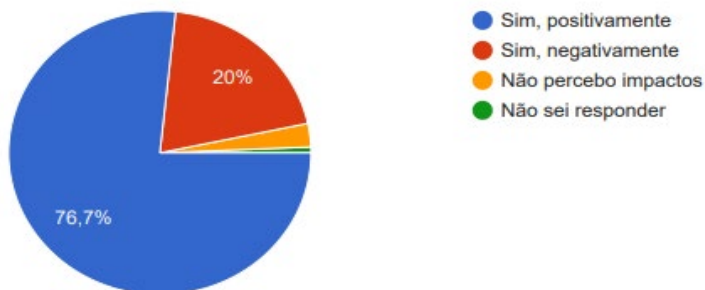
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Além disso, ainda considerando o perfil sociodemográfico dos participantes, o Gráfico 3 descreve o tempo de residência na comunidade e revela forte enraizamento local: 30% moram há mais de 20 anos e 23,3% entre 11- 20 anos, somando mais da metade com longa permanência. Há ainda 32,7% com 5 -10 anos, indicando um contingente intermediário relevante. Os recém-chegados (menos de 5 anos) correspondem a 14%, a menor fração. Em conjunto, o perfil sugere memória social consolidada e conhecimento acumulado do território, fatores que tendem a qualificar as percepções reportadas nas questões sobre uso, conservação e dinâmica econômica local.

Gráfico 3: Perfil Sociodemográfico – Residência na Comunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O Gráfico 4, que abre o Bloco 2 (Impactos ambientais), mostra que a ampla maioria dos 150 respondentes entende que o turismo na Laguna Mundaú impacta positivamente o meio ambiente (76,7%), enquanto 20% o percebem como negativo. Respostas de indecisão ou de ausência de impactos aparecem de forma residual com percentuais insignificantes estatisticamente.

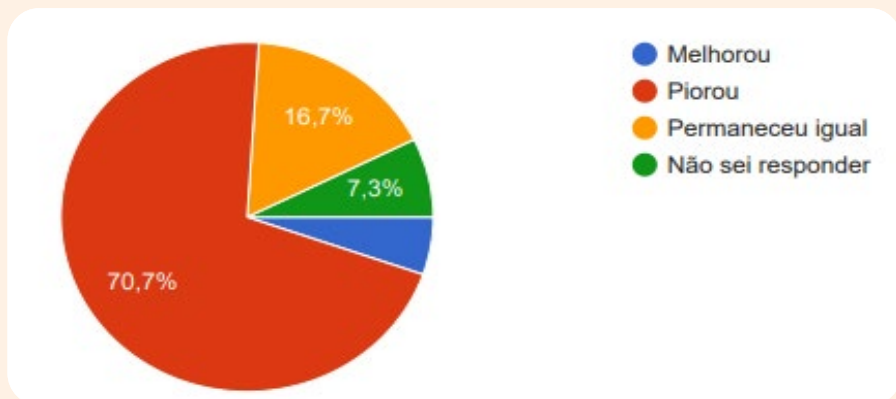
Gráfico 4: Impacto Ambiental – Positivo ou Negativo

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A predominância de percepções favoráveis é compatível com a noção de ecoturismo como prática capaz de promover conservação e educação ambiental quando orientada por princípios claros de planejamento e responsabilidade, como argumenta Fennell (2003) e reforça Honey (2008). Ao mesmo tempo, o contingente que percebe efeitos adversos indica que esses ganhos não são automáticos: dependem de instrumentos operacionais, como limites de visitação/capacidade de carga, qualificação da interpretação ambiental e coerência do produto com o território, tal como detalham Maganhotto et al. (2018) e Spaolonse et al. (2017).

A viabilidade desses instrumentos, por sua vez, está condicionada a arranjos de governança com objetivos, indicadores e responsabilidades definidos, perspectiva enfatizada por Arruda e Lobo (2016), ao vincular uso público e conservação em marcos normativos específicos, como também salientam Nascimento e Rodrigues (2024). O alinhamento das percepções locais com esse referencial reforça a centralidade do planejamento e da governança do turismo para sustentar resultados ambientais, tal como sintetiza a revisão sobre planejamento e governança no desenvolvimento sustentável do turismo (Santos et al., 2022).

O Gráfico 5 revela percepção de degradação: 70,7% apontam piora na qualidade da água, do peixe e do sururu; 16,7% dizem que permaneceu igual; 7,3% não souberam responder; e apenas uma fração minoritária percebe melhora com percentual não representado no gráfico, o que demonstra sua insignificância estatística.

Gráfico 5: Impacto Ambiental – Mudanças percebidas

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse padrão indica que benefícios do turismo não se traduzem automaticamente em qualidade ecológica e exigem gestão ancorada em objetivos, regras de uso público e fiscalização contínua, como defendem Nascimento e Rodrigues (2024). Para reverter a tendência, é necessário institucionalizar indicadores e responsabilidades em arranjos de governança que conectem planejamento a resultados, conforme argumentam Santos et al. (2022). Em nível operacional, protocolos monitoráveis, incluindo limites de suporte, qualificação da interpretação ambiental e ajustes adaptativos, **são componentes-chave do produto ecoturístico sustentável, como destacam** Maganhotto et al. (2018).

O Gráfico 6 indica que o turismo trouxe ganhos econômicos para a comunidade, mas com alcance desigual: 61,3% percebem melhora para muitas famílias e 38% apenas para pou-

cas; respostas de “não trouxe melhorias” ou “não sei responder” são residuais e sem significância estatística.

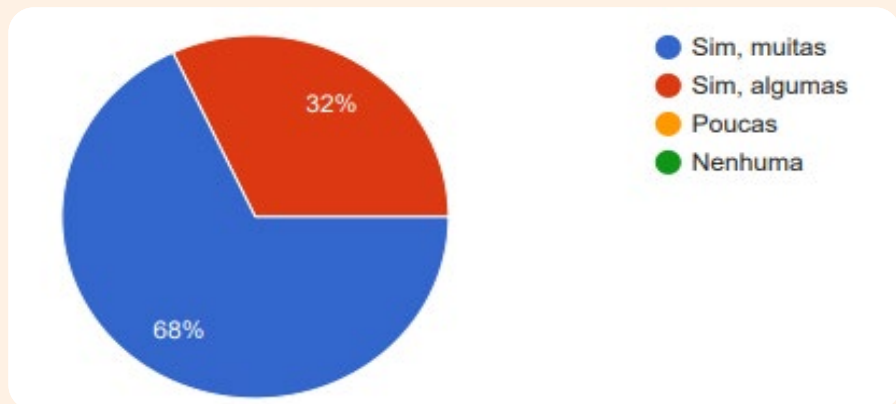
Gráfico 6: Benefícios – Melhoria de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse padrão sugere que a expansão de renda depende menos de volume de visitantes e mais da qualidade do produto e da governança dos benefícios, como argumentam Ferreira et al. (2016). Para ampliar o efeito distributivo, a literatura aponta a necessidade de arranjos de governança com papéis e métricas claras: compras locais, encadeamento com serviços comunitários e repartição transparente, conectando planejamento a resultados, como discute Santos et al. (2022).

O Gráfico 7 aponta que o turismo é importante gerador de trabalho local: 68% dos respondentes percebem “muitas” oportunidades e 32% “algumas”.

Gráfico 7: Benefícios – Oportunidades de trabalho

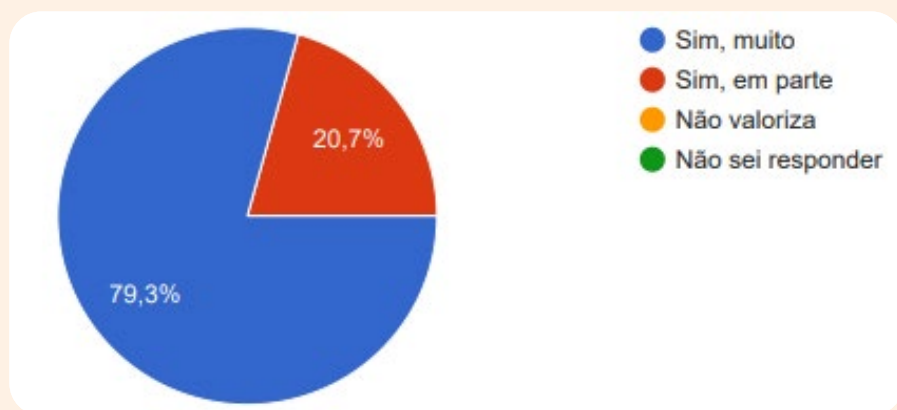
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse resultado sugere um mercado dinâmico, mas que demanda qualificação e organização da oferta para consolidar empregos e ampliar inclusão, como enfatiza Leitão (2023) ao relacionar planejamento de roteiros e formação de atores à capacidade de retenção de renda. Para que tais oportunidades se convertam em trabalho estável e em cadeias produtivas locais, é decisivo articular governança e indicadores que conectem metas a entregas, por exemplo, compras locais e encadeamento com serviços da comunidade, conforme propõem Eyerkauffer et al. (2020). Além disso, a expansão do emprego deve priorizar valor agregado e coerência com o território, em vez de puro aumento de fluxo, perspectiva defendida por Ferreira et al. (2016).

No Gráfico 8, 79,3% dos respondentes consideram que o turismo valoriza muito as tradições da comunidade, enquanto 20,7% avaliam que valoriza em parte; menções a “não valoriza”

ou “não sei responder” não foram votadas. O resultado indica aderência entre a oferta turística e os referenciais culturais do território e sugere que a curadoria de experiências e a mediação interpretativa estão convertendo patrimônio imaterial em valor percebido, exatamente o que Fennel (2003) descreve como condição para reforço identitário e o que Spaolonse e Martins (2017) vinculam ao compromisso comunitário do ecoturismo.

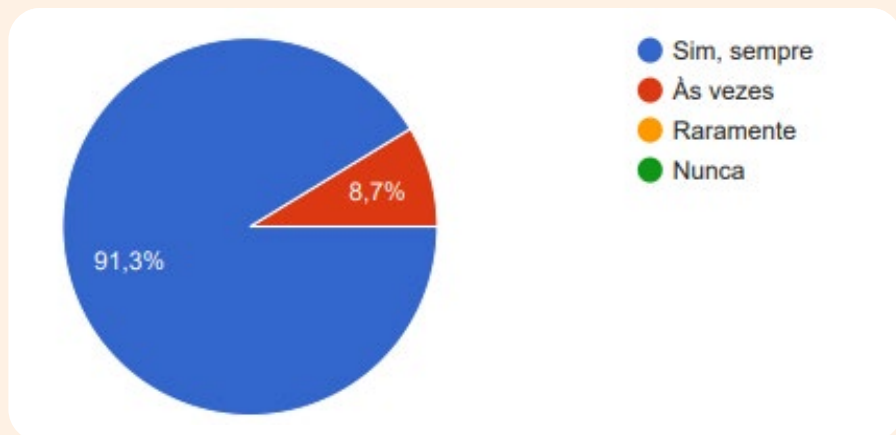
Gráfico 8: Cultura e Identidade – Valorização das tradições locais



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No Gráfico 9, 91,3% dos respondentes afirmam sentir orgulho “sempre” quando visitantes conhecem a comunidade e sua cultura, e 8,7% dizem “às vezes”; respostas negativas não foram apontadas.

Gráfico 9: Cultura e Identidade – Satisfação pelo reconhecimento cultural

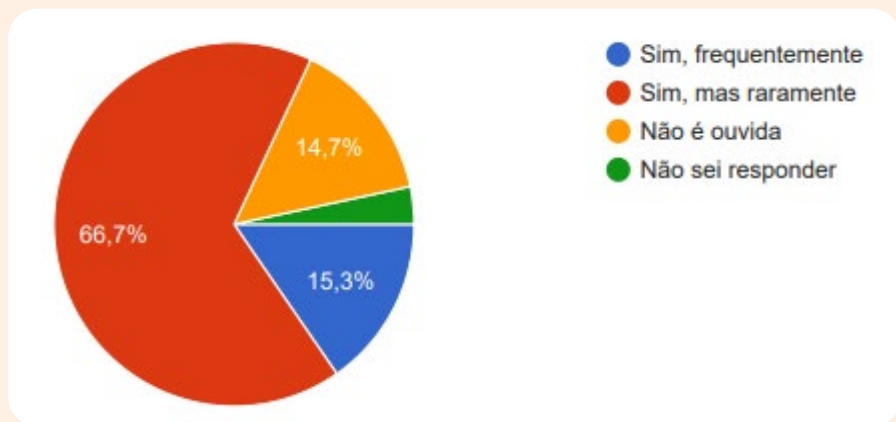


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Esse resultado sugere fortalecimento da autoestima coletiva e reforço identitário quando a visitação dá visibilidade a práticas locais, em linha com a ideia de que o turismo, ancorado no patrimônio cultural, amplia reconhecimento e coesão (Fennell, 2003). Esse efeito é potencializado quando a experiência é mediada por interpretação e curadoria que conectam saberes e narrativas do território ao visitante, condição que torna o orgulho socialmente difusível e educacionalmente relevante (Nascimento; Rodrigues, 2024). A leitura também converge com a distinção do ecoturismo como segmento comprometido com benefício comunitário e conservação, na medida em que o engajamento cultural integra valor econômico e sentido de pertencimento (Spaolonse; Martins, 2017).

No Gráfico 10, 66,7% afirmam que a comunidade é ouvida, “mas raramente”, 15,3% dizem que é ouvida “frequentemente”, e 14,7% apontam que “não é ouvida”; indecisos são residuais e insignificante estatisticamente.

Gráfico 10: Governança e Participação – Escuta da comunidade

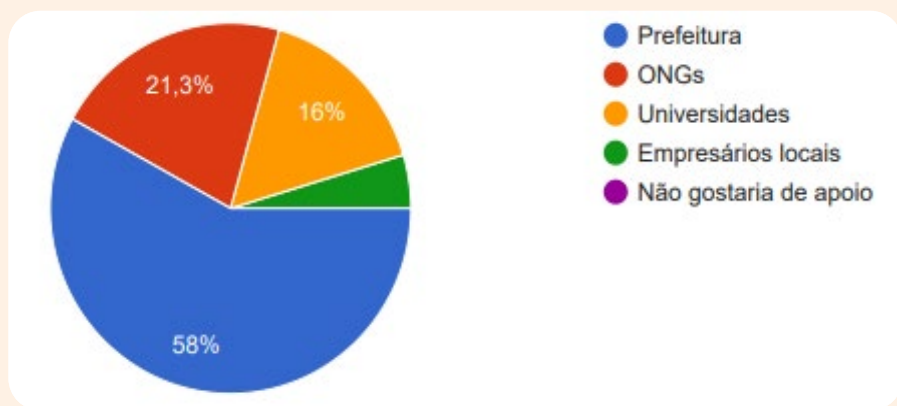


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O desenho sugere mecanismos predominantemente consultivos, com baixa influência deliberativa. Para que a escuta se traduza em decisões e resultados, Santos et al. (2022) defendem instâncias estáveis de participação com papéis e métricas claras. Nessa mesma direção, Eyerkauffer et al. (2020) propõem institucionalizar indicadores e responsabilidades na governança, conectando planejamento a entregas verificáveis, condição necessária para que a participação deixe de ser episódica e passe a orientar o ciclo de políticas no turismo da Laguna Mundial.

No Gráfico 11, a maioria dos respondentes prefere receber apoio da prefeitura (58%), seguida por ONGs (21,3%) e universidades (16%); empresários locais e “não gostaria de apoio” aparecem de forma residual e sem significância estatística.

Gráfico 11: Governança e Participação – Recebimento de apoio

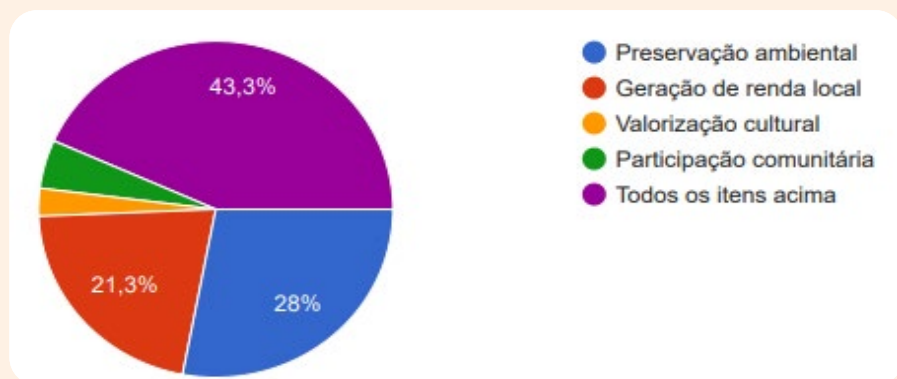


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A forte demanda por suporte municipal é coerente com a ideia de protagonismo estatal e coordenação interinstitucional no turismo, defendida por Arruda e Lobo (2016). Ao mesmo tempo, a presença significativa de ONGs e universidades aponta para arranjos cooperativos que integrem planejamento, formação e monitoramento por indicadores, como propõem Eyerkauffer et al. (2020). Em termos práticos, o resultado sugere pactos de governança que articulem prefeitura, sociedade civil e academia em metas verificáveis para qualificar o ecoturismo.

No Gráfico 12, 43,3% dos respondentes apontam que “todos os itens” devem ser priorizados para a sustentabilidade do turismo na Laguna Mundaú; em seguida, aparecem preservação ambiental (28%) e geração de renda local (21,3%), enquanto valorização cultural e participação comunitária aparecem no gráfico 12, sem significância estatística. Esse resultado indica preferência por uma agenda integrada ambiental, econômica e sociocultural, em sintonia com a compreensão de sustentabilidade como processo multidimensional e adaptativo (Maganhotto et al., 2018). Ao mesmo tempo, a ênfase no conjunto demanda institucionalizar indicadores e responsabilidades para ligar planejamento a entregas verificáveis (Eyerkauffer et al., 2020). Em termos de direção pública, a prioridade ampla sugerida pela comunidade reforça o protagonismo estatal e a coordenação interinstitucional alinhada à Agenda 2030 (Arruda; Lobo, 2016).

Gráfico 12: Governança e Participação – Prioridades



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em conjunto, os resultados mostram avanços e tensões: a maioria percebe impactos positivos do turismo, mas 70,7% relatam piora recente na qualidade da água; há ampliação de renda (61,3% para muitas famílias) e de trabalho (68% veem muitas oportunidades), forte valorização cultural (79,3%) e orgulho identitário (91,3%), porém a comunidade se sente pouco ouvida (66,7%) e demanda apoio sobretudo da prefeitura (58%). Esse quadro indica potencial de desenvolvimento já em curso, mas condicionado a governança com objetivos e regras claras de uso público e interpretação ambiental, como defendem Nascimento e Rodrigues (2024); a instâncias estáveis de participação e coordenação interinstitucional, conforme Santos et al. (2022); e a protocolos operacionais monitoráveis, com limites de suporte, indicadores e ajustes adaptativos, para alinhar visitação à conservação e à distribuição de benefícios, na mesma perspectiva de Maganhotto et al. (2018).

Para fortalecer a sustentabilidade do ecoturismo na Laguna Mundaú, seria recomendado um pacote integrado de gestão que comece pela governança com objetivos, indicadores e responsabilidades claras, transformando a participação hoje percebida como consultiva em instâncias deliberativas estáveis. Isso implica instituir monitoramento contínuo de qualidade da água, esforço de pesca e fluxos de visitação; pactuar limites de suporte e regras de uso público; e qualificar a interpretação ambiental para converter visita em aprendizagem e apoio à conservação. Tais medidas alinham-se à diretriz de uso público ancorado em marcos normativos e funções de pesquisa, inter-

pretação e recreação descritas por Nascimento e Rodrigues (2024) e ao chamado de Santos et al. (2022) por métricas que conectem planejamento a entregas verificáveis.

No plano econômico e sociocultural, as estratégias devem priorizar retenção local de valor e autenticidade do produto: compras públicas e privadas na comunidade, encadeamento com serviços locais (guias, transporte, alimentação, artesanato), formação continuada de atores e curadoria cultural que salvasse ofícios e identidades. Em vez de ampliar volume de visitantes, a ênfase recai na qualidade da experiência e na coerência com a fragilidade do ecossistema, como defendem Ferreira et al. (2016) ao discutir valor agregado e como sistematizam Maganhotto et al. (2018) ao tratar da sustentabilidade como processo adaptativo, com protocolos monitoráveis de impacto ambiental, distribuição equitativa de benefícios e valorização cultural.

1.6 Considerações Finais

Retomando o questionamento inicial desta investigação, nota-se que o ecoturismo na Laguna Mundaú contribui para a conservação e para o desenvolvimento sustentável quando transforma a visita em apoio concreto à proteção do ecossistema e em geração de trabalho e renda ancorada no território. Existe a percepção majoritária de benefícios do turismo, sobretudo na criação de oportunidades de emprego e na ampliação de renda para muitas famílias, além de forte valorização cultural

e orgulho identitário. Ao mesmo tempo, a piora percebida na qualidade da água indica que os ganhos não são automáticos e dependem de gestão ativa do uso do ambiente, monitoramento contínuo e coordenação entre atores locais para evitar pressões sobre o recurso pesqueiro e os serviços ecossistêmicos.

O ecoturismo sustentável articula visita  o, conserva  o, educa  o ambiental e benefício comunitário, orientado por princípios como integridade ecológica, participa  o social, coerência cultural e governança com metas e indicadores. Na Laguna Mundaú, as práticas ecoturísticas existentes geram trabalho e renda, valorizam tradições e elevam o sentimento de pertencimento, mas convivem com sinais de degrada  o hídrica e baixa influência deliberativa da comunidade nas decisões. Em síntese, há um produto com identidade e potencial, porém ainda necessitado de regras claras de uso público, interpreta  o ambiental qualificada e mecanismos estáveis de participa  o para que a conserva  o caminhe com a inclusão econômica e cultural.

Como proposta objetiva de melhoria, recomenda-se instituir um plano de governança com instâncias deliberativas regulares; definir objetivos e indicadores públicos (qualidade da água, esforço de pesca, fluxo de visitantes, compras locais); adotar limites de suporte e regras de visita  o; fortalecer a fiscaliza  o; qualificar a interpreta  o ambiental e a curadoria cultural; e implementar políticas de reten  o de valor no território (encadeamento com guias, transporte, alimenta  o e artesanato locais).

O estudo oferece duas contribuições complementares: no plano teórico, organiza uma matriz analítica integrada (ambiental, sociocultural, econômico e político-institucional) para interpretar o ecoturismo como sistema de gestão e não apenas como segmento de mercado, articulando princípios, indicadores e arranjos de governança aplicáveis a contextos análogos; no plano prático, transforma percepções locais em insumos operacionais, propondo objetivos mensuráveis, monitoramento contínuo da qualidade da água e do esforço de uso, regras de visitação compatíveis com a capacidade de suporte, qualificação da interpretação ambiental e estratégias de retenção de valor no território, oferecendo um roteiro de implementação para gestores públicos, empreendedores e organizações comunitárias.

As principais limitações desta pesquisa residem no recorte temporal curto da coleta e na ausência de medições ambientais diretas, o que sugere a necessidade de estudos futuros com amostragem probabilística, séries temporais de indicadores ecológicos e instrumentos que aprofundem a participação das comunidades na avaliação de resultados.

Pesquisas futuras devem empregar amostragem e séries temporais para monitorar qualidade da água, esforço de uso e sazonalidade, combinando métricas ecológicas e dados socioeconômicos, aprofundando mecanismos de governança e participação. Também pode-se comparar a Laguna Mundaú com destinos análogos em estudos de caso múltiplos.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Anete. Alinhamento entre estratégia da organização e competências para sustentabilidade: proposição de um modelo para análise. *Capital Científico*. 2018.

ARRUDA, Paulo Henrique Castro G. de; LOBO, Saulo Maurício Silva. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável**. *Revista do TCU*, n. 136, p. 38-47, 2016.

BONETTI, Jarbas. Análise espacial para seleção de locais em aquicultura marinha: uma abordagem ecossistêmica aplicada à Baía Sul, Santa Catarina, Brasil. Elsevier. 2018.

DUARTE, R, (2002). **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de pesquisa, n. 115, p. 139-154. 2002. MINAYO, M. C. S. Editora e-Publicar.

EYERKAUFER, Marino Luiz et al. **Planejamento Estratégico Para Desenvolvimento Sustentável Local Sob a Ótica da Governança Pública**. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 21, 2020.

FENNELL, David A. **Ecotourism – An introduction**. 2. ed. New York: Routledge, 2003.

FERREIRA, Rúbia Silene Alegre et al. **Ecoturismo e sustentabilidade**: considerações acerca da demanda internacional para o turismo de floresta no Amazonas. Revista Científica Digital - Comunicação e Turismo, nov. 2016, p. 59-69.

HONEY, Martha. **Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?** 2. ed. Washington, DC: Island Press, 2008.

IRVING, M.A. Turismo, ética e educação ambiental: novos paradigmas em planejamento. São Paulo: Futura (2002).

LEITÃO, Luciano Uchôa Fraga. **Turismo e sustentabilidade**: o desafio do ecoturismo no município de Pedro II, Piauí. 2023. Dissertação (Mestrado). 143f. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2023.

LOHMANN, Paola. Jogos Olímpicos Rio 2016 e Copa do Mundo 2014: uma análise comparativa entre a demanda turística nacional e internacional. 2018.

MAGANHOTTO, Ronaldo Ferreira et al. **Ecoturismo e ações de sustentabilidade como fatores de valorização da atividade ecoturística em Prudentópolis, PR**. InterEspaço, v. 4, n. 15, p. 106-130, set./dez. 2018.

MELO, Tainá S. **A localização dos pobres nas cidades brasileiras: um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da Lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas, UFAL.** 2010.

NASCIMENTO, Hermógenes Henrique Oliveira; RODRIGUES, Ricardo Furtado. **Ecoturismo como alternativa para a sustentabilidade do Parque Estadual do Cocó (CE).** Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 17, n. 1, 2024.

PINHEIRO, José Jackson Silva. **O sururu de capote na comunidade ribeirinha da Laguna Mundaú em Maceió.** 2022. Monografia. Graduação. 74f. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

RUSCHMANN, D. B. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** Papirus Editora, (1997): São Paulo.

SANTOS, Yuri Tomaz dos et al. Planejamento e governança no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo: uma revisão sistemática. **Revista Caminhos da Geografia**, v. 23, n. 90, p. 301-316, dez. 2022.

SPAOLONSE, Eduardo; MARTINS, Suzana da Silva de Oliveira. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 9, n. 6, 2016.

TRENTIN F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 2016.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: Impactos, potencialidades e possibilidades. 2ª ed. 2014.

ANEXO A

Questionário-Modelo (todas perguntas fechadas)

Bloco 1: Perfil socioeconômico (GIL, 2019; TRIVIÑOS, 2011)

1. Qual sua faixa etária?

☐ Menos de 18 anos

☐ 18 - 29 anos

☐ 30 - 44 anos

☐ 45- 59 anos

☐ 60 anos ou mais

2. Qual sua ocupação principal?

☐ Pesca/Mariscagem

☐ Comércio local

☐ Serviços (turismo, transporte etc.)

☐ Estudante

☐ Outro: _____

3. Há quanto tempo o(a) senhor(a) mora na comunidade?

☐ Menos de 5 anos

☐ 5 - 10 anos

☐ 11- 20 anos

☐ Mais de 20 anos

Bloco 2: Impactos ambientais (RUSCHMANN, 1997; FENNELL, 2008; HONEY, 2008)

4. O turismo na Laguna Mundaú impacta o meio ambiente?

- ☐ Sim, positivamente
- ☐ Sim, negativamente
- ☐ Não percebo impactos
- ☐ Não sei responder

5. O(a) senhor(a) percebeu mudanças na qualidade da água, peixe ou sururu nos últimos anos?

- ☐ Melhorou
- ☐ Piorou
- ☐ Permaneceu igual
- ☐ Não sei responder

Bloco 3 : Benefícios sociais e econômicos (FERREIRA et al., 2016)

6. O turismo trouxe melhorias para a renda da comunidade?

- ☐ Sim, para muitas famílias
- ☐ Sim, mas para poucas famílias
- ☐ Não trouxe melhorias
- ☐ Não sei responder

7. O turismo gera oportunidades de trabalho para os moradores locais?

- ☐ Sim, muitas
- ☐ Sim, algumas

- ☐ Poucas
- ☐ Nenhuma

Bloco 4 :Cultura e identidade local (SPAOLONSE; MARTINS, 2017)

8. O turismo valoriza as tradições da comunidade (pesca, sururu, festas locais)?

- ☐ Sim, muito
- ☐ Sim, em parte
- ☐ Não valoriza
- ☐ Não sei responder

9. O(a) senhor(a) sente orgulho quando visitantes conhecem a comunidade e sua cultura?

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

Bloco 5: Governança e participação comunitária (SANTOS et al., 2022; EYERKAUFER et al., 2020)

10. A comunidade é ouvida nas decisões sobre o turismo da Laguna Mundaú?

- ☐ Sim, frequentemente
- ☐ Sim, mas raramente

- ☐ Não é ouvida
- ☐ Não sei responder

11. O(a) senhor(a) gostaria de receber apoio de qual setor para melhorar o ecoturismo?

- ☐ Prefeitura
- ☐ ONGs
- ☐ Universidades
- ☐ Empresários locais
- ☐ Não gostaria de apoio

12. Na sua opinião, o que deve ser prioridade para que o turismo na Laguna Mundaú seja sustentável?

- ☐ Preservação ambiental
- ☐ Geração de renda local
- ☐ Valorização cultural
- ☐ Participação comunitária
- ☐ Todos os itens acima

O Ecoturismo e o Turismo Cultural como instrumentos de valorização e preservação do Parque Municipal Pedra Do Castelo – PI

Antônio Augusto Vasconcelos Junior

Edmilson Cardoso Da Silva

Josefa Francisca Lima De Almeida

Christiane Carvalho Veloso

O capítulo anterior analisou a gestão do ecoturismo na Laguna Mundaú, enfatizando a percepção da comunidade local, os impactos ambientais e os desafios da governança participativa. Na sequência, o Capítulo 2 desloca o olhar para outro território, o Parque Municipal Pedra do Castelo, no estado do Piauí, ampliando o debate ao in-

tegrar ecoturismo e turismo cultural como instrumentos de valorização e preservação patrimonial. Enquanto o primeiro capítulo privilegia uma abordagem qualitativa e comunitária, o segundo aprofunda a dimensão simbólica, arqueológica e cultural do turismo, reforçando a centralidade da educação patrimonial e da gestão sustentável em áreas sensíveis.

2.1 Introdução

O turismo é uma das principais atividades econômicas globais, mas sua expansão descontrolada pode causar degradação ambiental e cultural, conforme Barretto (2006). O ecoturismo surge como uma alternativa sustentável, promovendo a conservação dos ecossistemas e beneficiando as populações locais. Compreender seus impactos e desafios é essencial para o planejamento de políticas públicas e iniciativas privadas eficazes.

Segundo Beni (2006), o turismo ecológico ou ecoturismo é um segmento em que se pratica o turismo de lazer, o esportivo ou educacional em áreas naturais onde se estimula a preservação da natureza. Entre as atividades praticadas no ecoturismo estão o trekking (caminhada em trilhas), tirolesa, os banhos de cachoeira, técnicas verticais como rapel e escalada dentre outras.

O Ecoturismo cresce na medida em que todos começam a se preocupar com o meio ambiente, com as mudanças climá-

ticas e com as possibilidades da vida em maior contato com a natureza e com a participação das comunidades locais, dos atores sociais que podem participar de iniciativas que venham a contribuir para melhoria da qualidade de vida e para manter as suas tradições, sem impor mudanças, como destacou Diegues (2001).

A Pedra do Castelo, localizada em Castelo do Piauí, é um monumento geoarqueológico formado por arenito, cuja estrutura lembra um castelo medieval e abriga registros rupestres pré-históricos, além de possuir forte valor cultural e religioso. Diversos sítios arqueológicos foram identificados na área, porém a ausência de controle na visitação tem provocado sérias ameaças ao patrimônio. De acordo com Lage et al. (2009), o local sofreu depredações diversas como, pichações, fuligem, retirada de fragmentos rochosos e práticas devocionais, que comprometeram a integridade das pinturas e estruturas internas.

Apesar de esforços de restauração realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), o parque ainda enfrenta degradação ambiental decorrente do uso desordenado. Por outro lado, seu potencial turístico, cultural e educativo é notável, e pode ser explorado de forma sustentável por meio do ecoturismo e do turismo cultural, conciliando preservação patrimonial com desenvolvimento econômico e inclusão da comunidade local.

Diante desse cenário, questiona-se: de que forma o ecoturismo e o turismo cultural podem ser instrumentos eficazes

para a valorização e preservação da Pedra do Castelo - PI, promovendo ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentável do município? O presente artigo tem como objetivo geral analisar o potencial do ecoturismo e do turismo cultural como ferramentas para o desenvolvimento sustentável e para a valorização do patrimônio natural e histórico da Pedra do Castelo, em Castelo do Piauí. Para alcançar esse propósito, busca-se compreender sobre o ecoturismo e o turismo cultural, discutir práticas de turismo sustentável aplicáveis à região e, por fim, apontar estratégias que contribuam para o fortalecimento do ecoturismo e do turismo cultural no município.

A pesquisa sobre a Pedra do Castelo é relevante por reunir valor natural, arqueológico e cultural em um mesmo patrimônio, com formações rochosas, arte rupestre e tradições religiosas. A visitação desordenada e a degradação antrópica reforçam a necessidade de preservação. Além disso, o estudo busca demonstrar como o ecoturismo e o turismo cultural podem gerar desenvolvimento sustentável, fortalecendo a identidade local e orientando políticas públicas, iniciativas privadas e ações de educação patrimonial.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerada a mais adequada para compreender a complexidade do Parque Municipal Pedra do Castelo, que envolve dimensões culturais, ambientais e turísticas. Esse tipo de investigação possibilita analisar em profundidade a experiência dos visitantes, a percepção da comunidade local e o significado histórico e simbólico do patrimônio. Além disso, permite identificar impactos socioambien-

tais decorrentes da visitação e discutir práticas de gestão voltadas ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, a metodologia qualitativa favorece a construção de uma visão integrada sobre o potencial do ecoturismo e do turismo cultural como instrumentos de preservação e valorização da Pedra do Castelo.

Além da introdução este estudo, discute os conceitos de ecoturismo, turismo cultural e sustentabilidade aplicados ao contexto da Pedra do Castelo; descreve a metodologia adotada; contempla os resultados e discussões, nos quais são analisadas as potencialidades e fragilidades do parque em relação ao turismo sustentável. Por fim, nas considerações finais, são sintetizadas as principais conclusões e indicadas possíveis estratégias para a valorização e preservação do patrimônio.

2.2 Ecoturismo e Turismo Cultural como Vetores do Desenvolvimento Sustentável

O ecoturismo é uma modalidade de turismo que tem como base o contato com a natureza e a valorização da cultura local, promovendo a educação ambiental e a conservação dos recursos naturais. Segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES, 2015), trata-se de uma “viagem responsável para áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das populações locais e envolve interpretação e educação”.

Conforme Diegues (2001), o ecoturismo deve ser entendido como uma atividade que respeita os limites do ecossiste-

ma, estimula a economia local e valoriza os saberes e práticas das populações tradicionais. Em regiões como Castelo do Piauí, o ecoturismo se torna uma alternativa viável para promover o desenvolvimento sustentável, desde que respeite os princípios da conservação ambiental e da inclusão social.

Reconhecido também como uma modalidade de turismo voltada à observação, apreciação e conservação da natureza, o ecoturismo promove experiências educativas e recreativas ao mesmo tempo em que valoriza a sustentabilidade ambiental. Segundo Beni (2006), o turismo ecológico envolve atividades em áreas naturais, incentivando a preservação da biodiversidade e o respeito pelos ecossistemas. Nesse contexto, ações de ecoturismo podem conciliar lazer, educação ambiental e geração de renda para comunidades locais, minimizando impactos negativos sobre o patrimônio natural.

De acordo com Diegues (2001), o crescimento do ecoturismo está associado à maior conscientização ambiental e à participação das comunidades locais, que passam a exercer um papel ativo na proteção e manejo sustentável do território. Isso reforça a ideia de que o ecoturismo não é apenas uma prática recreativa, mas também um mecanismo de conservação ambiental, integrando educação, cultura e economia local no mesmo ambiente. Conforme Moura (2023), o ecoturismo no Brasil só se torna verdadeiramente sustentável quando envolve a comunidade local na gestão das áreas naturais, fortalecendo a identidade territorial e contribuindo para a preservação ambiental.

O turismo cultural, por sua vez, é uma estratégia importante para preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural de uma região. Segundo Richards (2011), o turismo cultural permite que visitantes compreendam a identidade de uma comunidade por meio de experiências relacionadas as tradições locais, arte, gastronomia e história local, contribuindo para a valorização do patrimônio e o fortalecimento da identidade cultural.

Para França (2010), o turismo cultural envolve a participação ativa do visitante em experiências relacionadas ao patrimônio material e imaterial. A Pedra do Castelo, ao reunir lendas, práticas religiosas, vestígios arqueológicos e um imaginário coletivo marcado por símbolos místicos, representa um espaço de memória que se insere no campo do turismo cultural. Segundo Candau (2012), a memória social e o patrimônio imaterial são fundamentais para a construção da identidade local.

No caso do Parque Municipal Pedra do Castelo, o turismo cultural pode incluir a interpretação das pinturas rupestres, das formações geológicas e das manifestações culturais e religiosas associadas ao Parque. Esse tipo de turismo auxilia na conservação do patrimônio transformando o conhecimento e a apreciação cultural em estratégias de preservação e desenvolvimento local. Santos (2022) afirma que o turismo cultural, quando articulado a práticas educativas, amplia a valorização do patrimônio e sensibiliza os visitantes sobre a importância da preservação dos sítios arqueológicos.

A integração do ecoturismo com o turismo cultural potencializa os efeitos positivos do turismo sustentável. Conforme

Fennell (2014), a combinação dessas práticas contribui para o desenvolvimento sustentável, equilibrando aspectos ambientais, sociais e econômicos. Estratégias como trilhas interpretativas, capacitação de guias locais, sinalização educativa e monitoramento da visitação, são exemplos de medidas que podem preservar o patrimônio natural e cultural da Pedra do Castelo, ao mesmo tempo em que promovem benefícios socioeconômicos para a comunidade local.

Dessa forma, o ecoturismo e o turismo cultural se apresentam como ferramentas integradas para valorização, preservação e educação patrimonial, alinhadas ao desenvolvimento sustentável do município de Castelo do Piauí.

2.3 Impactos e Estratégias de Gestão Sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo

O turismo, quando planejado de forma inadequada, pode gerar impactos negativos tanto no meio ambiente quanto na sociedade local. Conforme Duarte et al. (2012), a visitação desordenada em áreas naturais e patrimoniais provoca degradação do solo, erosão, poluição, depredação de estruturas e perda da biodiversidade, comprometendo a integridade do patrimônio natural e cultural. No Parque Municipal Pedra do Castelo, registros feitos tanto pelos guias locais como em visitas feitas por nós acadêmicos do curso de turismo, apontam para danos às formações rochosas e às pinturas rupestres, resultantes de práticas de visitação não regulamentadas, como retirada de frag-

mentos, pichações e uso inadequado do espaço.

Do ponto de vista socioeconômico, o turismo pode gerar benefícios como geração de emprego, renda e fortalecimento da economia local, mas também pode intensificar desigualdades e conflitos sociais quando não há distribuição equilibrada dos recursos. Segundo Saarinen (2006), o turismo sustentável deve buscar um equilíbrio entre os ganhos econômicos e a conservação ambiental, além de garantir a participação da comunidade nas decisões sobre o desenvolvimento turístico.

A integração da comunidade local e dos visitantes é essencial para reduzir impactos negativos e potencializar benefícios. Segundo Cohen (1984), a participação dos moradores locais em atividades turísticas contribui para a valorização cultural, preservação ambiental e fortalecimento da identidade regional. No que se refere ao Parque Municipal Pedra do Castelo, iniciativas de educação patrimonial, capacitação de guias locais e o incentivo a práticas culturais e recreativas sustentáveis podem minimizar os impactos adversos, ao mesmo tempo em que promovem desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada.

Portanto, compreender os impactos socioeconômicos e ambientais do turismo é fundamental para planejar estratégias de gestão sustentável, conciliando preservação do patrimônio, desenvolvimento local e experiências significativas para os visitantes.

A adoção de uma gestão sustentável em áreas naturais depende da integração entre planejamento, monitoramento con-

tínuo, educação ambiental e participação social. Como destaca Fennell (2014), práticas sustentáveis exigem definição de capacidade de carga, controle da visitação, infraestrutura compatível e ações educativas voltadas para a sensibilização dos visitantes. Honey (2008) acrescenta que tais práticas devem ter caráter preventivo, atuando antes que ocorram danos significativos ao patrimônio. Nesse sentido, fiscalização regular, sinalização interpretativa, formação de guias e envolvimento ativo da comunidade tornam-se elementos fundamentais para assegurar um uso turístico responsável e alinhado à conservação ambiental e cultural.

A gestão sustentável do turismo em áreas naturais e patrimoniais visa conciliar a preservação ambiental e cultural com o desenvolvimento econômico e social. Segundo Fennell (2014), a adoção de práticas de gestão sustentável inclui planejamento da visitação, monitoramento ambiental, educação dos visitantes e engajamento da comunidade local, garantindo que o turismo não comprometa os recursos naturais e culturais do local.

Entre as estratégias recomendadas, destacam-se: controle e monitoramento da visitação, estabelecendo limites de capacidade diária de visitantes e criar trilhas sinalizadas para reduzir impactos sobre a vegetação e as formações rochosas; educação ambiental e patrimonial, implementando programas educativos que sensibilizem os visitantes sobre a importância da preservação das pinturas rupestres e do ecossistema local (Honey, 2008; Richards, 2011); participação da comunidade local, capacitando moradores para atuar como guias, gestores ou

prestadores de serviços turísticos, promovendo inclusão social e geração de renda (Cohen, 1984; Saarinen, 2006); integração do ecoturismo e turismo cultural, desenvolvendo atividades que promovam experiências educativas, culturais e recreativas, aumentando a percepção de valor do patrimônio natural e histórico (Diegues, 2001; Fennell, 2014); e por fim, as parcerias institucionais, estabelecendo cooperação entre órgãos públicos, universidades e instituições de preservação do patrimônio, como o IPHAN e a UFPI, para desenvolver projetos de conservação e pesquisa científica.

A implementação dessas estratégias possibilita preservar o Parque Municipal Pedra do Castelo enquanto promove o turismo sustentável, fortalece a economia local e valoriza o patrimônio cultural e natural, garantindo sua utilização pelas gerações futuras

2.4 Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada à compreensão das percepções da comunidade local, visitantes, guias turísticos e gestores sobre o papel do ecoturismo e do turismo cultural na valorização e preservação do Parque Municipal Pedra do Castelo. Essa abordagem permite compreender significados, atitudes e opiniões expressas pelos sujeitos envolvidos, conforme Minayo (2010) e Flick (2009).

O procedimento de coleta de dados consistiu na aplicação de um questionário estruturado composto por 18 pergun-

tas, sendo 13 questões fechadas e 5 questões abertas, elaborado com base no referencial teórico sobre ecoturismo, turismo cultural e sustentabilidade como Diegues (2001); Beni (2006); Fennell (2014). O instrumento teve como objetivos identificar a percepção sobre a importância do parque, avaliação do estado de conservação e infraestrutura, existência de fiscalização e ações educativas, participação comunitária e sugestões para o manejo sustentável.

O questionário foi aplicado durante os meses de setembro e outubro de 2025, por meio de aplicação online (Google Forms), enviado através do Whatzapp em forma de link. A meta de participação era de no mínimo 30 (trinta) respondentes, porém, apenas 13 (treze) participaram do estudo no total. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e as informações pessoais foram preservadas.

Ressalta-se, ainda, como limitação metodológica, o número reduzido de participantes, o que impede generalizações estatísticas dos resultados. No entanto, conforme defendem Flick (2009) e Minayo (2010), pesquisas qualitativas baseadas em amostras pequenas são adequadas quando o objetivo é compreender percepções, significados e experiências em profundidade, e não estabelecer representatividade numérica.

Assim, os dados obtidos foram suficientes para identificar tendências, percepções críticas e fragilidades estruturais relacionadas ao Parque Municipal Pedra do Castelo. A partir dessas informações, o próximo item apresenta a análise e dis-

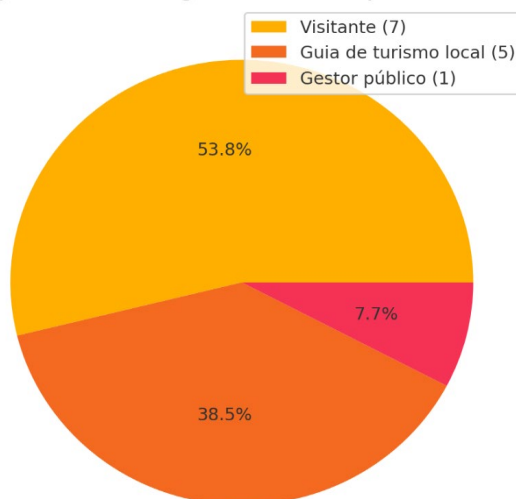
cussão dos resultados, articulando os dados coletados com o referencial teórico, de modo a evidenciar como as percepções dos participantes contribuem para a compreensão das potencialidades e desafios do parque no contexto do ecoturismo e do turismo cultural.

2.5 Análise e Discussão dos Resultados

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário aplicado a 13 participantes, contemplando moradores locais, guias turísticos, visitantes e um gestor público. A seguir, serão apresentados e discutidos os principais resultados obtidos, organizados por gráficos. Os pontos que mais chamaram atenção serão destacados e interpretados com base no referencial teórico, buscando compreender como as percepções dos participantes dialogam com o ecoturismo, o turismo cultural e a preservação do Parque Municipal Pedra do Castelo.

O perfil da amostra fornece elementos fundamentais para compreender a percepção dos participantes sobre o Parque Municipal Pedra do Castelo. A Figura 1 apresenta a distribuição entre visitantes, guias de turismo e gestor público, demonstrando predominância de visitantes, seguidos pelos guias, com baixa participação de gestores.

Figura 1 – Categoria dos Respondentes



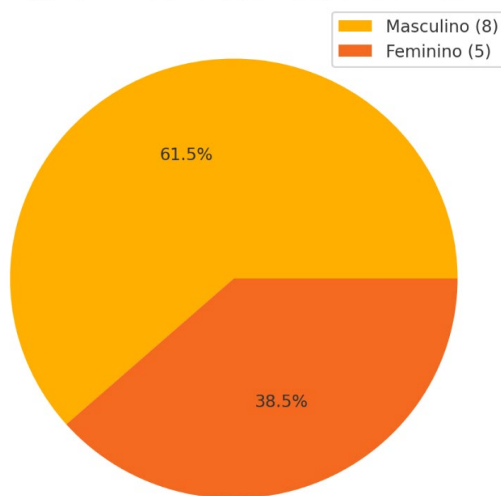
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

O perfil dos participantes apresenta elementos importantes para a compreensão das percepções registradas. A Figura 1 evidencia que a amostra é composta por 53,8% de visitantes, 38,5% de guias de turismo e 7,7% de gestor público. Esse cenário demonstra que a maioria dos respondentes vivencia o parque tanto do ponto de vista turístico quanto operacional, o que contribui para avaliações fundamentadas na experiência prática. Ao mesmo tempo, a baixa participação administrativa indica que a perspectiva institucional pode estar sub-representada, conforme alertam Minayo (2010) e Flick (2009) sobre limitações de amostras qualitativas.

Quanto ao sexo dos respondentes, 61,5% eram homens e 38,5% mulheres. A Figura 2 demonstra que a maior parte dos

participantes é do sexo masculino. Embora esse dado não seja central para o objetivo da pesquisa, a literatura (Saarinen, 2006) aponta que o perfil do visitante pode influenciar percepções sobre infraestrutura, segurança e acesso, variáveis que surgiram de maneira recorrente nos resultados.

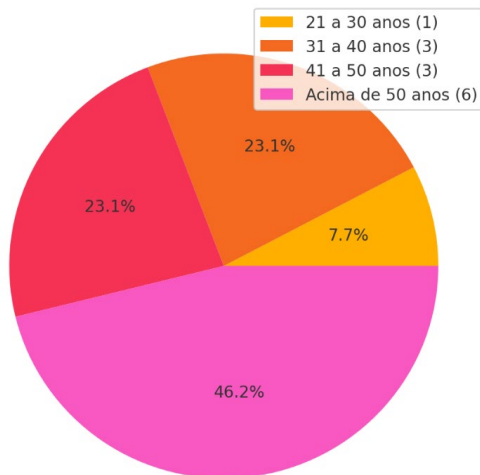
Figura 2 – Sexo dos Respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Sobre a faixa etária, houve predominância de respondentes acima de 50 anos (46,2%), seguidos de adultos entre 31 a 40 anos (23,1%) e 41 a 50 anos (23,1%), apenas 7,7% tinha entres 21 a 30 anos, conforme a figura 3.

Figura 3 – Faixa Etária

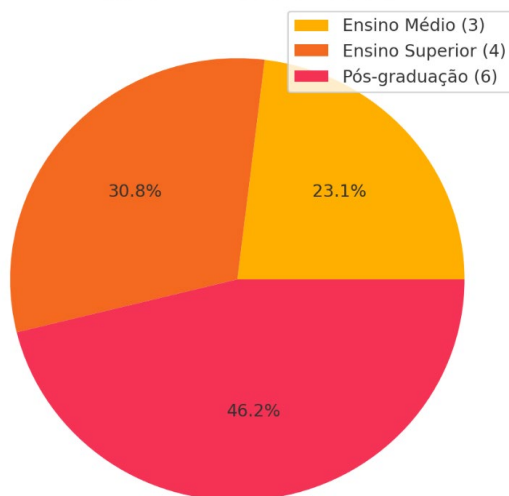


Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A maioria dos respondentes tem mais de 50 anos (Figura 3). Esse dado é relevante porque visitantes mais maduros tendem a valorizar experiências culturais e históricas, atribuindo importância à preservação patrimonial e ao conforto durante a visita (Richards, 2011). Logo, a avaliação crítica sobre infraestrutura e educação patrimonial pode estar associada a esse perfil etário.

Em relação à escolaridade, 46,2% possuíam pós-graduação, 30,8% ensino superior completo e 23,1% ensino médio (figura 4).

Figura 4 – Escolaridade



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

O alto nível educacional da amostra pode explicar o maior grau de criticidade nas avaliações feitas sobre infraestrutura, preservação e ações educativas, como também aponta Richards (2011) sobre visitantes mais escolarizados terem maior sensibilidade patrimonial.

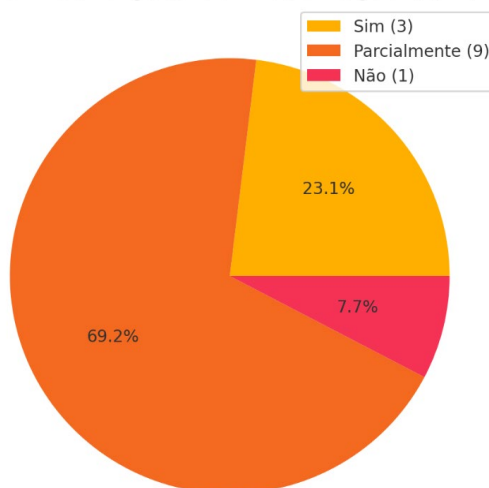
Os resultados apontam que 100% dos participantes consideram o Parque Municipal Pedra do Castelo de grande importância para o município, destacando seu valor histórico, cultural, natural e religioso. As respostas classificaram o parque como “importante” ou “muito importante”, confirmando sua relevância simbólica e turística para a identidade local.

Esse reconhecimento está em consonância com Diegues (2001) e Beni (2006), que ressaltam que o turismo em áreas na-

turais e culturais pode ser um instrumento de valorização do patrimônio e de promoção do desenvolvimento sustentável, desde que conduzido de forma responsável e participativa.

Sobre as condições de preservação do Parque (Figura 5), 69,2% consideram o Parque “parcialmente preservado”, enquanto apenas 23,1% o classificam como “bem preservado” e 7,7% responderam que o Parque não é conservado.

Figura 5 – Condições de Preservação do Parque



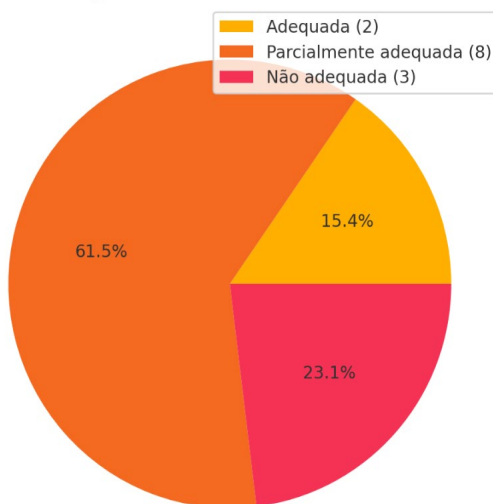
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A Figura 5 mostra que a maioria considera o parque “parcialmente preservado”. Esse dado revela um cenário de conservação insuficiente, marcado pela coexistência de esforços positivos e problemas graves como pichações, retirada de fragmentos rochosos e degradação de trilhas.

Tais problemas são característicos de áreas naturais com visitação desordenada, conforme apontam Lage et al. (2009). A percepção crítica dos participantes confirma o que a literatura chama de “vulnerabilidade patrimonial”: quanto maior a visitação sem manejo adequado, maior o risco de danos irreversíveis. O resultado reforça a necessidade de políticas mais robustas de gestão ambiental, uma vez que ecoturismo só é viável quando a conservação está assegurada.

As avaliações sobre infraestrutura (Figura 6) mostraram que 61,5% dos respondentes consideram a infraestrutura do Parque parcialmente adequada, enquanto 23,1% consideram não adequada e 15,4% responderam que sim, são adequadas.

Figura 6 – Infraestrutura



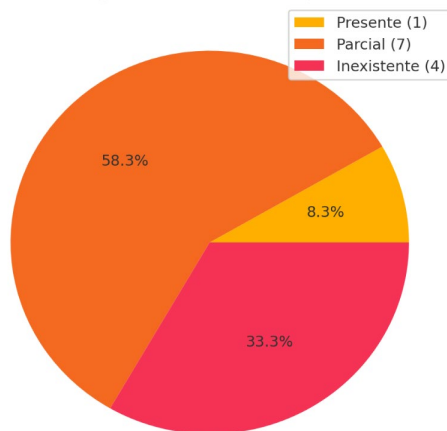
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A avaliação da infraestrutura como “parcialmente adequada” (Figura 6) evidencia fragilidades importantes. Elementos como acessos, sinalização, banheiros, áreas de descanso e estrutura de apoio são essenciais para garantir segurança e boa experiência do visitante.

Fennell (2014) destaca que a qualidade da infraestrutura é determinante para consolidar práticas de ecoturismo sustentável. A ausência desses elementos no Parque Pedra do Castelo compromete não apenas a experiência turística, mas também a preservação, pois infraestrutura inadequada aumenta o risco de impactos ambientais. Assim, o dado reforça a necessidade de investimentos públicos que sustentem a vocação ecoturística e cultural do parque.

Quanto à existência de fiscalização, a Figura 7 mostra que 58,3% percebem fiscalização parcial e 33,3% apontam falta de fiscalização e 8,3% dos respondentes disseram que sim, o Parque possui fiscalização. Esse dado é crítico, pois a ausência de controle adequado incentiva práticas prejudiciais ao meio ambiente e ao patrimônio arqueológico. A fragilidade da fiscalização compromete diretamente os objetivos do ecoturismo e da conservação patrimonial. Duarte et al. (2012) destacam que a fiscalização é um dos pilares da gestão sustentável de áreas sensíveis. Sem monitoramento contínuo, a integridade do parque fica comprometida, o que reforça a necessidade de políticas mais rígidas e presença de agentes no local.

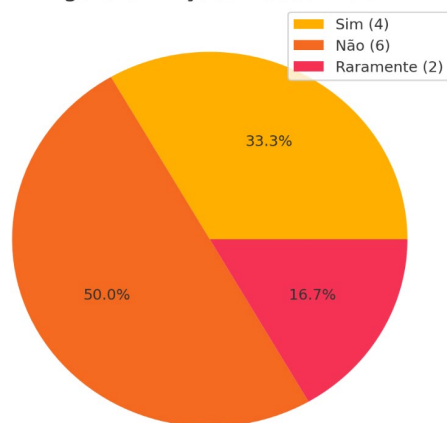
Figura 7 – Fiscalização



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

Sobre ações educativas (Figura 8), 50% afirmam que não existe ações educativas, 33,3% apontam que sim, existe tais ações e 16,7% responderam que raramente ocorrem.

Figura 8 – Ações Educativas



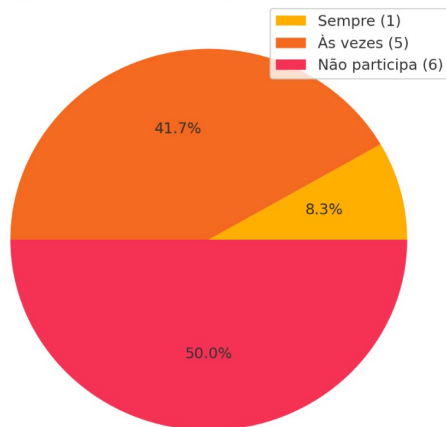
Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A inexistência de ações de educação ambiental e patrimonial, citada por metade dos respondentes, representa uma barreira grave para a preservação. A literatura é unânime: Honey (2008) explica que educação patrimonial transforma o visitante em aliado da conservação, reduzindo danos e fortalecendo os vínculos culturais.

Assim, a ausência dessas ações contribui diretamente para os problemas registrados, como pichações e retirada de fragmentos. É um ponto crítico que exige intervenção imediata do poder público.

Sobre a participação da comunidade nas decisões/ações do Parque (Figura 9), 50% responderam que a comunidade não participa das decisões sobre o Parque, 41,7% apontam que as vezes tal participação acontece e apenas 8,3% afirmaram que a comunidade participa das decisões que envolve o Parque.

Figura 9 – Participação Comunitária



Fonte: Dados da Pesquisa (2025)

A baixa participação comunitária na gestão (Figura 9) contraria os princípios do turismo sustentável. De acordo com Diegues (2001), a gestão participativa fortalece o sentimento de pertencimento e engajamento social, elementos indispensáveis para a proteção de patrimônios naturais e culturais. A ausência da comunidade no processo decisório contribui para o distanciamento entre moradores e parque, enfraquecendo a proteção do patrimônio.

Diante do exposto, os resultados revelam um cenário paradoxal: o parque é amplamente reconhecido como patrimônio cultural e ambiental, mas enfrenta desafios estruturais, administrativos e educativos que limitam sua valorização e preservação.

Os principais pontos identificados foram: percepção positiva sobre o valor do parque; fragilidades de infraestrutura e fiscalização; ausência de ações educativas; baixa participação comunitária; e preservação parcial, com riscos ambientais evidentes.

Esses achados apontam que o ecoturismo e o turismo cultural são caminhos viáveis para a valorização e preservação do parque, mas somente quando acompanhados de gestão eficiente, políticas educativas, infraestrutura adequada e participação social são elementos que ainda precisam ser fortalecidos.

De modo geral, a análise dos dados mostra que o Parque Municipal Pedra do Castelo é amplamente reconhecido como patrimônio de grande valor natural e cultural, mas enfrenta desafios significativos na preservação, infraestrutura e gestão. Os resultados confirmam a necessidade de planejamento integra-

do, educação ambiental contínua, engajamento da comunidade local e fortalecimento do papel do poder público. Assim, a combinação entre ecoturismo e turismo cultural se apresenta como o caminho mais promissor para transformar o parque em um modelo de turismo sustentável no Piauí.

2.6 Considerações Finais

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo permitiram responder de forma clara à questão que orientou a pesquisa: o ecoturismo e o turismo cultural podem, sim, atuar como instrumentos de valorização e preservação do Parque Municipal Pedra do Castelo, desde que acompanhados por ações planejadas de gestão, fiscalização, infraestrutura e educação patrimonial. Os dados coletados demonstram que o parque possui elevado valor natural, histórico, cultural e paisagístico, sendo amplamente reconhecido pela comunidade local e por profissionais do turismo como um patrimônio que merece proteção e investimento.

Os objetivos apresentados na introdução foram plenamente alcançados ao longo desta pesquisa. Inicialmente, buscou-se compreender o ecoturismo e o turismo cultural como fundamentos essenciais para analisar a realidade do Parque Municipal Pedra do Castelo, relacionando esses conceitos às dinâmicas ambientais, culturais e turísticas da área. Em seguida, foram discutidas práticas de turismo sustentável aplicáveis ao contexto local, considerando tanto o referencial teórico quanto

as percepções colhidas durante o estudo. Por fim, foram apontadas estratégias que podem contribuir para o fortalecimento do ecoturismo e do turismo cultural no município, com foco na preservação do patrimônio, no ordenamento da visitação e na promoção do desenvolvimento sustentável.

As contribuições deste estudo se dividem em teóricas e práticas. Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça a importância da integração entre ecoturismo e turismo cultural como caminhos viáveis para a conservação de bens naturais e arqueológicos, ampliando debates sobre o papel da educação patrimonial e da gestão participativa. No âmbito prático, o trabalho oferece recomendações que podem orientar políticas públicas municipais voltadas à proteção do parque, ao ordenamento da visitação e ao fortalecimento da relação entre comunidade e patrimônio.

Entretanto, algumas limitações precisam ser reconhecidas. A amostra reduzida de respondentes (13 participantes) não permite generalizações quantitativas. Além disso, a predominância de indivíduos com alto nível de escolaridade e a baixa participação de gestores podem ter influenciado algumas percepções. Soma-se a isso a ausência de observação sistemática em diferentes períodos do ano, o que poderia ampliar o entendimento sobre sazonalidade e impactos da visitação.

Com base nessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o número de participantes, incorporando moradores, comerciantes, turistas ocasionais, guias independentes e representantes do poder público, a fim de fortalecer a

diversidade das percepções analisadas. Também é recomendável a realização de estudos de campo que incluam observação sistemática da visitação em diferentes períodos do ano, permitindo identificar variações sazonais e seus impactos na conservação do parque. Além disso, pesquisas aplicadas poderiam avaliar os efeitos de ações educativas, de melhorias estruturais ou de programas de manejo sustentável, verificando como cada intervenção contribui para a preservação e para a experiência do visitante. Por fim, indica-se a investigação do potencial para implementação de um modelo de turismo comunitário, analisando a viabilidade de uma gestão compartilhada entre poder público, comunidade local e instituições de pesquisa.

Dessa forma, as considerações finais reforçam que o Parque Municipal Pedra do Castelo possui grande potencial para se consolidar como um exemplo de turismo sustentável no Piauí, desde que haja investimento contínuo, gestão qualificada e participação ativa da comunidade, assegurando que seu valor natural e cultural seja preservado para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2006.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 11. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BENI, M. C. **Turismo ecológico: conceitos e práticas**. São Paulo: SENAC, 2006.

CANDAU, V. M. Memória, identidade e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 41–52, 2012.

COHEN, E. Tourism and development in developing countries. *World Development*, London, v. 12, n. 9, p. 1125–1143, 1984.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2001.

DUARTE, F.; SILVA, A.; PEREIRA, L. Impactos ambientais do turismo em áreas protegidas. *Revista Brasileira de Turismo*, v. 10, n. 2, p. 45–62, 2012.

FENNELL, D. A. **Ecotourism**. 4. ed. London: Routledge, 2014.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FRANÇA, S. **Turismo cultural: entre o consumo e a preservação**. São Paulo: Aleph, 2010.

HONEY, M. **Ecotourism and sustainable development: who owns paradise?** 2. ed. Washington, DC: Island Press, 2008.

LAGE, M. C. S. M.; SILVA, J. C.; MAGALHÃES, S. M. C.; CAVALCANTE, L. C. D.; MARTINS, L.; FERRARO, L. A restauração do sítio arqueológico Pedra do Castelo. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 67–82, 2009.

MOURA, A. P. **Ecoturismo e gestão participativa em unidades de conservação**. São Paulo: Contexto, 2023.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

RICHARDS, G. Cultural tourism: a review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, United Kingdom, v. 18, n. 1, p. 35–45, 2011.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. *Annals of Tourism Research*, United States, v. 33, n. 4, p. 1121–1140, 2006.

SANTOS, C. M. **Turismo cultural e educação patrimonial: diálogos contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

TIES – THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. Definição de Ecoturismo. 2015. Disponível em: <https://www.ecotourism.org>.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

A seguir apresenta-se o questionário semiestruturado utilizado como instrumento de coleta de dados da pesquisa, aplicado a moradores locais, guias turísticos, gestores públicos e visitantes do Parque Municipal Pedra do Castelo.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Identificação do participante

(Os dados pessoais são sigilosos e utilizados apenas para fins acadêmicos.)

Categoria do participante:

- ☐ Morador local
- ☐ Guia turístico local
- ☐ Gestor público
- ☐ Visitante

Sexo:

- ☐ Feminino ☐ Masculino ☐ Prefiro não informar

Faixa etária:

- ☐ Menos de 20 anos ☐ 21–30 ☐ 31–40
- ☐ 41–50 ☐ Acima de 50

Escolaridade:

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós-graduação

Bloco I – Percepção sobre o Parque Municipal Pedra do Castelo

1. Como o(a) senhor(a) avalia a importância do Parque Municipal Pedra do Castelo para o município?

- ☐ Muito importante ☐ Importante
- ☐ Pouco importante ☐ Sem importância

2. Quais aspectos mais representam o valor do parque, na sua opinião?

- ☐ Beleza natural
- ☐ Patrimônio histórico e cultural
- ☐ Relevância religiosa
- ☐ Potencial econômico
- ☐ Outros: _____

3. O(a) senhor(a) acredita que o turismo contribui para a valorização cultural e ambiental da região?

- ☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não ☐ Não sei opinar

4. Em sua opinião, o parque é um atrativo bem preservado?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

5. Quais problemas ou ameaças o(a) senhor(a) percebe no parque?

Bloco II – Ecoturismo, Turismo Cultural e Desenvolvimento Local

6. O(a) senhor(a) considera que o ecoturismo pode gerar benefícios para a comunidade local?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

7. Na sua opinião, o turismo cultural (ligado à história, tradições e religião) é valorizado nas ações turísticas do município?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

8. Quais atividades turísticas o(a) senhor(a) considera mais adequadas para o parque?

☐ Trilhas ecológicas

☐ Visitas guiadas e interpretativas

☐ Eventos culturais e religiosos

☐ Pesquisas científicas

☐ Outras: _____

9. O turismo tem contribuído para gerar renda e oportunidades para a comunidade local?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

10. O turismo tem favorecido a preservação ambiental e cultural?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

Bloco III – Gestão e Sustentabilidade

11. O parque possui infraestrutura adequada para receber visitantes?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

12. Existe fiscalização ou controle da visitação?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

13. Há ações de educação ambiental ou patrimonial voltadas a visitantes e moradores?

☐ Sim ☐ Raramente ☐ Não

14. O poder público atua de forma efetiva na preservação e manejo do parque?

☐ Sim ☐ Parcialmente ☐ Não

15. O(a) senhor(a) ou a comunidade local participam das decisões ou ações de gestão do parque?

☐ Sim ☐ Às vezes ☐ Não

16. Quais melhorias o(a) senhor(a) considera prioritárias para o turismo sustentável na Pedra do Castelo?

Bloco IV – Considerações Finais

17. De que forma o ecoturismo e o turismo cultural podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de Castelo do Piauí?
18. Deseja acrescentar algum comentário ou sugestão?

Turismo Sustentável: o caso do Parque Municipal Pedra do Castelo -PI

José Antônio Alvares Barbosa

Jassa Evelyn Beserra Vieira

Raimundo Nonato Sousa

No Capítulo 2, o Parque Municipal Pedra do Castelo foi analisado a partir da articulação entre ecoturismo e turismo cultural, com ênfase na preservação do patrimônio arqueológico e na percepção de visitantes, guias e atores locais. O Capítulo 3 retoma esse mesmo território, porém sob um enfoque distinto, centrado no turismo sustentável e em suas dimensões institucionais, conceituais e de planejamento. Quando revisita o Parque Pedra do Castelo com outra lente analítica, o capítulo contribui para aprofundar a compreensão do território, evidenciando como diferentes abordagens metodológicas e teóricas podem revelar desafios e potencialidades complementares no processo de desenvolvimento turístico sustentável.

3.1 Introdução

O turismo sustentável tem se consolidado como uma pauta essencial nas discussões sobre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. A busca por modelos turísticos que conciliem a geração de renda e o bem-estar social com a preservação dos recursos naturais tornou-se um desafio central na contemporaneidade. A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2023) reforça que a sustentabilidade deve ser compreendida como um equilíbrio entre os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos, garantindo que a exploração dos destinos turísticos não comprometa as possibilidades das gerações futuras.

No Brasil, o debate sobre turismo sustentável ganha relevância à medida que as atividades turísticas se expandem em áreas naturais e culturais sensíveis. O estado do Piauí, especialmente o município de Castelo do Piauí, abriga o Parque Municipal Pedra do Castelo, um dos principais atrativos turísticos da região. O local é reconhecido por suas formações rochosas, com enorme valor arqueológico, e potencial para turismo de aventura, religiosos e cultural constituindo-se como um espaço que exige estratégias de manejo equilibradas entre conservação e uso turístico.

Apesar do potencial de crescimento, observa-se que o turismo local ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à gestão ambiental e à conscientização dos visitantes. Segundo Gomes (2023), muitas localidades brasileiras com

potencial ecológico sofrem com a ausência de planejamento participativo e políticas públicas efetivas. Assim, compreender as percepções e práticas de turistas e profissionais acerca da sustentabilidade torna-se essencial para aprimorar a gestão do parque e fortalecer o turismo responsável.

Este artigo busca responder à seguinte questão: quais são as perspectivas de turistas e profissionais sobre o impacto do turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo? A relevância do estudo reside em sua contribuição para o fortalecimento de práticas sustentáveis no turismo piauiense, alinhadas às diretrizes da OMT (2023) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O objetivo geral é investigar as perspectivas de turistas e profissionais do turismo sobre o impacto do turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo. Especificamente, o artigo pretende: Identificar o nível de conhecimento dos turistas sobre práticas sustentáveis; analisar as ações dos profissionais em favor da sustentabilidade; compreender as percepções sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos do turismo e sugerir estratégias que fortaleçam o turismo sustentável no município.

O turismo sustentável é um dos pilares fundamentais para a preservação dos atrativos turísticos e o desenvolvimento responsável das comunidades locais. Entender como turistas e profissionais do setor percebem e praticam a sustentabilidade é essencial para elaborar estratégias eficazes de conservação e gestão turística.

Castelo do Piauí, sendo um município com grande potencial turístico natural e cultural, apresenta um cenário propício para esse estudo. A pesquisa contribuirá para o fortalecimento de práticas sustentáveis, alinhadas às necessidades locais e aos princípios do turismo responsável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico de forma equilibrada.

O capítulo está estruturado em quatro seções, além desta introdução: o referencial teórico, que discute os fundamentos do turismo sustentável e sua aplicação local; a metodologia, que descreve os procedimentos de coleta e análise de dados; os resultados e discussão, que apresentam e interpretam as percepções coletadas; e, por fim, as conclusões, que sintetizam as contribuições e implicações do estudo.

3.2 Referencial Teórico

A compreensão do turismo sustentável exige a análise de conceitos, práticas e perspectivas que vêm sendo construídos ao longo dos últimos anos por pesquisadores e profissionais do setor. Essa discussão envolve a articulação entre conservação ambiental, valorização sociocultural e desenvolvimento econômico, elementos que se tornam ainda mais relevantes em áreas naturais sensíveis, como o Parque Municipal Pedra do Castelo.

Nesse contexto ao explorar diferentes abordagens sobre sustentabilidade, gestão profissional e participação comunitária, torna-se possível compreender como esses princípios dialogam com os desafios e potencialidades do destino estudado. Esse

percurso conceitual contribui para iluminar aspectos essenciais do fenômeno investigado, oferecendo bases para interpretar as percepções dos atores envolvidos e para refletir sobre caminhos que favoreçam um modelo de turismo mais responsável e equilibrado.

3.2.1 Percepções sobre Turismo Sustentável

O turismo sustentável tem sido amplamente debatido nas últimas décadas como uma resposta às consequências negativas do turismo de massa e às pressões sobre os recursos naturais e culturais dos destinos. Para Santos e Silva (2017), a sustentabilidade no turismo deve ser compreendida de forma integrada, englobando as dimensões ambiental, social, econômica e cultural, com vistas à manutenção do equilíbrio entre o desenvolvimento turístico e a preservação dos ecossistemas. Segundo os autores, um turismo só pode ser considerado sustentável quando promove benefícios reais à comunidade local e respeita as particularidades do território onde ocorre.

A sustentabilidade refere-se à capacidade de promover o desenvolvimento econômico de modo a atender às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Nesse sentido, ela assume um papel central na sociedade contemporânea, ao orientar ações voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da justiça social, além de estimular o resgate de experiências, a construção

de novos caminhos e o engajamento coletivo em práticas solidárias e responsáveis (ONU, 2007).

Oliveira (2020) destaca o papel do turista consciente como ator essencial na promoção de práticas responsáveis. O comportamento do visitante, suas escolhas de consumo e sua postura diante do patrimônio natural e cultural interferem diretamente no nível de sustentabilidade dos destinos. A educação ambiental, portanto, é um elemento-chave para que os visitantes se tornem agentes de transformação e não de degradação. Nesse sentido, Dantas e Farias (2022) ressaltam que o engajamento do turista depende de estratégias de comunicação eficazes e de uma vivência autêntica, que desperte empatia e pertencimento em relação ao destino visitado.

Do ponto de vista da gestão profissional e institucional, Costa e Andrade (2018) argumentam que o turismo sustentável requer capacitação contínua dos agentes envolvidos: guias, empreendedores, gestores públicos e comunidade. Para os autores, a sustentabilidade turística só se concretiza quando há conhecimento técnico e compromisso ético com as práticas de preservação ambiental e de valorização sociocultural. De forma semelhante, Dias e Cunha (2022) reforçam que o turismo sustentável depende de uma governança colaborativa, na qual o poder público, a iniciativa privada e a comunidade atuem de maneira articulada, compartilhando responsabilidades e benefícios.

Em um contexto mais recente, Rodrigues e Costa (2023) observam que a gestão sustentável dos destinos turísticos re-

quer planejamento participativo e indicadores claros de sustentabilidade, que permitam monitorar os impactos ambientais e sociais de forma contínua. Essa visão aproxima-se da perspectiva defendida por Carvalho (2021), para quem a sustentabilidade deve ser encarada como um processo educativo permanente, em que turistas, moradores e profissionais aprendem coletivamente a equilibrar uso e conservação dos recursos turísticos.

3.2.2 Turismo Sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo

No caso do Parque Municipal Pedra do Castelo, esse debate adquire relevância especial. A área abriga um valioso patrimônio natural e arqueológico, cuja exploração inadequada pode gerar danos irreversíveis. Gomes (2023) destaca que, em contextos de municípios pequenos e com dependência econômica do turismo, como Castelo do Piauí, o desafio está em compatibilizar o crescimento da atividade turística com a capacidade de suporte ambiental e social da localidade. Essa realidade reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à gestão integrada e participativa, envolvendo diferentes atores sociais no planejamento do turismo.

A sustentabilidade turística deve ser entendida também a partir de sua dimensão econômica, na medida em que busca assegurar a geração de renda e a distribuição equitativa dos benefícios oriundos da atividade turística. Nesse contexto, destaca-se a importância do incentivo ao consumo de produtos locais, da valorização do trabalho das comunidades envolvidas e

do estímulo ao empreendedorismo sustentável, como estratégias para reduzir a dependência de práticas exploratórias e não regenerativas (SILVA; PIMENTEL, 2024.p.23).

Outro aspecto relevante é o uso de indicadores de sustentabilidade e ferramentas tecnológicas para a gestão turística. De acordo com Almeida, Souza e Reis (2021), o uso de tecnologias digitais, sistemas de monitoramento ambiental e aplicativos de gestão de fluxo de visitantes contribui para reduzir impactos negativos e aumentar a eficiência das ações de conservação. No caso de áreas naturais como o Parque Pedra do Castelo, tais ferramentas podem auxiliar na definição de limites de visitação e no controle de atividades potencialmente degradantes.

A literatura mais recente aponta ainda para a importância da educação ambiental e patrimonial como instrumento de transformação social. Melo e Ribeiro (2024) argumentam que o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sustentabilidade permite sensibilizar tanto turistas quanto residentes, promovendo uma cultura de respeito ao ambiente natural e à identidade local. Essa perspectiva reforça o caráter social e educativo do turismo sustentável, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento humano e territorial.

Por fim, observa-se que o turismo sustentável deve ser entendido como um processo contínuo e coletivo, que exige cooperação, inovação e comprometimento. Conforme Ferreira (2025), a sustentabilidade nos destinos turísticos não depende apenas de políticas públicas, mas também da mudança de mentalidade dos diversos atores envolvidos. Assim, o turismo

sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo deve ser pensado como um projeto de longo prazo, integrando gestão participativa, valorização cultural, conservação ambiental e fortalecimento da economia local.

3.2.3 Gestão Profissional e Governança Colaborativa

A consolidação do turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo depende diretamente do fortalecimento da gestão profissional e da articulação colaborativa entre os atores locais.

Segundo Bichler e Lösch (2019), processos de governança turística eficazes exigem profissionais capazes de mediar interesses, promover confiança e estabelecer fluxos permanentes de comunicação entre comunidade, poder público e visitantes. No contexto da Pedra do Castelo, onde a atividade turística cresce, mas ainda enfrenta limitações estruturais, essa articulação torna-se essencial para que decisões sobre preservação, uso do espaço e orientação aos turistas sejam compartilhadas e sustentadas coletivamente.

Heslinga, Groote e Vanclay (2019) enfatizam que destinos sustentáveis são fortalecidos quando os atores envolvidos compreendem claramente seus papéis e responsabilidades dentro do sistema de governança. Isso se aplica à realidade da Pedra do Castelo, onde profissionais de turismo, guias locais e empreendedores desempenham funções importantes, mas muitas vezes pouco coordenadas entre si. A adoção de práti-

cas colaborativas, como fóruns comunitários, reuniões interseoriais e mecanismos participativos, contribui para que a gestão do parque seja mais integrada, permitindo que desafios como lixo, sobrecarga de trilhas e desinformação dos visitantes sejam enfrentados de maneira compartilhada.

Em áreas naturais sensíveis, a governança colaborativa tende a gerar maior legitimidade e engajamento comunitário. Burgos e Mertens (2022) demonstram que redes colaborativas mais horizontais, onde diferentes atores têm voz ativa, ampliam o comprometimento com a preservação ambiental e reduzem conflitos sobre o uso dos recursos. Na Pedra do Castelo, essa perspectiva é especialmente relevante, pois o patrimônio geológico e arqueológico depende da corresponsabilidade dos profissionais que atuam diretamente no território. Quando integrados em redes de governança fortes, esses profissionais tornam-se aliados estratégicos na vigilância ambiental, na educação dos visitantes e na construção de práticas sustentáveis.

Além disso, é necessário reconhecer que modelos de desenvolvimento turístico dependem da inclusão social e da distribuição justa dos benefícios. Astawa et al. (2024) mostram que destinos sustentáveis se desenvolvem com mais eficiência quando a governança adota uma abordagem inclusiva, incorporando moradores, pequenos empreendedores e lideranças locais nos processos de tomada de decisão. Essa lógica é aplicável à Pedra do Castelo, onde atividades como venda de artesanato, serviços de alimentação e condução de trilhas podem se tornar instrumentos de fortalecimento identitário e geração

de renda, desde que profissionalizadas e alinhadas à conservação ambiental.

Finalmente, a clareza no papel de cada ator, aliada ao uso de instrumentos de gestão participativa, pode elevar substancialmente a eficácia das ações de sustentabilidade. Roxas, Rivera e Gutierrez (2020) defendem que mapear funções e responsabilidades dentro da governança turística permite identificar lacunas, reduzir sobreposição de tarefas e orientar investimentos em capacitação profissional. Para a Pedra do Castelo, isso significa que a gestão sustentável deve se apoiar em diagnósticos contínuos, acompanhamento dos impactos do turismo e atualização das práticas de manejo, garantindo que visitantes, trabalhadores e comunidade atuem colaborativamente na preservação do parque.

3.3 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para compreender, de forma ampla, as percepções de turistas e profissionais sobre o turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo, em Castelo do Piauí. Essa opção metodológica busca integrar a análise dos dados com a interpretação das experiências e discursos dos participantes, ampliando a compreensão do fenômeno estudado.

O estudo é de caráter exploratório-descritivo, voltado a identificar o nível de conhecimento dos turistas, as ações dos profissionais e os desafios enfrentados na prática da sustenta-

bilidade turística local. A amostra foi não probabilística por conveniência, composta por turistas e profissionais do setor (guias, empreendedores e gestores), selecionados de acordo com sua disponibilidade durante o período de coleta, entre junho e agosto de 2025.

As informações coletadas foram analisadas, conforme Bardin (2016), permitindo cruzar e comparar resultados para identificar padrões e interpretações convergentes. Essa triangulação dos dados reforça a consistência e a confiabilidade dos resultados obtidos.

Para a coleta de dados, utilizaram-se questionário estruturado, com 17 perguntas fechadas e 01 pergunta aberta aplicadas aos turistas, abordando perfil, percepção ambiental e práticas sustentáveis, e profissionais de turismo através do google forms.

Além dos procedimentos descritos, é importante destacar as limitações e delimitações inerentes ao desenvolvimento desta pesquisa, o tempo disponível para a coleta de dados foi relativamente curto, o que restringiu a amplitude da investigação e resultou em um número reduzido de participantes. Ainda assim, a amostra obtida mostrou-se suficiente para atender aos objetivos do estudo, visto que, a partir da 15ª resposta, observou-se clara repetição das percepções, caracterizando o fenômeno metodológico conhecido como saturação teórica. Dessa forma, mesmo com um intervalo temporal limitado e uma amostra moderada, os dados coletados apresentaram consistência e permitiram interpretações válidas sobre o turismo sustentável

no Parque Municipal Pedra do Castelo.

Todo o processo seguiu os princípios éticos da pesquisa científica, com o uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e garantia do sigilo das informações dos participantes. O estudo também se baseou nas diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando a voluntariedade e o respeito à integridade dos sujeitos pesquisados.

3.4 Resultados e Discussão

Os resultados indicaram que 64% dos turistas reconhecem o conceito de turismo sustentável, mas apenas 35% afirmaram praticar ações conscientes durante suas viagens. Muitos ainda associam sustentabilidade apenas à preservação ambiental, sem considerar as dimensões social e econômica do conceito.

Entre os profissionais entrevistados, observou-se maior compreensão sobre a importância da sustentabilidade, embora apontem falta de infraestrutura, ausência de políticas públicas específicas e carência de formação continuada como os principais obstáculos para uma gestão efetiva. Essa constatação reforça as observações de Costa e Andrade (2018) e Dias e Cunha (2022) sobre a necessidade de capacitação e articulação entre os atores locais.

A percepção geral dos turistas sobre o Parque Pedra do Castelo é positiva, destacando-se o contato com a natureza e o patrimônio arqueológico. Contudo, foram mencionados proble-

mas como sinalização deficiente, lixo acumulado e ausência de campanhas educativas, aspectos que impactam diretamente a sustentabilidade do local.

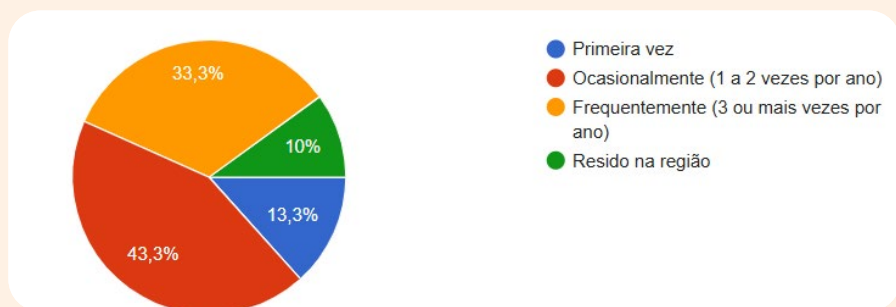
Os resultados confirmam o que apontam Carvalho (2021) e, Melo e Ribeiro (2024): a sustentabilidade no turismo depende não apenas da infraestrutura física, mas também da educação ambiental e da sensibilização dos visitantes e profissionais. Portanto, políticas públicas e ações de conscientização são fundamentais para consolidar o turismo sustentável em Castelo do Piauí.

A análise dos dados obtidos a partir dos 30 questionários aplicados revelou aspectos importantes sobre o perfil dos participantes e suas percepções em relação ao turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo, em Castelo do Piauí. Dos respondentes, 46,7% eram profissionais do setor turístico, 43,3% turistas e 10% moradores não diretamente envolvidos com o turismo, o que garantiu uma amostra diversificada e representativa. A maioria dos participantes era do sexo masculino (60%), com idades predominantemente entre 21 e 40 anos (80%), e possuía ensino médio ou superior completo (80%), o que demonstra um público relativamente jovem e escolarizado, apto a compreender a importância da sustentabilidade no turismo.

Quanto à frequência de visita, 43,3% afirmaram residir na região, 33,3% visitam frequentemente (três ou mais vezes ao ano) e 13,3% estavam visitando pela primeira vez, evidenciando que o parque atrai tanto visitantes ocasionais quanto moradores locais, o que reforça seu papel como espaço de lazer e identida-

de regional. Segundo Oliveira (2020), a presença recorrente de visitantes locais é um fator estratégico para consolidar práticas sustentáveis, pois contribui para o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade ambiental.

Gráfico 01- Frequência de Visita



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

No que se refere ao conhecimento sobre o conceito de turismo sustentável, 90% dos participantes afirmaram já ter ouvido falar sobre o tema, o que revela um bom nível de conscientização inicial. Ao relacionar o conceito com práticas concretas, 96,7% associaram o turismo sustentável à preservação do meio ambiente, 90% ao respeito à cultura local, e 86,7% ao incentivo à economia regional.

Esses dados demonstram que os participantes compreendem a sustentabilidade como um fenômeno multidimensional, em consonância com Santos e Silva (2017), que defendem a integração entre as dimensões ecológica, social e econômica. Essa compreensão é de suma importância pois quando há essa

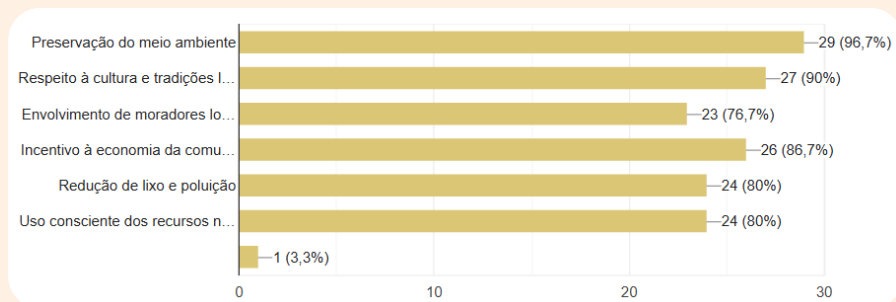
compreensão a adoção de práticas sustentáveis tem mais probabilidade de tornar-se hábito e assim uns cidadãos vão apreendendo com outros gerando impacto significativo nesse local.

Gráfico 02- Percepção sobre profissionais de turismo que trabalham em Castelo do Piauí



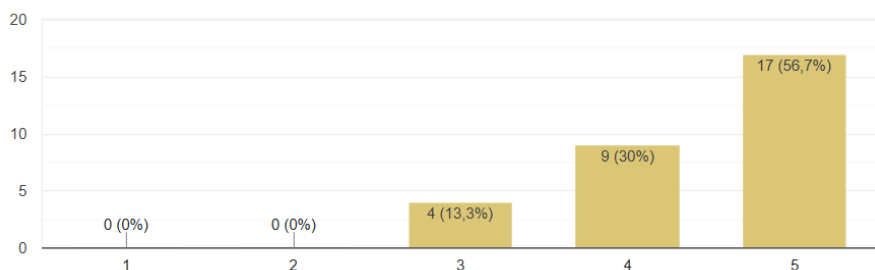
Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em relação às ações dos profissionais do setor, 43,3% dos respondentes afirmaram perceber que os profissionais “criam projetos ou eventos com foco sustentável”, enquanto 40% reconheceram esforços de valorização cultural e 10% apontaram incentivos diretos à preservação ambiental. Esses números indicam uma atuação positiva, mas ainda fragmentada. Costa e Andrade (2018) observam que o sucesso do turismo sustentável depende da capacitação técnica e do engajamento contínuo dos profissionais, o que reforça a necessidade de políticas locais voltadas à formação e à sensibilização desses atores.

Gráfico 03 – Ações associadas ao turismo sustentável

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

As práticas sustentáveis mais percebidas pelos visitantes em agências e empresas turísticas foram: orientação sobre preservação ambiental (76,7%), limpeza e manutenção de trilhas (73,3%) e incentivo ao consumo de produtos locais (56,7%). Apesar disso, apenas 36,7% mencionaram o uso de materiais ecológicos e biodegradáveis, o que demonstra que o turismo sustentável ainda é mais fortemente associado a atitudes de conservação do que a inovações estruturais. Esse cenário está alinhado com o que apontam Rodrigues e Costa (2023), ao afirmarem que muitos destinos em desenvolvimento ainda carecem de indicadores e práticas técnicas para consolidar a sustentabilidade.

Gráfico 04 – Turismo e preservação da Pedra do Castelo

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

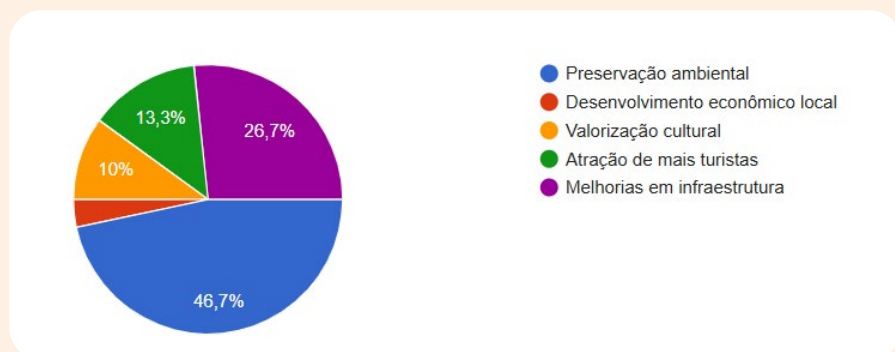
Nas questões relacionadas às percepções sobre impactos do turismo, 56,7% dos participantes concordaram totalmente que o turismo contribui para a preservação da Pedra do Castelo, enquanto 30% concordaram parcialmente. A maioria (76,7%) também reconheceu que a atividade gera benefícios econômicos para a comunidade local, evidenciando o papel do turismo como agente de dinamização econômica. Entretanto, 80% dos respondentes também concordaram que o aumento do turismo pode causar danos ambientais se não houver controle, refletindo uma preocupação equilibrada entre o desenvolvimento e a conservação, um ponto central discutido por Gomes (2023) e Ferreira (2025), que defendem a necessidade de políticas preventivas e de monitoramento constante.

Outro aspecto destacado foi o impacto cultural do turismo. 80% dos participantes concordaram que a atividade turística fortalece a identidade cultural e social da região, reforçando a ideia de que o turismo sustentável deve também promover a

valorização do patrimônio imaterial e das tradições locais, conforme defendido por Dias e Cunha (2022). Isso demonstra que, no contexto de Castelo do Piauí, a sustentabilidade é percebida não apenas como uma questão ecológica, mas também como um instrumento de preservação da cultura e da história locais.

Quando questionados sobre as ações prioritárias para o fortalecimento do turismo sustentável, os participantes indicaram como principais medidas: programas de educação ambiental (90%), investimento em infraestrutura sustentável (86,7%), capacitação profissional (83,3%) e criação de políticas públicas específicas (76,7%). Esses resultados evidenciam uma percepção madura sobre a importância de um planejamento articulado e da formação contínua, em consonância com o que propõem Carvalho (2021) e Melo e Ribeiro (2024), ao afirmarem que a sustentabilidade depende de um processo educativo permanente.

Gráfico 05 – Prioridades no turismo sustentável na Pedra do Castelo



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Por fim, ao escolherem a principal prioridade para garantir a sustentabilidade do parque, 46,7% dos respondentes apontaram a preservação ambiental, seguida de 26,7% que destacaram melhorias na infraestrutura, e 13,3% que enfatizaram o desenvolvimento econômico local. Tais respostas indicam que, embora os participantes reconheçam o valor econômico do turismo, a preocupação com o meio ambiente ainda é o eixo central das percepções, confirmando o alinhamento do público com os princípios defendidos pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2023).

Portanto os resultados demonstram que o Parque Municipal Pedra do Castelo apresenta um potencial expressivo para consolidar-se como destino de turismo sustentável, desde que sejam intensificadas ações de gestão integrada, educação ambiental e valorização cultural. A combinação de percepção positiva, engajamento profissional e consciência ecológica configura um cenário promissor, mas que exige planejamento contínuo e cooperação entre turistas, comunidade e poder público, condições indispensáveis para transformar o discurso da sustentabilidade em prática efetiva.

3.5 Considerações Finais

A análise realizada evidenciou que o turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo passa por processo de consolidação, marcado por avanços importantes, mas também por desafios persistentes. A percepção dos participantes

revelou uma crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, especialmente entre os profissionais do setor, que demonstraram conhecimento mais aprofundado sobre práticas ambientais e responsabilidade social. Entretanto, ainda se observa uma lacuna entre o discurso e a prática, sobretudo no comportamento dos turistas e na efetivação de políticas públicas de apoio à gestão ambiental e cultural do parque.

Os resultados apontam que o turismo sustentável, embora amplamente defendido como meta, carece de planejamento integrado e ações sistemáticas que articulem poder público, comunidade local e iniciativa privada. A ausência de investimentos em infraestrutura adequada, capacitação profissional e programas de educação ambiental limita a efetividade das práticas sustentáveis no destino. Essa realidade confirma o que autores como Dias e Cunha (2022) e Gomes (2023) destacam: a sustentabilidade turística depende de uma governança colaborativa e contínua, capaz de promover o equilíbrio entre uso e preservação dos recursos.

Outro aspecto relevante é a necessidade de sensibilizar o turista para a adoção de atitudes mais responsáveis durante a visita. Apesar de muitos visitantes demonstrarem apreço pelo patrimônio natural e cultural do Parque Pedra do Castelo, parte deles ainda restringe o conceito de sustentabilidade à dimensão ambiental, sem compreender seus desdobramentos sociais e econômicos. Isso reforça o papel da educação ambiental e patrimonial como ferramenta essencial para transformar a experiência turística em um processo de aprendizagem e respei-

to mútuo, conforme defendem Oliveira (2020) e Melo e Ribeiro (2024).

A pesquisa também permitiu perceber o potencial do turismo sustentável como vetor de desenvolvimento local e geração de renda, desde que conduzido de forma participativa e planejada. Profissionais e moradores podem se beneficiar economicamente das atividades turísticas quando há incentivos à produção local, apoio ao empreendedorismo comunitário e valorização das expressões culturais do território. Assim, a sustentabilidade torna-se não apenas uma meta ambiental, mas também uma estratégia de inclusão social e fortalecimento identitário, como ressaltam Silva e Pimentel (2024) e Ferreira (2025).

Do ponto de vista acadêmico e prático, este estudo contribui para ampliar o debate sobre o turismo sustentável em municípios de pequeno porte, especialmente no Piauí, onde o potencial natural é elevado, mas as práticas de gestão ainda são incipientes. Os resultados oferecem subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas, baseadas em dados locais e na escuta dos diferentes atores envolvidos. Além disso, reforçam a importância de pesquisas empíricas contínuas que monitorem o impacto das ações sustentáveis sobre o meio ambiente, a economia e o bem-estar das comunidades anfitriãs.

Por fim, considera-se que o turismo sustentável no Parque Municipal Pedra do Castelo deve ser compreendido como um compromisso coletivo e de longo prazo, fundamentado na cooperação, na educação e na corresponsabilidade entre todos

os agentes envolvidos. O fortalecimento da sustentabilidade exige uma mudança de paradigmas e comportamentos, articulando preservação, inovação e justiça social. Assim, o turismo pode consolidar-se como uma força positiva para o desenvolvimento equilibrado de Castelo do Piauí, preservando seus patrimônios naturais e culturais e promovendo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Nesse sentido, destaca-se que futuras pesquisas são essenciais para ampliar as reflexões aqui apresentadas. Investigações voltadas ao monitoramento de impactos socioambientais, à percepção de diferentes grupos de visitantes, à eficácia das ações educativas e à avaliação longitudinal das políticas públicas podem aprofundar a compreensão dessa temática. Estudos comparativos entre destinos similares também podem contribuir para identificar modelos de gestão bem-sucedidos e estratégias replicáveis. Assim, a continuidade da produção científica permitirá fortalecer o turismo sustentável no Parque Pedra do Castelo e em outros territórios que enfrentam desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M.; SOUZA, C. R.; REIS, M. V. **Tecnologia e sustentabilidade no turismo brasileiro**: ferramentas para a gestão ambiental de destinos. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ASTAWA, I. P. M.; WARDANA, I. M.; SUKAATMADJA, I. P. G.; SUKAWATI, T. G. R. **Turismo inclusivo**: uma força motriz para a governança colaborativa no avanço do turismo sustentável em vilas. *Asian Journal of Business Research*, v. 14, n. 2, p. 41–59, 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BICHLER, B. F.; LÖSCH, M. **Governança colaborativa no turismo**: perspectivas empíricas sobre um destino orientado à comunidade. *Sustainability*, v. 11, n. 23, art. 6673, 2019.

BURGOS, A.; MERTENS, F. **Redes de governança colaborativa**: explorando o sucesso da governança em iniciativas de conservação em larga escala. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. 1–21, 2022.

CARVALHO, C. C. **Turismo e sustentabilidade em unidades de conservação brasileiras**. Recife: UFPE, 2021.

CARVALHO, C. C. **Turismo e sustentabilidade em unidades de conservação brasileiras**. Recife: UFPE, 2021.

COSTA, L. R.; ANDRADE, M. A. **Turismo sustentável**: práticas e desafios no cenário brasileiro contemporâneo. São Paulo: Alínea, 2018.

COSTA, L. R.; ANDRADE, M. A. **Turismo sustentável: práticas e desafios no cenário brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Alínea, 2018.

DANTAS, M. F.; FARIAS, R. T. **Turismo responsável e educação ambiental: caminhos para o visitante sustentável**. Brasília: IABS, 2022.

DIAS, M. S.; CUNHA, J. P. **Gestão sustentável no turismo: estratégias para comunidades locais**. Curitiba: CRV, 2022.

DIAS, M. S.; CUNHA, J. P. **Gestão sustentável no turismo: estratégias para comunidades locais**. Curitiba: CRV, 2022.

FERREIRA, J. L. **Gestão participativa e turismo sustentável em municípios de pequeno porte**. Fortaleza: Edições UECE, 2025.

FERREIRA, J. L. **Gestão participativa e turismo sustentável em municípios de pequeno porte**. Fortaleza: Edições UECE, 2025.

GOMES, P. R. **Impactos do turismo sustentável em pequenas cidades brasileiras**. Fortaleza: Edições UECE, 2023.

HESLINGA, J.; GROOTE, P.; VANCLAY, F. **Fortalecendo processos de governança para melhorar a repartição de benefícios do turismo em áreas protegidas por meio da análise de stakeholders** Journal of Sustainable Tourism, v. 27, n. 6, p. 773–787, 2019.

MELO, V. A.; RIBEIRO, T. C. **Educação e turismo sustentável: desafios e oportunidades no Nordeste brasileiro**. Teresina: EDUFPI, 2024.

OLIVEIRA, F. J. **Turismo e sustentabilidade: percepções dos turistas e destinos emergentes**. Salvador: EDUFBA, 2020.

OMT – **Organização Mundial do Turismo**. Tourism for sustainable development goals: a guidebook. Madrid: UNWTO, 2023.

ONU – Organização das Nações Unidas, 2007. **Sustentabilidade**. Disponível em: < www.abic.com.br/arquivos/sust_norma_pqcsust_19jun07.pdf > acesso em: 04/11/2025

RODRIGUES, D. P.; COSTA, G. R. **Governança e indicadores de sustentabilidade em destinos turísticos**. São Paulo: Atlas, 2023.

ROXAS, F. M. Y.; RIVERA, J. P. R.; GUTIERREZ, E. L. M. **Mapeando os papéis dos stakeholders na governança de destinos turísticos sustentáveis**. Journal of Hospitality and Tourism Management, v. 45, p. 387–398, 2020.

SANTOS, R. P.; SILVA, C. A. **Bases do turismo sustentável:** teoria e prática. Florianópolis: Insular, 2017.

SILVA, A. R.; PIMENTEL, L. S. **Turismo, economia e sustentabilidade:** práticas inclusivas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2024.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO ONLINE

TURISMO SUSTENTÁVEL: PERSPECTIVAS DE TURISTAS E PROFISSIONAIS SOBRE SEU IMPACTO NAS ÁREAS TURÍSTICAS

Local de estudo: Pedra de Castelo do Piauí – PI

Pesquisadores:

Discente: *Jassa Evelyn Beserra Vieira e José Antônio Álvares Barbosa*

Orientador: *Prof. Me. Raimundo Nonato Sousa*

Termo de Consentimento e Confidencialidade (LGPD)

Conforme a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018**, informamos que:

- As informações fornecidas neste questionário serão **usadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos**;
- A participação é **voluntária**, e o(a) participante pode interromper o preenchimento a qualquer momento;
- Nenhum dado pessoal será divulgado individualmente, garantindo **sigilo e anonimato**;
- Ao clicar em “Próximo” ou continuar o preenchimento, você **autoriza o uso das informações para fins desta pesquisa e confirma estar ciente da natureza do estudo**.

Declaro que li e concordo em participar da pesquisa.

☐ Sim, concordo

☐ Não concordo (*encerra o questionário*)

Seção 1 – Perfil Do Participante

1. Você é:

☐ Turista

☐ Profissional do setor turístico

☐ Morador local não envolvido diretamente com turismo

2. Sexo:

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Prefiro não informar

3. Faixa etária:

☐ Menos de 20 anos

☐ 21 a 30 anos

☐ 31 a 40 anos

☐ 41 a 50 anos

☐ Acima de 50 anos

4. Nível de escolaridade:

☐ Ensino Fundamental

☐ Ensino Médio

☐ Ensino Superior

☐ Pós-graduação

5. Cidade de residência:

6. Com que frequência você visita a Pedra de Castelo?

- ☐ Primeira vez
- ☐ Ocasionalmente (1 a 2 vezes por ano)
- ☐ Frequentemente (3 ou mais vezes por ano)
- ☐ Resido na região

Seção 2 – Conhecimento Sobre Práticas Sustentáveis

(Objetivo Específico 1)

7. Você já ouviu falar sobre turismo sustentável?

- ☐ Sim ☐ Não

8. Quais dessas práticas você associa ao turismo sustentável? *(Selecione todas as que se aplicam)*

- ☐ Preservação do meio ambiente
- ☐ Respeito à cultura e tradições locais
- ☐ Incentivo à economia da comunidade
- ☐ Redução de lixo e poluição
- ☐ Uso consciente dos recursos naturais
- ☐ Envolvimento de moradores locais
- ☐ Outras (especifique): _____

Seção 3 – Ações Adotadas Pelos Profissionais Do Setor

(Objetivo Específico 2)

9. Na sua opinião, os profissionais do turismo em Castelo do Piauí:

- ☐ Incentivam o cuidado com o meio ambiente
- ☐ Valorizam a cultura e as tradições locais
- ☐ Criam projetos ou eventos com foco sustentável
- ☐ Não adotam ações visíveis
- ☐ Não sei opinar

10. Quais práticas sustentáveis você já percebeu em agências, guias ou empresas turísticas da região? (Selecione todas as que se aplicam)

Orientação sobre preservação ambiental

- ☐ Limpeza e manutenção de trilhas e atrativos
- ☐ Incentivo ao consumo de produtos e serviços locais
- ☐ Parcerias com comunidades ou associações locais
- ☐ Uso de materiais ecológicos ou biodegradáveis
- ☐ Nenhuma prática identificada

Seção 4 – Percepções Sobre Impactos Do Turismo

(Objetivo Específico 3)

A seguir, são apresentadas algumas afirmações relacionadas ao turismo em Castelo do Piauí. Para cada item, indique o grau de concordância com a afirmação, utilizando a escala abaixo:

1 = Discordo totalmente | 2 = Discordo parcialmente | 3 = Nem discordo, nem concordo | 4 = Concordo parcialmente | 5 = Concordo totalmente

Marque apenas **uma opção** em cada linha, de acordo com a sua percepção pessoal.

11. O turismo contribui para a preservação da Pedra de Castelo.

1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐

12. O turismo em Castelo do Piauí gera benefícios econômicos para a comunidade local.

1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐

13. O aumento do turismo pode causar danos ambientais se não houver controle.

1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐

14. O turismo fortalece a identidade cultural e social da região.

1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐

Seção 5 – Sugestões E Prioridades Para O Turismo Sustentável

(Objetivo Específico 4)

16. Quais ações poderiam fortalecer o turismo sustentável em Castelo do Piauí? *(Selecione todas as que se aplicam)*

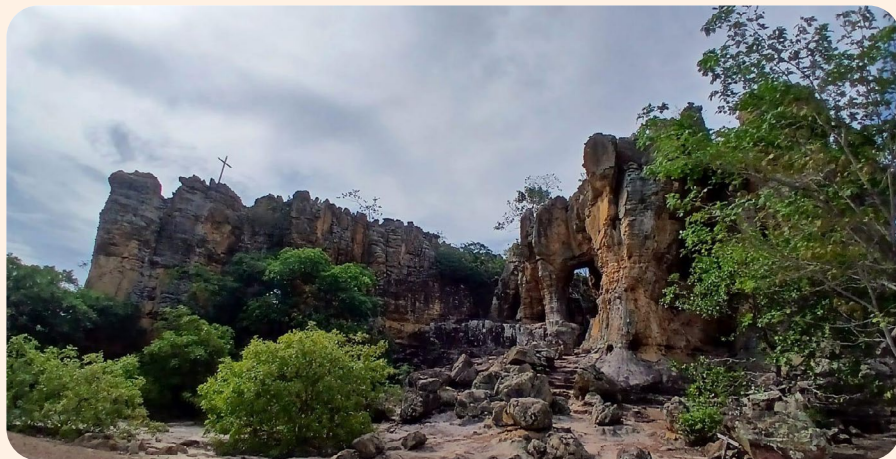
- ☐ () Maior conscientização dos visitantes
- ☐ () Capacitação de guias e profissionais
- ☐ () Criação de políticas públicas específicas
- ☐ () Investimento em infraestrutura sustentável
- ☐ () Programas de educação ambiental
- ☐ () Outras: _____

17. Se você pudesse escolher apenas uma prioridade para garantir o turismo sustentável na Pedra de Castelo, qual seria?

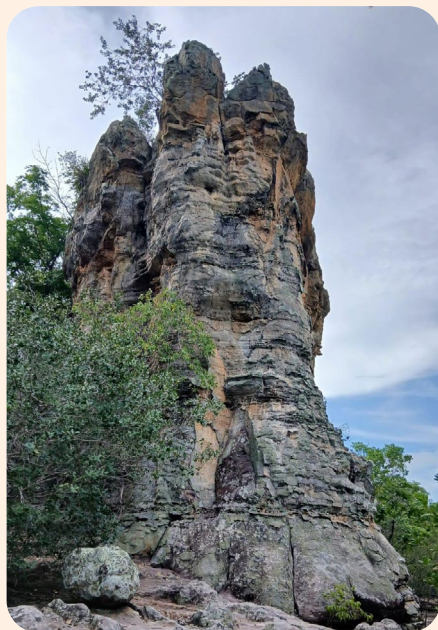
- ☐ () Preservação ambiental
- ☐ () Desenvolvimento econômico local
- ☐ () Valorização cultural
- ☐ () Atração de mais turistas
- ☐ () Melhorias em infraestrutura

18. Deseja deixar algum comentário ou sugestão adicional sobre o turismo sustentável em Castelo do Piauí?

APÊNDICE B: FOTOS DA PEDRA DO CASTELO



Vista lateral da Pedra do Castelo
(Arquivo pessoal dos autores)



Vista lateral de um dos salões internos da Pedra do Castelo
(Arquivo pessoal dos autores)

Planejamento Turístico Integrado e Patrimônio Arqueológico: o caso da cidade Inhuma (PI)

Márcio Leonardo Leal Araújo

Christiane Carvalho Veloso

O Capítulo 3 discutiu o turismo sustentável a partir de uma perspectiva analítica voltada ao planejamento, à gestão e às dimensões institucionais do desenvolvimento turístico. Dando continuidade a esse debate, o Capítulo 4 aprofunda a relação entre turismo e território ao focalizar o planejamento turístico integrado associado à valorização do patrimônio arqueológico. Deslocando o olhar para a cidade de Inhuma (PI), o capítulo evidencia como instrumentos

de planejamento podem articular preservação do patrimônio, identidade local e desenvolvimento turístico, reforçando o papel do turismo como política pública territorial.

4.1 Introdução

A cidade de Inhuma, localizada na região central do estado do Piauí, integra uma zona ecotonal marcada por diversidade de paisagens e potencial para o ecoturismo, segmento que, segundo Ruschmann (1997), contribui para a conservação de áreas naturais ao mesmo tempo em que estimula a participação das comunidades locais no desenvolvimento turístico. O município possui 14.958 habitantes (IBGE, 2022) e apresenta um PIB de R\$ 163,6 milhões, *per capita* 10.897,17, com participação de 49,8% da administração pública, 28% dos serviços, 15,5% da agropecuária e 6,8% da indústria (CARAVELA.INFO, 2022). Além disso, conta com eventos culturais importantes, como a festa do padroeiro São José e as festividades de emancipação política, e reúne atrativos como grutas, trilhas, sítios arqueológicos e manifestações religiosas, configurando-se como espaço de interesse para o turismo ecológico, pedagógico e cultural.

Apesar desse potencial, Inhuma-PI ainda carece de estratégias de planejamento turístico capazes de integrar a valorização do patrimônio natural e cultural com o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A ausência de políticas públicas estruturadas e de mecanismos de gestão participativa compromete a preservação dos recursos locais, resultando no risco de

degradação e subutilização dos atrativos. Para Pellegrini (2000), todo efeito ou alteração no meio, causado por determinada atividade, constitui um impacto que pode ser avaliado como positivo ou negativo, ecológico, social ou econômico. Assim, a prática de um turismo desordenado pode intensificar a degradação, enquanto o planejamento adequado possibilita transformar o patrimônio em vetor de desenvolvimento.

O planejamento turístico, conforme Ruschmann (1997), deve ser entendido como um processo contínuo de diagnóstico e prognóstico, que ordena as ações humanas sobre o território e orienta a instalação de equipamentos e facilidades de forma a reduzir impactos adversos. Nesse sentido, a implementação de um planejamento turístico integrado e participativo, que envolva comunidade, poder público e demais atores, é fundamental para que municípios como Inhuma consigam alinhar conservação ambiental, valorização cultural e benefícios socioeconômicos sustentáveis.

Diante desse cenário, surge a questão central: de que forma o planejamento turístico integrado pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio natural, cultural e histórico de Inhuma-PI, considerando o papel da comunidade local e do poder público nesse processo?

Tem-se como objetivo geral analisar de que forma o planejamento turístico integrado e participativo pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio natural, arqueológico e cultural de Inhuma-PI, considerando a percepção da comunidade local e do poder público.

Para alcançar esse propósito, busca-se analisar os conceitos de turismo sustentável e de planejamento turístico presentes na literatura e discutir sua aplicabilidade ao contexto de municípios de pequeno porte como Inhuma; examinar o patrimônio natural, arqueológico e cultural de Inhuma-PI à luz das concepções de patrimônio, ressaltando sua importância para a identidade local; e, por fim, investigar a relevância da gestão participativa, avaliando como a atuação conjunta da comunidade local e do poder público, aliada a práticas de educação patrimonial e ambiental, pode contribuir para a preservação e valorização do patrimônio municipal.

A pesquisa se justifica, pois contribui para a discussão sobre turismo sustentável, planejamento territorial e gestão participativa do patrimônio, temas em crescimento no campo do Turismo, e relevância para futuros estudos, já que há poucos trabalhos nessa área em Inhuma-PI, o que torna a pesquisa original. Além disso, há a importância social e cultural, pois valoriza o patrimônio e a identidade local, podendo melhorar a qualidade de vida da população com oportunidades. A principal intenção dos autores é subsidiar políticas públicas e projetos de turismo comunitário que sirva de modelo para outros municípios com realidades semelhantes.

4.2 Turismo Sustentável e Planejamento

Ruschmann (1997, p.27) ressalta que “é preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de

que a atratividade dos recursos naturais e histórico-culturais não seja a causa da sua degradação”. Nessa perspectiva, o presente estudo propõe-se a contribuir para o processo de planejamento municipal, fornecendo subsídios que possibilitem monitorar, sistematizar e organizar as etapas investigativas, de modo a orientar tanto os responsáveis institucionais quanto os demais atores envolvidos.

De acordo com Chiavenato (apud Petrocchi, 2001, p.67), o planejamento constitui um modelo teórico para a ação futura, sendo instrumento essencial para reduzir incertezas e conferir consistência ao desempenho organizacional. O processo inicia-se pela definição de objetivos, seguido da formulação de estratégias, políticas e planos específicos, estabelecendo um sistema de decisões e de revisão contínua.

Petrocchi (2001, p.70) complementa essa definição ao considerar o planejamento um processo de longo prazo, que se concretiza por meio de planos de trabalho elaborados em frações temporais compatíveis com o horizonte global definido.

No campo do turismo, Ruschmann (2001, p.67) caracteriza o planejamento como processo de ordenação das ações humanas sobre um destino turístico, direcionando a implantação de equipamentos e serviços de forma adequada e evitando impactos que comprometam a atratividade dos recursos. A existência de um planejamento turístico é condição indispensável para o desenvolvimento equilibrado, isto é, sustentável, que ocorre em consonância com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões receptoras, garantindo sua preservação para as gerações futuras.

Outros autores convergem para essa concepção. Petrocchi (1998, p.19) afirma que o planejamento corresponde à definição de um futuro desejado e das providências necessárias à sua materialização. Molina e Rodrigues (2001, p.78) o descrevem como resultado de um processo lógico de análise da realidade, por meio do qual se estabelecem os meios adequados para transformá-la conforme os interesses e aspirações humanas. A Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003b, p.41), por sua vez, define o planejamento como a organização do futuro em função de objetivos preestabelecidos, servindo de guia para a tomada de decisões.

Entre os modelos metodológicos, Ruschmann (1999) apresenta três etapas centrais do planejamento turístico: caracterização geral do ambiente, com levantamento dos aspectos geográficos, econômicos e sociais; inventário turístico, compreendendo recursos naturais, culturais, infraestrutura, recursos humanos e demanda; análise e avaliação, envolvendo diagnóstico, prognóstico e diretrizes.

Barretto (1991) propõe um esquema mais detalhado acerca do planejamento turístico, composto pelo: estudo diagnóstico que compreende a investigação e compreensão da realidade, identificação de fatos e tendências; definição de objetivos com a decisão sobre os resultados a serem alcançados, com clareza e legitimação; implantação e execução; controle com enfoque no monitoramento do processo, identificação de desvios e correção; e por fim, avaliação que seria a apreciação crítica dos resultados e da efetividade dos objetivos, subsidiando replanejamentos.

Conforme Irving et al. (2005), pensar a sustentabilidade do turismo exige tanto visão estratégica de longo prazo quanto pragmatismo, de modo a converter ideais em práticas concretas. Ignarra (2003) observa que as paisagens, ao constituírem diferencial competitivo, atraem fluxos de turistas e serviços, mas também concentram impactos.

Para Ruschmann (1997, p.75), o planejamento sustentável deve pautar-se em um turismo alternativo, responsável e qualitativo, que atenda às necessidades atuais sem comprometer o usufruto das futuras gerações. Swarbrooke (2000, p.14) acrescenta que a incorporação do planejamento e do zoneamento é indispensável para compatibilizar o desenvolvimento turístico com a capacidade de carga dos ecossistemas.

No contexto brasileiro, experiências de planejamento turístico vêm sendo implementadas como alternativas de desenvolvimento sustentável, destacando-se o Parque Nacional da Serra da Capivara (São Raimundo Nonato-PI), e a Pedra do Castelo (Castelo do Piauí-PI), há iniciativas voltadas para atender às exigências sociais, econômicas e ambientais contemporâneas. Inhumá-PI localiza-se entre os dois entrepostos.

Ademais, novas modalidades de turismo têm emergido e se articulado entre si, como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo rural, o turismo histórico-cultural, o turismo técnico-científico e o turismo pedagógico. No município de Inhumá-PI, a identificação de atrativos naturais, arqueológicos e culturais reforçou o turismo como atividade estratégica para a valorização patrimonial e para a melhoria das condições de vida locais.

Nesse contexto, o fortalecimento institucional e a profissionalização da área tornam-se fundamentais, ampliando a necessidade de especialistas em órgãos públicos, empresas, parques e sítios, de forma a fomentar a discussão sobre políticas públicas de proteção, preservação e uso sustentável do turismo.

4.3 Patrimônio Natural, Cultural e Arqueológico

A Constituição de 1988 consolidou os fundamentos das práticas de preservação do patrimônio ao incorporar, em seu texto, a noção de patrimônio cultural, reconhecendo bens materiais e imateriais e instituindo o inventário e o registro como instrumentos de proteção (IPHAN, 2007).

O patrimônio cultural, enquanto objeto e estudo das ciências humanas, sociais e ambientais, requer soluções que considerem a diversidade de interesses e perspectivas, legitimando conflitos e buscando pontos de convergência. O patrimônio natural, por sua vez, compreende áreas de relevância histórica, estética e preservacionista, transmitindo valores identitários e coletivos que remetem às origens, práticas e projeções de uma comunidade.

De acordo com a Carta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), órgão consultivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio arqueológico corresponde ao conjunto de vestígios da existência humana, abrangendo locais de atividade, estruturas, ruínas, objetos associados e contextos subter-

râneos ou subaquáticos, investigados a partir dos métodos da arqueologia (UNESCO, 2009, p.234).

A utilização turística de sítios arqueológicos tem se expandido, mas enfrenta dificuldades na consolidação de modelos de gestão viáveis. Ainda assim, sua preservação por meio da atividade turística configura alternativa estratégica, já em curso em diferentes regiões do estado, embora de modo não institucionalizado. Tais iniciativas, contudo, dependem de planejamento adequado, pesquisa científica e apoio de instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

4.4 Gestão Participativa e Comunidade Local

A relação entre planejamento turístico e participação comunitária é determinante. A gestão participativa pressupõe o envolvimento da população local como protagonista, por meio do turismo de base comunitária, da educação patrimonial e da valorização da memória coletiva.

A integração da comunidade possibilita alinhar conservação ambiental, valorização cultural e benefícios socioeconômicos sustentáveis. Para Trigger (2004, p.336), memória e identidade são fundamentais, pois permitem que indivíduos e grupos construam suas próprias interpretações do passado.

Campos (2010, p.65) enfatiza que a legitimação de um bem como patrimônio cultural decorre da atribuição de valor por parte da coletividade, mais do que de determinações legais ou estatais, que podem gerar “comunidades imaginárias”. De acor-

do com Funari (2013), a arqueologia brasileira vem se destacando ao promover a interação entre arqueólogos e sociedade, produzindo conhecimento relevante tanto para o público acadêmico quanto para comunidades específicas.

As estratégias de preservação envolvem desde a formulação de legislações específicas até a implementação de práticas educativas junto à população. Como destaca Cardozo (2008, p.10), modelos de planejamento que desconsideram a localidade produzem resultados tendenciosos. Sendo a comunidade a principal impactada pela atividade turística, torna-se imperativo não apenas consultá-la, mas considerar efetivamente suas necessidades e propostas, o que constitui a essência do planejamento participativo.

4.5 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, considerada a mais adequada para compreender percepções, práticas sociais, significados culturais e relações institucionais que envolvem o uso turístico e a preservação do patrimônio arqueológico de Inhuma-PI.

Conforme Minayo (2012), esse tipo de abordagem permite captar dimensões simbólicas e subjetivas presentes nas experiências dos sujeitos, condição essencial quando se investiga processos de planejamento turístico que dependem da atuação coordenada entre comunidade local, poder público e instituições externas. O estudo enquadra-se como pesquisa descritiva

e exploratória, desenvolvida sob o formato de estudo de caso, seguindo a perspectiva de Yin (2016), ao examinar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real e considerando múltiplas fontes de evidência.

Os participantes da pesquisa foram selecionados por amostragem intencional, priorizando aqueles que exercem papéis estratégicos ou possuem experiência direta com o turismo, o patrimônio arqueológico e a gestão cultural no município. Foram incluídos secretários e ex-secretários de Cultura e Turismo, pesquisadores que atuam ou já atuaram nos sítios arqueológicos, moradores envolvidos na condução informal de visitantes, proprietários das áreas onde se localizam os sítios e o prefeito municipal. A seleção baseou-se no critério de *expertise* e na relevância dos participantes enquanto informantes - chave do processo de gestão turística e patrimonial.

A coleta de dados envolveu três procedimentos complementares. O primeiro consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas, guiadas por roteiros diferenciados conforme o perfil de cada entrevistado, possibilitando aprofundar percepções, expectativas, conflitos, necessidades e propostas relativas ao uso turístico dos sítios arqueológicos. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas em corpus de análise.

O segundo procedimento consistiu no uso do “Questionário de Avaliação do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos Brasileiros”, elaborado pelo Centro Nacional de Arqueologia do IPHAN, um instrumento técnico amplamente utilizado em diag-

nósticos de campo. O questionário foi preenchido pelo pesquisador a partir da observação direta dos sítios, de informações do inventário turístico municipal e de relatos de moradores e condutores locais.

O terceiro procedimento correspondeu às observações in loco, com registro fotográfico e anotações sistematizadas sobre acessibilidade, infraestrutura, impactos ambientais, formas de visitação e vulnerabilidades de cada sítio.

Os dados obtidos foram analisados mediante a técnica de Análise de Conteúdo Temática, de acordo com Bardin (2011), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação.

A análise buscou identificar regularidades, convergências e contradições entre as falas dos entrevistados, os registros documentais, as observações diretas e as informações obtidas com o questionário técnico do IPHAN.

Os resultados foram organizados a partir de eixos analíticos que emergiram do material empírico, especialmente aqueles relacionados à governança institucional, às fragilidades de preservação, ao envolvimento comunitário, ao potencial turístico e às lacunas de planejamento no município.

Para garantir maior robustez analítica, foi utilizada a triangulação metodológica, articulando entrevistas, instrumento técnico do IPHAN, documentação institucional e observações de campo.

Segundo Flick (2009), a triangulação aumenta a validade dos resultados ao permitir a comparação de diferentes perspec-

tivas sobre o mesmo fenômeno. Os sítios visitados: Torres, Ema, Furna do Quebra Perna e Furna dos Índios, foram selecionados por apresentarem maior diversidade iconográfica, relevância histórica e maior intensidade de uso informal, constituindo os contextos mais representativos dos desafios e potencialidades do turismo arqueológico local.

4.6 Resultados e Discussão

Esta seção tem como objetivo interpretar os dados levantados durante a pesquisa, articulando as percepções dos agentes locais, constatando a realidade dos sítios arqueológicos através do instrumental de pesquisa (Questionário CNA/IPHAN), interpretando-os à luz do referencial teórico e dos conceitos de planejamento turístico, patrimônio e gestão participativa.

Um dos objetivos das entrevistas foi buscar elementos que pudessem subsidiar políticas públicas de preservação para os sítios. Deste modo, buscou-se identificar a partir da prática cotidiana da pesquisa, sanar questões para que contribuam para as ações.

A pesquisa fundamentou-se em três trabalhos essenciais: o manual técnico de conservação de sítios rupestres elaborado por Lage, Borges e Rocha Júnior (2004), que orienta práticas de monitoramento anual e preservação; o estudo de Souza (2012), que analisa as potencialidades e fragilidades do turismo arqueológico em Serranópolis-GO, propondo inclusive a elaboração de um Plano Nacional de Turismo Arqueológico

pelo IPHAN; e, por fim, a investigação de Moura et al. (2023), que compara pigmentos rupestres de sítios de Inhuma-PI mediante espectrometria de fluorescência de raios X, sugerindo o uso de compostos que aprimoram propriedades pictóricas e constituindo o primeiro estudo científico aprofundado sobre esses sítios, razão pela qual foi tomado como referência central.

Conforme adverte Ruschmann (1997), é imperativo que “o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais e histórico-culturais não seja a causa da sua degradação”. Em Inhuma, este equilíbrio está longe de ser alcançado.

A falta de definição e de critérios sobre o uso turístico dos sítios arqueológicos, pelo IPHAN, foi apontada como uma das linhas prioritárias de atuação. A falta de esclarecimentos e posicionamentos por parte do órgão foi ressaltado como o principal problema enfrentado para que se desenvolva plenamente o turismo nos sítios.

Outro problema detectado diz respeito à dificuldade de fiscalização dos entornos dos sítios, devido as suas localizações, em áreas de difícil acesso. Muitos proprietários não possuem controle sobre visitas informais e não existe qualquer posicionamento ou orientação oficial do IPHAN sobre os procedimentos a serem adotados para minimizar os impactos negativos das visitas, ou sobre qualquer tipo de implementação de infraestrutura turística adequada.

Apesar da grande quantidade de sítios e do potencial existente, o aproveitamento turístico ainda é incipiente e não

foram feitos ainda nenhum tipo de planejamento. A etapa inicial do planejamento turístico, conforme Barreto (1991) requer o diagnóstico da realidade local. Em Inhuma-PI, este diagnóstico revela um potencial arqueológico não apenas robusto, mas cientificamente comprovado.

O valor inestimável deste acervo é validado pela ciência, com a caracterização multi-analítica das pinturas rupestres nos sítios Ema e Furna dos Índios, atestando a presença de pigmentos como hematita e goethita, Moura et al. (2023).

Identificou-se uma clara dissonância entre o potencial turístico reconhecido e a carência de planejamento formal. Os sítios possuem atrativos significativos, especialmente pela variedade de pinturas e gravuras rupestres, configurando-se como recursos de alto valor para o turismo pedagógico, cultural e ecológico.

A falta de estratégias públicas estruturadas, segundo Ruschmann (1997), impede que o patrimônio se torne um vetor de desenvolvimento sustentável e, ao contrário, o coloca em risco de degradação. A ausência de medidas de controle de fluxo, como estudos de capacidade de carga e zoneamento, é um dado crítico. A pesquisa evidencia a urgência de se implementar um planejamento que ordene as ações humanas sobre o território, como preconizado por Ruschmann, para assim mitigar esses impactos.

4.6.1 Caracterização e Perfil do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos de Inhuma-PI

A visão de Ruschmann (1997) é fundamental para essa análise. Pois ela é uma das principais teóricas do turismo no Brasil a defender um modelo de planejamento turístico integrado, sustentável e comunitário. Ela enfatiza que o turismo deve ser um instrumento de desenvolvimento local, gerando benefícios socioeconômicos e, ao mesmo tempo, garantindo a conservação do patrimônio natural e cultural.

Foi aplicado o “Questionário de Avaliação do Uso Turístico dos Sítios Arqueológicos Brasileiros - CNA/IPHAN” em quatro sítios (Furna dos Índios, Ema, Quebra Perna e Torres), o que permitiu um diagnóstico preciso e comparativo, revelando um cenário homogêneo de vulnerabilidade.

Os questionários demonstram que a gestão administrativa formal é inexistente, e delegada aos proprietários dos imóveis. Em todos os sítios, a opção assinalada para a gestão foi “outros”, com a especificação: administração em área privada sempre cabe ao proprietário da área.

A Lei 3.924/1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos estabelece que a descoberta e o cadastramento de um sítio arqueológico no IPHAN não transfere a propriedade do terreno para o poder público, mas sim a propriedade dos bens arqueológicos (pinturas, gravuras, material lítico, bens pré-históricos em geral) para a União. O proprietário se torna o guardião legal desse patrimônio, assumindo o

dever de protegê-lo e sujeitando-se a restrições de uso do seu próprio imóvel, sempre sob a supervisão do IPHAN. A intenção da lei é equilibrar o direito de propriedade com o interesse público maior de preservar a história e a identidade nacional.

Esta situação gera um vazio de autoridade e de responsabilidade técnica, onde a preservação depende da boa vontade e do entendimento individual de cada proprietário, sendo assim, a proteção legal é percebida como insuficiente.

Durante a coleta de informações da pesquisa (entrevistas, questionário, observação), percebeu-se que há um consenso de que todos os sítios possuem potencial turístico. Contudo, verificou-se que o turismo planejado é praticamente inexistente, com exceção do Sítio Quebra Perna, onde há indícios de uma gestão mais organizada por parte dos proprietários, por ter o envolvimento de toda a família nas visitas. Mas a modalidade predominante no município é o turismo informal, marcado por visitas pouco monitoradas, sem muito controle de fluxo ou orientação.

O Sítio das Torres é apontado como o mais crítico, talvez por ser o mais próximo da zona urbana do município e de relativa facilidade de encontrá-lo. Esta realidade contrasta violentamente com o conceito de planejamento de Ruschmann (1997) que visa ordenar as ações humanas para evitar os impactos negativos.

Observou-se que a carência de infraestrutura turística é absoluta. Em todos os sítios, foi assinalado que não existem estruturas turísticas construídas nos sítios, não há sinalização e não há acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Constatou-se que a preservação está ameaçada por uma combinação de fatores naturais e, sobretudo, antrópicos.

O Sítio Furna dos Índios sofre com o turismo informal, pois na localização do sítio, por ser uma grande área de afloramentos rochosos, foram construídos barreiras de cimento e também existem caldeirões naturais de pedra, que acumulam água durante o período chuvoso, sendo usado desde meados do século XX, segundo o morador e guia de ocasião. Durante a visita foi verificado área de desmatamento na entrada da furna do sítio, inclusive usam as formações rochosas do sítio como escora para os serviços de serralheria da madeira (Figura1).

Figura 1: Foto tirada pelo autor da pesquisa durante a visita ao Sítio Furna dos Índios onde mostra o desmatamento ao redor do sítio (Povoado Jabuti)



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Isso valida o alerta de Pellegrini (2000) de que o turismo pode se tornar um vetor de impacto negativo, e a preocupação de Souza (2012) sobre a vulnerabilidade de sítios rupestres sem cercamento e sinalização.

As medidas de controle de fluxo nos sítios são frágeis, a exceção, novamente é do Sítio Quebra Perna, onde há um certo controle pelos proprietários. Neste caso foi realizado uma melhoria no acesso ao sítio pela Prefeitura, com uma pavimentação poliédrica, sendo uma medida pontual e importante.

Ruschmann (1997) alerta que a atividade turística, quando não gerida, deixa de ser uma ferramenta de conservação e se torna uma ameaça ao patrimônio. A falta de controle (ausência de estudos de capacidade de carga e zoneamento) e de infraestrutura básica (como sinalização e trilhas demarcadas) acelera o processo de degradação, indo na contramão do princípio da sustentabilidade.

Um dos maiores desafios segundo Ruschmann (1997) é dar oportunidade e colocar a comunidade como protagonista do processo turístico. O interesse local existe, mas está canalizado de forma amadora, e sem perspectiva de geração de renda estruturada. A autora defende a criação de um arranjo onde os moradores fossem capacitados e formalizados como guias, artesãos, e prestadores de serviços, garantindo que os benefícios econômicos do turismo fossem internalizados pela comunidade. A autora enfatiza também a necessidade de um projeto de sinalização interpretativa, que não apenas indique o caminho, mas eduque o visitante sobre a importância do patrimônio que está vendo.

O envolvimento da comunidade é registrado de forma limitada, categorizando como “outros” e especificado como “apenas interesse de divulgar o atrativo” e atuar na condução informal. No Sítio Quebra Perna, foi verificada a intenção dos proprietários de transformar o patrimônio em ganho de renda, em substituição ao modelo agropecuário já defasado na região, tornando-se um motivador econômico que pode ser canalizado para a preservação.

A divulgação dos sítios se dá por meio de acompanhamento do poder público municipal a visitação de emissoras de TVs, como a TV Clube de Teresina e a TV Cidade Verde de Picos, um esforço que, sem a devida estruturação no território, pode inclusive agravar os problemas, se aumentado o fluxo desordenado de visitantes.

O IPHAN conta com uma base de dados pública, com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) onde pôde ser feita uma consulta da situação dos sítios arqueológicos estudados.

O Quadro 01 apresenta uma síntese das informações institucionais e do estado de conservação dos quatro sítios arqueológicos analisados, a partir dos registros do SICG/IPHAN. Observa-se que, apesar das diferenças quanto à natureza administrativa e ao status de cadastramento, todos os sítios encontram-se classificados como pouco alterados e em bom estado de conservação, o que reforça tanto seu potencial patrimonial quanto a necessidade de planejamento adequado para sua proteção diante de eventuais usos turísticos.

Quadro 01: Informações Gerais sobre os sítios analisados

SÍTIO DA EMA CÓDIGO: BA-ST-02	Natureza administrativa: federal Condição: existente	Blocos rochosos com numerosas pinturas policromáticas	Pouco alterado (06/06/2023/ FISCALIS)	Bom (06/06/2023)
SÍTIO FURNA DOS ÍNDIOS CÓDIGO: BA-ST-01	Natureza administrativa: distrital Condição: existente	Furna de médio porte contendo pinturas policromáticas de formas geométricas	Pouco alterado (06/06/2023/ FISCALIS)	Bom (06/06/2023)
SÍTIO FURNA DO QUEBRA PERNA CÓDIGO: BA-ST-10	Natureza administrativa: federal Condição: proposta	Abrigo rochoso com inúmeras pinturas policromáticas	Pouco alterado (06-06-2023/ FISCALIS)	Bom (06/06/2023)
SÍTIO DAS TORRES CÓDIGO: BA-ST-03	Natureza administrativa: federal Condição: proposta	Abrigo com algumas pinturas predominantemente vermelhas.	Pouco alterado (06/06/2023)	Bom (06/06/2023)

Fonte: Adaptado pelo autor do site sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem

Foi observado que a data de 06 de junho de 2023 provavelmente tenha sido a última visita realizada por algum funcionário do IPHAN aos sítios, e ao que consta, atesta o estado de conservação e preservação, como bom e pouco alterado. Necessariamente isso diz respeito aos bens arqueológicos. Mas como foi detalhado anteriormente, existem falhas na gestão e problemas no entorno dos sítios e urge a implementação de um planejamento que proteja os atrativos.

Conforme o Lage et al. (2004), a degradação dos sítios arqueológicos decorre de diversos fatores naturais, entre os quais se destacam a separação das linhas de fratura, fendas e fissuras nos estratos de arenito, favorecendo o deslocamento e o desmoronamento de blocos; a presença de umidade e a infiltração de água pluvial, que escorre pelas paredes e intensifica o desgaste das superfícies; diferentes formas de intemperismo físico, químico, biológico e botânico, manifestadas por variação térmica, ação da umidade, crescimento de raízes, galhos e cipós, além da incidência de líquens, cupins, insetos, vespas e morcegos; e, ainda, a presença de animais, como o mocó, cujos dejetos contribuem para a deterioração dos abrigos rupestres.

4.6.2 A Perspectiva da Governança e dos Agentes Locais

A análise do corpus das entrevistas realizadas com o Prefeito Municipal, Dr. Elbert Holanda, a atual Secretária Municipal de Cultura e Turismo, Isabel Bezerra, e com a Ex-Secretária Municipal de Cultura e Turismo, que é Professora da rede municipal de ensino, Historiadora e Pesquisadora da história natural e social de Inhuma-PI, Lucélia Nogueira, revela um consenso sobre o potencial turístico do município, mas expõe fraturas críticas no modelo de governança e nas políticas públicas para o setor.

Os entrevistados foram contatados e foi agendado um horário e data para conceder a entrevista, gravada em áudio, e posteriormente transcrita para a análise. As perguntas são

estruturadas de acordo com a leitura dos artigos lidos em todo o processo de pesquisa.

As respostas das entrevistas e questionários não são apenas opiniões; são dados empíricos que comprovam ou refutam a aplicação dos modelos de planejamento e sustentabilidade da realidade de Inhuma-PI. Permitem que ao final, as considerações, sejam conclusivas e com teor acadêmico em vez de meras sugestões ou especulações, pois “a informalidade comprova a fragilidade da governança em rede” (Hall, 2011).

Demonstra também que as perguntas não foram aleatórias, mas sim estruturadas para medir os conceitos teóricos (Ruschmann, Funari, Pellegrini). Por exemplo, ao perguntar se os sítios sofrem ameaças, você está, de fato, avaliando o impacto negativo previsto por Pellegrini (2000).

Os pilares da investigação residem na avaliação da governança institucional e da fase de diagnóstico, assim como na vulnerabilidade do patrimônio e os riscos de degradação, bem como a exploração da sustentabilidade social e a inclusão comunitária com a educação patrimonial defendida por Funari (2013). Outro pilar concentra-se na viabilidade de implementação de soluções estratégicas apoiadas nos modelos de Beni (2000). Essa abordagem, por sua vez, valida a necessidade de focar em metas de baixo custo e alto impacto (roteirização, sinalização e capacitação), conforme sugerido pelo Inventário Turístico do município feito pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023).

Os gestores municipais demonstram plena consciência do valor do patrimônio arqueológico. O prefeito Dr. Elbert Holanda descreve a localidade do Morro Vermelho como uma área com “várias diversidades”, incluindo “capela, mini-canyons, três sítios arqueológicos, mirantes, oportunidades para a prática de rapel, engenhos, fabricação de cachaça e doce, cavernas”, configurando um produto turístico integrado e rico em potencial.

No entanto, este discurso esbarra na realidade da escassez. A fala do prefeito “nós fazemos projetos, mas...existe uma barreira política em si ou até mesmo a forma como é priorizado o desenvolvimento”. O relato da Secretária Isabel Bezerra sobre a não concretização de projetos de sinalização e infraestrutura encaminhados em 2023 ilustram a dependência crítica de recursos externos e a descontinuidade das políticas públicas. Esta situação configura o que se pode denominar de “síndrome do curto prazo”, onde nas palavras de Lucélia Nogueira, “os gestores querem algo que o retorno seja imediato”, inviabilizando o planejamento de longo prazo preconizado por Petrocchi (2001).

A descrição contida nas entrevistas e questionários vai além da mera existência de vestígios, apontando para um cenário científico promissor. A menção a pinturas rupestres sobrepostas em sítios como a Ema e Furna dos Índios sugere, nas palavras de Lucélia Nogueira, a “passagem de tribos diferentes” em períodos distintos, oferecendo um raro potencial para estudos de cronologia e mobilidade humana antiga. A existência de “pilões” com vestígios de pigmentos no Sítio Moreninha é destacada como “fundamental para que os arqueólogos da área

de química estudassem realmente a pigmentação”, constituindo um registro material de valor ímpar.

No entanto, este potencial esbarra na incipiência da pesquisa científica formal. A entrevistada relata a dificuldade em obter autorizações do IPHAN nacional para escavações, e a espera pela visita de um paleontólogo se estende por anos. Este cenário ilustra a desconexão entre a descoberta do patrimônio e a consolidação do conhecimento sobre ele, limitando e dificultando a sua valoração e interpretação para fins turísticos.

A relação com o IPHAN emerge como um eixo central de tensionamento. Por um lado, o Instituto é reconhecido como o agente legitimador que conferiu status legal aos sítios através dos cadastros. Por outro, sua atuação é percebida como distante e ineficaz. A Secretária Isabel Bezerra relata que no órgão “alegam que são poucos funcionários e também falta verba”, com apenas “duas arqueólogas no IPHAN do Piauí para atender a todo o estado”. Lucélia Nogueira complementa essa visão ao citar a não concretização de um projeto de sinalização e passarela que teria sido contemplado para o Sítio da Ema, pela empresa *Zanettini Arqueologia*, que mesmo após a fiscalização do IPHAN, não foi executado ainda.

Este cenário evidencia uma lacuna entre a proteção legal, formal e a proteção efetiva no território, gerando um vazio de orientação para os gestores e para os proprietários. Esta situação corrobora a visão de que a mera tutela estatal é insuficiente. Como afirma Campos (2010, p. 65), a legitimação de um bem como patrimônio “decorre da atribuição de valor por parte

da coletividade”, processo que não se efetiva por decretos, mas por meio de diálogo e ações concretas de apoio.

O envolvimento da comunidade local é apontado como crucial, mas a sua operacionalização é incipiente e marcada por contradições. O Prefeito fala da necessidade de “conscientização da população” e de “trabalhar com os moradores”. A sustentabilidade depende da educação patrimonial, que deve criar uma base social de proteção, (Funari, 2013).

O Sítio Furna do Quebra Perna é um case embrionário de sucesso, onde os proprietários têm interesse genuíno e uma infraestrutura básica para receber visitantes, mostrando que o modelo de turismo de base comunitária é viável, mas a ausência de integração impede o desenvolvimento econômico local, conforme previsto pelo Inventário SEBRAE (2023) na seção “Envolvimento da Comunidade”.

A Secretária Isabel Bezerra relata ações pontuais em escolas impulsionadas pelas visitas das Universidades. Entretanto o depoimento de Lucélia Nogueira revela as barreiras: a desinformação (como o relato de moradores escavando um sítio em busca de ouro) e a falta de um programa curricular contínuo de educação patrimonial nas escolas. Segundo ela, houve uma proposta da Professora da UFPI, Conceição Lage, que visitou alguns sítios e visava engajar crianças em atividades práticas nos sítios arqueológicos, com a manufatura de tintas com materiais da natureza, e que não se concretizou pela “falta de um hotel lícitado”, que é de se lamentar.

Este caso está simbolizando a inabilidade da máquina pública em capitalizar iniciativas endógenas e em criar os “pontos de convergência” necessários para a legitimação social do patrimônio, conforme defendido por Campos (2010).

Em última análise, o caso de Inhuma ilustra com clareza que o patrimônio arqueológico não se preserva apenas com leis e cadastros. Ele exige, sobretudo, um projeto social compartilhado, no qual a comunidade local se reconheça como herdeira e guardiã de sua própria história, e onde o poder público atue como catalisador desse processo, superando a lógica do curto prazo em prol de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Inhuma não precisa reinventar a roda, mas sim aprender com os acertos e erros de Serranópolis - GO e da Serra da Capivara. O diferencial está em agir de forma integrada, criativa e obstinada, transformando sua vulnerabilidade atual, a falta de pesquisas massivas, em seu maior trunfo: a oportunidade de se tornar um laboratório a céu aberto para uma arqueologia participativa e um turismo genuinamente sustentável.

4.7 Considerações Finais

A pesquisa demonstrou que o município de Inhuma-PI reúne um patrimônio arqueológico e cultural de grande relevância, tanto pela diversidade de sítios quanto pelo potencial científico, educativo e turístico associado a eles. Entretanto, apesar desse potencial, constatou-se que a ausência de planejamento turístico integrado, a fragilidade da governança institucional e o

envolvimento ainda limitado da comunidade local têm comprometido a preservação e a valorização desse patrimônio.

O diagnóstico realizado por meio das entrevistas, do questionário técnico CNA/IPHAN e das visitas de campo revelou um cenário marcado pela informalidade das visitas, inexistência de infraestrutura básica, gestão descentralizada e dependência excessiva de iniciativas isoladas de proprietários e agentes públicos. As falas dos entrevistados reforçam que o IPHAN, embora essencial no reconhecimento e cadastramento dos sítios, possui atuação limitada no acompanhamento, fiscalização e orientação técnica, o que cria um vazio institucional e dificulta a implementação de políticas de preservação.

Os resultados confirmam que a degradação dos sítios decorre de fatores tanto naturais quanto antrópicos, com destaque para o turismo informal, a falta de controle de fluxo, a carência de sinalização e a inexistência de ações contínuas de educação patrimonial. Esses achados dialogam diretamente com o referencial teórico adotado, sobretudo com Ruschmann (1997), Barretto (1991) e Funari (2013), que defendem que o desenvolvimento turístico sustentável depende de planejamento, gestão participativa e atuação integrada entre comunidade, poder público e instituições de pesquisa.

Dessa forma, a pergunta central do estudo, de que forma o planejamento turístico integrado pode contribuir para a valorização e preservação do patrimônio de Inhumas, encontra uma resposta clara: um planejamento integrado é indispensável para transformar o potencial arqueológico do município em

vetor de desenvolvimento sustentável, pois articula diagnóstico territorial, definição de diretrizes, envolvimento da comunidade, proteção legal e implementação de práticas de manejo e uso turístico compatíveis com a conservação. Sem essa articulação, o patrimônio permanece vulnerável e subutilizado.

A adoção de um planejamento participativo, com criação de instâncias de governança, fortalecimento da educação patrimonial, capacitação de condutores e definição de roteiros viáveis, surge como caminho estratégico para alinhar os interesses da população, do poder público e das instituições responsáveis pela preservação. Tais medidas, quando desenvolvidas em médio e longo prazo, têm potencial de gerar benefícios sociais, econômicos e culturais, consolidando o turismo como instrumento de conservação e de desenvolvimento local.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa, de caráter diagnóstico, não teve como objetivo acompanhar longitudinalmente a implementação das ações sugeridas, tampouco realizar estudos aprofundados de viabilidade econômica. Assim, recomenda-se que pesquisas futuras se dediquem à análise da capacidade de carga dos sítios, aos mecanismos de governança a serem instituídos e aos impactos socioeconômicos da eventual implantação de roteiros turísticos estruturados. Ainda assim, o estudo fornece bases sólidas para que Inhuma avance rumo a um modelo de gestão patrimonial mais integrado, participativo e sustentável, no qual o patrimônio arqueológico seja compreendido como bem coletivo e oportunidade de desenvolvimento para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1991.

BENI, Mario Carlos. Turismo: um sistema de gestão integrada. In: LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Pedro César. (Org.). *Turismo: teoria, realidade e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 166.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [12] [nov]. [2025].

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades e Estados: Inhumã (PI). 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/inhumã.html>. Acesso em: 9 set. 2025.

CAMPOS, Raphael de. Patrimônio cultural: imagens e realidades. São Paulo: USP, 2010.

CARAVELA.INFO. Inhumã – PI. 2022. Disponível em: <https://caravela.info/regional/inhumã---pi>. Acesso em: 9 set. 2025.

CARDOZO, Osvaldo. Gestão do turismo no patrimônio cultural: estudo de caso da Gruta da Pedra Pintada em Poconé-MT. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração geral e pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS); FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS PAISAGISTAS (IFLA). Carta de Princípios Conjunta ICOMOS-IFLA para as Paisagens Rurais como Patrimônio. Aichi-Nagoya, Japão: ICOMOS; IFLA, 2009.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia: conceito, métodos e projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

HALL, Colin Michael. *Planejamento e Gestão do Turismo: Questões-Chave*. Porto Alegre: Bookman, 2011. p. 437.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do turismo. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) [Site da Internet]. Disponível em: sicg.iphan.gov.br/pesquisarbem. Acesso em: out 2025.

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.

IPHAN(INSTITUTODOPATRIMÔNIOHISTÓRICOEARTÍSTICO NACIONAL). *A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo*. [S.l.: s.n.], [2016]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Ar_queologico_e_o_Turismo.pdf. Acesso em: [31 de out. 2025].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) [Site da Internet]. Disponível em: sicg.iphan.gov.br/pesquisarbem. Acesso em: [31 de out. 2025].

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *A Preservação do Patrimônio Arqueológico e o Turismo*. [S.l.: s.n.], [2016]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Ar_queologico_e_o_Turismo.pdf. Acesso em: [31 de out. 2025].

IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. Caderno Virtual de Turismo, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; BORGES, Jóina Freitas; JÚNIOR, Simplicio Rocha. Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. Mneme-Revista de Humanidades, v. 6, n. 13, 2010.

LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 1961.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOLINA, Sergio; RODRIGUES, Saulo. Planejamento integral do turismo: um contributo para o Mercosul. São Paulo: Traço, 2001.

MOURA, Jacira I. de et al. Multi-Analytical Characterization of Rupestrian Precolonial Paintings of Inhumas, Piauí, Brazil. *J. Braz. Chem. Soc.*, Vol. 34, No. 6, p. 826-837, 2023.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e gestão de atividades turísticas em áreas de patrimônio mundial. Madri: OMT, 2003b.

PELLEGRINI, M. *Gestão ambiental: um enfoque empresarial*. São Paulo: Atlas, 2000.

PELLEGRINI, Ana Maria. *Turismo, desenvolvimento sustentável e meio ambiente: análise de alguns aspectos*. São Paulo: Roca, 2000.

PETROCCHI, Mario. *Gestão de equipamentos turísticos*. São Paulo: Futura, 2001.

PETROCCHI, Mario. *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Marketing turístico: planejamento e desenvolvimento de produtos*. Campinas: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2001.

SEBRAE. *Inventário da Oferta Turística: Inhumã - PI*. Teresina, 2023.

SOUZA, Carolina Guimarães Starling de. *O Turismo Arqueológico na Preservação do Patrimônio Cultural: um estudo de caso dos sítios rupestres de Serranópolis-GO*. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SWARBROOKE, John. *Sustainable tourism management*. Wallingford: CABI Publishing, 2000.

SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: conceito, impacto e gestão. São Paulo: Manole, 2000.

TRIGGER, Bruce. História do Pensamento Arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora Ltda, 2004. p.336

Turismo e Arqueologia

Rupestre: o caso

Alcinópolis - MS

Wellida Cristina Pereira

Syrlitong Rafael da Cunha

Mayra Izaura de Moura

No Capítulo 4, o patrimônio arqueológico foi analisado como elemento estruturante do planejamento turístico integrado no contexto urbano de Inhumas (PI), com ênfase na articulação entre gestão, território e identidade cultural. O Capítulo 5 amplia essa discussão ao deslocar o recorte territorial para Alcinópolis (MS), explorando a interface entre turismo e arqueologia rupestre em um contexto marcado por sítios arqueológicos de relevância nacional. Essa transição permite observar como diferentes territórios e escalas demandam estratégias específicas de uso turístico do patrimônio arqueológico, mantendo, contudo, desafios comuns relacionados à preservação e à gestão sustentável.

5.1 Introdução

O turismo e as tendências turísticas vão se modificando com o passar do tempo. Segundo a revista Tendências do Turismo 2025 (Brasil, 2025), o turismo de imersão se destaca como tendência, cenário em que os turistas buscam viagens que vão além das visitas a pontos turísticos, oferecendo vivências culturais e conexão com comunidades locais.

Os Millennials (nascidos entre 1981-1996, são considerados a primeira geração de nativos digitais) e a Geração Z (nascidos em meados de 1990 e início de 2010) são os principais grupos que buscam por roteiros que integram entretenimento, esportes, cultura e gastronomia.

Nesse sentido, o turismo arqueológico se apresenta como um roteiro alternativo, o qual possibilita aos visitantes uma imersão na história, além de vivências que fogem das viagens tradicionais, que por vezes são marcadas por lugares saturados, oferecendo experiências autênticas e distintas.

A cidade de Alcínópolis, localizada no estado de Mato Grosso do Sul (MS), popularmente conhecida como a capital da arte rupestre do estado, mostra um grande potencial para oferecer um roteiro turístico baseado no ecoturismo e no turismo arqueológico, oferecendo aos visitantes uma imersão na história antiga local a partir da visita a sítios arqueológicos e da observação das inúmeras inscrições rupestres presentes nos paredões rochosos e cavernas.

Segundo Comerlato, Costa e Etchevarne (2006), a arte rupestre é compreendida como uma das manifestações culturais mais antigas da humanidade, apresentando expressões que são interpretadas como formas de comunicação. São registros culturais ou mesmo práticas de ordem ritual, revelando aspectos fundamentais da vida, da cosmologia e da organização social de grupos humanos pretéritos.

A Rota Rupestre em MS, programa desenvolvido pelo Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (MuArq), perpassa municípios como Alcinópolis, Coxim e outros da região norte de Mato Grosso do Sul.

Essas regiões apresentam uma riqueza histórico-cultural que possibilita o seu desenvolvimento turístico sustentável a partir da valorização da arqueologia rupestre da região, que ainda é pouco conhecida e pouco explorada pelos turistas brasileiros.

Assim, o problema de pesquisa refere-se a responder a seguinte questão: Como o patrimônio arqueológico rupestre do município de Alcinópolis - MS pode ser explorado de forma sustentável como potencial turístico, promovendo o desenvolvimento regional e a preservação cultural e ambiental.

Em consonância, o objetivo geral da pesquisa é analisar o potencial turístico do município de Alcinópolis, com ênfase na valorização do patrimônio arqueológico e no desenvolvimento sustentável da região. Para o alcance desse objetivo, o estudo desdobrou-se em três objetivos específicos, a saber: i) mapear os principais sítios arqueológicos de Alcinópolis - MS; ii) avaliar

as condições atuais de infraestrutura turística da região; iii) propor estratégias para o desenvolvimento do turismo arqueológico sustentável.

Segundo o Boletim de Tendências elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), as perspectivas para o setor de turismo para 2025-2027 aponta que o setor está em constante evolução e as tendências para esse período refletem transformações significativas, impulsionadas por fatores como as mudanças climáticas, o alto custo de vida, a busca por viagens mais lentas, conscientes e envolventes, e a busca por viagens com propósito e outros significados. Assim, o Boletim traz que “estão aumentando o interesse por destinos menos conhecidos e/ou inexplorados, além da priorização por experiências autênticas e imersivas” (SEBRAE, p. 1, 2024).

Com o crescimento do interesse por experiências culturais e ecoturismo, torna-se urgente repensar a forma como o mercado turístico se estrutura hoje e identificar as novas possibilidades para esse cenário que se delineia.

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se por mostrar o potencial turístico de Alcinópolis objetivando verificar as possibilidades turísticas dos sítios arqueológicos e como podem ser desenvolvidas atividades turísticas conscientes, que envolvam a comunidade local e que contribuam para a construção de um turismo sustentável.

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo, a partir de levantamento bibliográfico de produções sobre arqueologia ru-

pestre e turismo sustentável, os quais podemos citar: Melgarejo e López, 2017; Godoy, 2015; Lovata, 2011; Marques et. al., 2025; Silva e Oliveira, 2016.

Além disso, utilizou-se documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a respeito do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA¹ para aprofundar os conhecimentos acerca do patrimônio arqueológico da região, do turismo e do desenvolvimento regional na cidade de Alcínópolis, no estado de Mato Grosso do Sul.

Para tanto, o presente trabalho está organizado em cinco seções. A primeira traz a introdução da discussão proposta. A segunda aborda a fundamentação teórica do trabalho. A terceira seção apresenta a metodologia utilizada na realização da pesquisa. A análise e discussão dos resultados encontra-se na seção quatro. E, finalmente, a quinta seção traz as considerações finais.

5.2 Referencial Teórico

5.2.1 *Turismo Cultural*

O turismo cultural pode ser compreendido como práticas turísticas que reagem contra a banalização social e o excesso de mercantilização ofertadas por agentes turísticos, como traz Xerardo Pereiro Pérez (2002). Nesse sentido, mesmo que o turismo seja compreendido como um ato e uma prática cultural, o turismo cultural possui um sentido estrito uma vez que visa afastar do turismo de massas e da limitação das práticas turísticas

em um processo passivo e superficial.

Da mesma maneira, o turismo cultural estabelece relações diretas com o patrimônio cultural, o qual pode ser entendido como legado que herdamos do passado e transmitimos a gerações futuras, como aborda Elsa Peralta da Silva (2000, p. 218). Assim, relacionar o turismo cultural ao patrimônio é possibilitar o fortalecimento das identidades culturais, valorizar a história local, além de fortalecer o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

Em suma, o turismo cultural destaca não apenas a cultura para chamar a atenção dos turistas, mas também o convoca a vivenciar momentos que viabilize acionar e experienciar os demais sentidos sensoriais, como o turismo gastronômico ou o turismo de aventura, que segundo Manoela Barbacovi (2025, p. 17) insere-se no turismo de experiência tão buscado atualmente.

5.2.2 *Arqueoturismo*

As autoras Manzato e Reijowski (2005) definiram o arqueoturismo como um processo de busca e visitas a sítios arqueológicos com intuito de identificar e encontrar vestígios remanescentes das histórias e/ou das civilizações pré-históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática. Nesse sentido, o arqueoturismo se baseia na busca por indícios da presença humana e sua participação no passado do local, como viviam, como se comunicavam e como se preparavam para se defender do desconhecido.

Dessa forma, o arqueoturismo representa uma visita ao passado, uma espiada pela janela do tempo, onde os sítios arqueológicos representavam abrigos para os povos pré-históricos e suas paredes eram utilizadas para se comunicar e registrar informações importantes para sobrevivência do grupo.

Segundo Alexandre Guida Navarro et al. (2021, p. 290), o arqueoturismo ou turismo arqueológico estabelece-se como práticas turísticas focadas nos sítios arqueológicos, sendo comuns em países mais desenvolvidos ou em países em desenvolvimento, mas com um rico patrimônio arqueológico, como México ou Perú. No território brasileiro, a prática do arqueoturismo ainda é incipiente, havendo poucas exceções, como o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí.

5.2.3 Turismo Cultural e Arqueoturismo: conceitos e implicações

Em 2015 a autora Renata de Godoy apontou que a integração entre turismo e arqueologia estava em crescimento, incluindo nesse cenário o território brasileiro. Segundo a autora, o Turismo Cultural, quando consciente e bem planejado, pode auxiliar financeiramente no desenvolvimento de ações de preservação, divulgação e educação do bem cultural (Godoy, 2015, p. 88-89). Já as autoras Vanessa Rodrigues da Silva e Cláudia Alves de Oliveira (2015, p. 6) apontam que o Brasil apresenta um grande potencial para o desenvolvimento do arqueoturismo, no Nordeste, por exemplo, há áreas com sítios arqueológicos que estão sendo utilizadas como atrativos arqueoturísticos, como o

Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, e o Bairro do Recife, em Pernambuco.

De acordo com os autores Alberto Moreno Melgarejo e Ignacio Sariego López (2017, p. 166) a ciência arqueológica e os arqueólogos possuem uma relação distante para com o turismo. Nessa perspectiva, o turismo é visto como algo destrutivo, que poderia interferir e até mesmo atrapalhar os trabalhos desenvolvidos pelos cientistas. Já a indústria do turismo toma os profissionais da arqueologia como um empecilho aos planos de promoção turística desses destinos.

Mas, em uma outra perspectiva, Troy R. Lovata (2011) aponta que os turistas já demonstravam interesse pela arqueologia muito antes dos pesquisadores considerarem a questão do turismo arqueológico. Assim, refletir sobre o potencial turístico de sítios arqueológicos significa buscar por um caminho de conciliação entre o turismo e a arqueologia, onde um poderá se fortalecer no outro. A arqueologia sendo cada vez mais conhecida e respeitada pela sociedade e o turismo cultural se enriquecendo com as contribuições valorosas que a arqueologia tem a nos oferecer sobre o passado e até mesmo sobre o presente.

O turismo arqueológico ou arqueoturismo se insere no turismo cultural, que pode ser compreendido como uma forma de viagem que busca a imersão e a apreciação do patrimônio histórico, social ou artístico de uma região, visando turistas que busquem valorizar a diversidade e a comunidade local, além da preservação do patrimônio material e imaterial. Segundo Xerardo Pereiro Pérez (2009, p. 106), a natureza cultural de muitas

viagens remete a idade média, com viajantes como Marco Polo, mas na história contemporânea o foco se volta para o “Grande Tour”, que se refere às viagens de formação realizada por nobres e burgueses que visavam ascensão e aceitação social. Já o termo turismo cultural é relativamente recente e refere-se à prática turística que objetiva uma experiência imersiva, que estabelece relações profundas com os locais, o meio ambiente e a comunidade, superando a ideia de viagens como atividades banais de lazer.

A ideia do turismo cultural como um produto turístico refere-se a oferta de viagens que ofereçam experiências emocionais, às quais integram o chamado marketing experiencial, conceito elaborado por Bernd Schmitt (1999, p. 66), que oferece ao cliente a superação dos valores funcionais para fornecer experiências sensoriais, emocionais, cognitivos, comportamentais e relacionais, onde o produto vendido enfoca no resultado de um encontro, na oferta de vivências.

É nesse rol de ofertas turísticas que visam a experiência que o turismo arqueológico integra, possibilitando aos visitantes um conhecimento aprofundado sobre o patrimônio cultural material e imaterial presente nos sítios arqueológicos, assim como a profunda imersão nessa vivência que pauta na preservação do meio ambiente, na interpretação dos vestígios deixados e na reflexão acerca dos modos de vida e relações estabelecidos entre esses povos pretéritos que habitaram essas localidades entre 2 e 10 mil anos atrás.

5.3 Metodologia

Para a realização do presente trabalho foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, buscando delimitar os principais sítios com arqueologia rupestre do município de Alcínópolis - MS para subsidiar reflexões acerca do reconhecimento e valorização deste patrimônio, incentivando práticas turísticas sustentáveis e inclusivas. Para tal, exploramos a cidade de Alcínópolis, conhecida como a capital da arte rupestre do estado, que possui a maior quantidade de sítios catalogados no estado de Mato Grosso do Sul pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

A etapa inicial da investigação (1ª etapa) partiu de um amplo levantamento bibliográfico, realizado ao longo de todo o trabalho de pesquisa, que envolveu a verificação das obras e autores que abordam a problemática central, substanciando a produção do artigo. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 54), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados, como livros, revistas, publicações, trabalhos acadêmicos, entre outros, a qual visa aproximar o pesquisador do material já escrito sobre a temática enfocada.

Esse estudo bibliográfico ocorreu através de sítios virtuais como o Scielo, o Google Acadêmico, e a Plataforma de Teses e Dissertações da CAPES para selecionar produções sobre arqueologia rupestre e turismo sustentável, às quais ofereceram suporte para a estruturação da pesquisa.

A 2ª etapa compreendeu o percurso investigativo de análise documental a partir de documentos do IPHAN (Sítio virtual do IPHAN, 2025), do Plano Nacional de Turismo, da coleta de fotografias dos sítios arqueológicos a partir do sítio virtual da prefeitura municipal de Alcínópolis - MS, assim como do Manual Informativo acerca da regionalização do Turismo em Mato Grosso do Sul para aprofundar os conhecimentos acerca do patrimônio arqueológico da região, do turismo e do desenvolvimento regional no estado de Mato Grosso do Sul.

Também foi realizada uma busca no site da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (2025), que traz informações importantes sobre o turismo em MS. Nesse sentido, a análise da pesquisa foi construída a partir da leitura de artigos, livros, fontes documentais e fotografias que realçam as potencialidades e experiências no turismo cultural e arqueológico, organizada no mapeamento dos sítios, estruturando a identificação dos elementos principais.

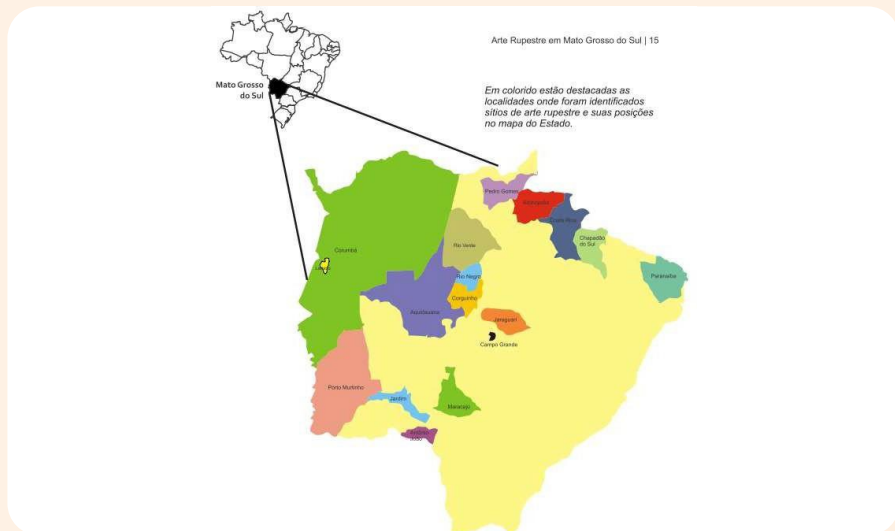
5.4 Resultados e Discussão

O estado de Mato Grosso do Sul se encontra na região centro-oeste do Brasil, fazendo fronteira com outros estados brasileiros (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) e com dois países: o Paraguai e a Bolívia. A capital do estado é Campo Grande, um dos principais centros urbanos do estado. A paisagem do estado é marcada pelos biomas Cerrado, conhecido como savana brasileira, e pelo Pantanal, a maior

planície alagada do mundo. Um dos maiores dificultadores para o levantamento dos estudos arqueológicos do estado é sua dimensão, 350 mil quilômetros quadrados, além de ser necessário realizar longas caminhadas mata adentro com intuito de investigar as encostas de morros, cavernas e possíveis locais propícios para assentamentos humanos. Durante as caminhadas envolto mata os investigadores correm risco de quedas, ataques de animais silvestres como onças, abelhas e cobras, deixando em evidência a necessidade de profissionais capacitados e treinados para realização dessa pesquisa/investigação.

Segundo Gasques (2023, p. 10-11), a investigação arqueológica no estado de Mato Grosso do Sul começou mais tarde que nos outros estados brasileiros. Porém, durante 30 anos de investigação da equipe do museu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) foi possível identificar que havia datações de presença de agrupamentos humanos até 12.660 anos atrás (a data mais antiga até o momento).

Figura 1: Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul, localização dos sítios arqueológicos com arte rupestre.



Fonte: Aguiar (2014, p. 15)

A figura 01 demarca a localização das cidades onde foram encontrados sítios arqueológicos no estado de Mato Grosso do Sul, também conhecida como a Rota/Trilha Rupestre.

Segundo o autor Aguiar (2014, p. 13-14), foi evidenciado que a cidade de Alcinoópolis - MS tem a maior concentração de sítios arqueológicos de arte rupestre do estado, totalizando 24 sítios, sendo possível a existência de mais sítios ainda não encontrados e catalogados. Um de seus sítios, o Templo dos Pilares, é considerado como exemplo em todo estado, sendo transformado em parque natural pela prefeitura. Tal cenário resultou no título de capital da arte rupestre do estado de Mato

Grosso do Sul à Alcinópolis. Na imagem abaixo pode-se visualizar a entrada da cidade, que valoriza essa conquista.

Figura 2: Entrada da cidade de Alcinópolis - MS.



Fonte: Lugares Eco (2023).

A cidade começou a ser povoada no ano de 1975, com a finalidade de melhorar a condição de vida das famílias que residiam nas fazendas, possibilitando maior acesso à educação para seus filhos. Após a chegada de moradores de outras cidades e estados foi formado um povoado ligado diretamente a Coxim - MS, que em 1992 obteve a emancipação de Alcinópolis, deixando de ser um povoado e sendo reconhecido como uma cidade.

Atualmente Alcinópolis apresenta forte tendência a exploração de arte rupestre, fazendo deste a chave para destacar

o município em nível nacional. Contando com investimentos da prefeitura, o foco volta-se para o desenvolvimento sustentável de seus sítios arqueológicos, além da cidade permanecer promovendo a educação ambiental com ênfase na preservação dos sítios naturais, reforçando para toda a população e visitantes a importância da conservação desses espaços e da preservação da história contada por meio das pinturas e gravuras deixadas ao longo do tempo.

Segundo Aguiar (2014, p. 17), as pinturas de arte rupestre são exemplares do desejo dos povos primitivos de catalogar, transmitir conhecimento entre eles e possivelmente com a finalidade de preservação da comunidade e segurança de seus membros.

De acordo com Aguiar e Lima (2012, p. 119), a arte rupestre na região do estado de Mato Grosso do Sul apresenta-se em abrigos sob rocha e cavernas de arenito, que por suas características geológicas, atuam como “cápsulas do tempo” com extraordinária capacidade de conservação, mantendo as primeiras manifestações da presença humana preservadas ao longo do tempo.

5.4.1 Principais Sítios Arqueológicos de Alcínópolis - MS

Os principais atrativos envolvendo os sítios arqueológicos em Alcínópolis são: o Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim, o qual contempla como principais atrativos o Parque Natural Municipal Templo dos Pilares, a Pata da Onça, a

Gruta Bonita e a Gruta São Bento; o Monumento Natural Municipal Serra do Bom Sucesso, que contempla a Gruta do Pitoco, o Arco de Pedra e a Casa de Pedra; e a Serra do Barro Branco, que contempla a Gruta do Barro Branco, a Mão de Deus e a Ponte de Pedra. Abaixo destacamos os principais sítios arqueológicos da cidade, trazendo algumas imagens para que o leitor conheça um pouco da rica arqueologia presente.

5.4.1.1 Sítio Arqueológico Templo dos Pilares

O Sítio Templo dos Pilares é considerado como o mais emblemático graças a sua geomorfologia única e monumental. Devido ao reconhecimento de sua importância, Alcinópolis recebeu o título de “capital estadual da arte rupestre”, o que transformou a cidade em um ponto turístico importante no que se trata de turismo arqueológico no estado. Por meio de iniciativa da prefeitura local foram criados parque e unidades de conservação com a finalidade de preservar o meio ambiente e a arte rupestre. Veja a figura a seguir:

Figura 3- Templo dos Pilares, Alcinópolis -



Fonte: Lugares Eco (2023).

De acordo com o sítio virtual do 1º Seminário e Encontro Cultural de Alcinópolis promovido pela Prefeitura de Alcinópolis - MS, a serra repleta de vestígios dos antigos habitantes, que datam de mais de 10.000 anos atrás. Gravuras, pinturas em paredes, teto e pilares de formações curiosas. Ao que tudo indica, o local pode ter sido um templo de adoração aos seus mortos e deuses. Visual panorâmico, paisagens naturais e plantas raras. Ideal para trilha, fotografias, caminhadas e passeio a pé. Maior de todos os sítios de arte rupestre de MS, estimando-se cerca de 3 mil grafismos. As pinturas ocorrem em painéis numa longa sequência que se estende por todo o abrigo. (Prefeitura Municipal de Alcinópolis, 2018).

Figura 4 - Monumento Natural Serra do Bom Jardim, paisagens locais



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.)

O Templo dos Pilares está localizado dentro da unidade de conservação Monumento Natural Serra do Bom Jardim e suas artes são consideradas uma verdadeira janela para a pré-história da região Centro Oeste. O Monumento Natural Serra do Bom Jardim abriga em seu interior o sítio arqueológico Templos dos Pilares e tem 6.121 hectares repletos de belezas silvestres e de uma rica fauna, sendo possível observar a vida silvestre e aproveitar o ecoturismo local.

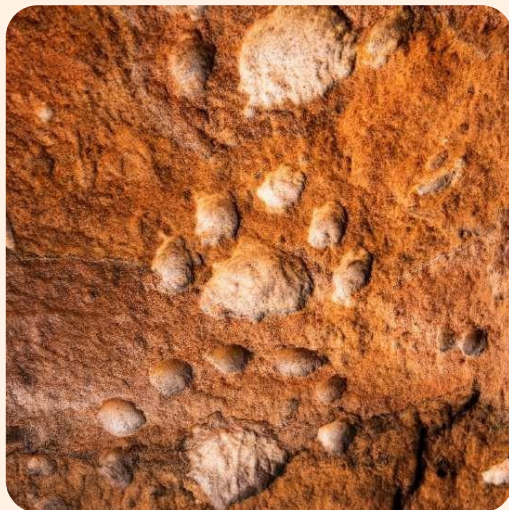
A unidade de conservação conta com 100 hectares repletos de vestígios dos antigos habitantes, que de acordo com estudos recentes datam de até 10.735 anos atrás. No local os visitantes conseguem presenciar belezas únicas em todo estado, como gravuras, pinturas em paredes, teto e pilares de formações rochosas. Segundo o Instituto Chico Mendes de

Preservação da Biodiversidade (ICMBio, s.d.), os Monumentos Naturais (MONA) tem como intuito a preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, sendo a visitação permitida e sujeita às condições do Plano de Manejo e normas do órgão administrado.

5.4.1.2 Sítio arqueológico Pata da onça

O Sítio Arqueológico Pata da Onça possibilita ao visitante a contemplação de pinturas e gravuras rupestre ainda bem preservadas. A gravura rupestre a seguir foi a que deu origem ao nome do sítio arqueológico, representando uma das marcas mais simbólicas do local.

Figura 5 - Pata da Onça



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

O Sítio Arqueológico Pata da Onça também abriga a pintura rupestre símbolo do município intitulada “Deusa Mãe” que, segundo arqueólogos, seria a representação de uma mulher parturiente. Veja a Figura 6 a seguir:

Figura 6 - Deusa Mãe



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

Acredita-se que a figura acima esteja fortemente relacionada aos conceitos de fertilidade e criação, sendo uma representação simbólica da Grande Mãe Terra, comum em culturas pré-históricas do Paleolítico em outras partes do mundo. A “Deusa Mãe” é uma das mais importantes e reconhecidas entre elas.

O sítio está localizado no Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim em um morro isolado na paisagem do campo. Há indícios de que o abrigo possivelmente era habitado durante a pré-história. (Reis et al., 2023).

5.4.1.3 Sítio arqueológico Gruta do Pitoco

O sítio Gruta do Pitoco é considerado um dos mais completos da cidade, repleto de vestígios dos antigos habitantes, datados em até 11 mil anos. As gravuras registradas nos paredões internos com sangue de animais e vegetais macerados deixam os visitantes intrigados sobre a sua origem. Além das passagens subterrâneas, a gruta tem sua formação em arenito, onde é possível encontrar gravuras e pinturas rupestres, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 7 - Gruta do Pitoco



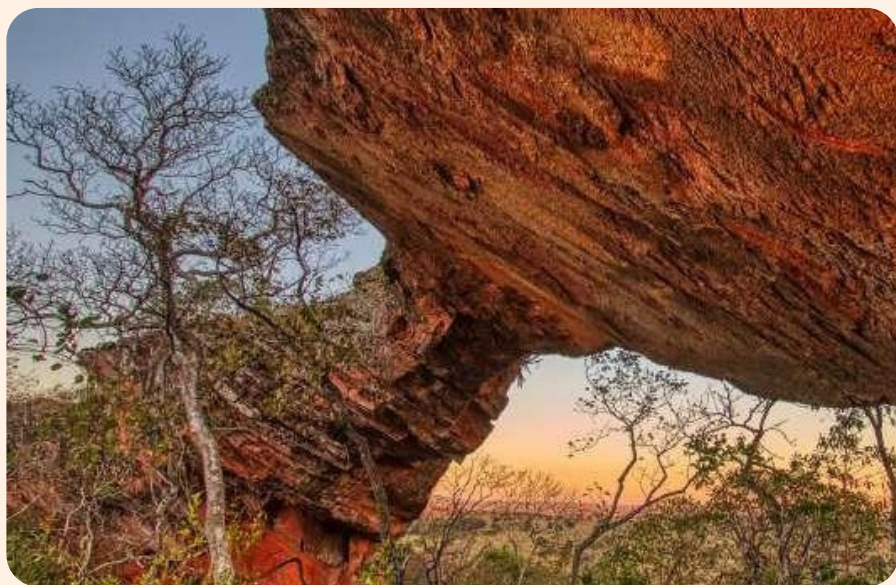
Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

Marques (2016, p. 11) cita em sua obra sobre a beleza do sítio e seu estado de conservação, sendo o local de fácil acesso, possuindo uma densa e variada vegetação em seu entorno.

5.4.1.4 Sítio arqueológico Arco de Pedra

O Sítio Arqueológico recebe esse nome devido a sua formação rochosa em formato de arco, o que rende ao visitante uma bela vista e excelentes registros fotográficos, conforme pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 9 - Arco de Pedra



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

A aproximadamente 14 km do centro de Alcinópolis, o sítio é reconhecido pela sua formação rochosa em formato de arco natural com envergadura superior a 20 metros, que foi formado por processos erosivos naturais. Em sua base possui inscrições rupestres em baixo relevo e uma gravura que remete a uma pegada humana. No momento o sítio está fechado para visitas por motivos de segurança, pois em março de 2025 o Arco de Pedra sofreu um desabamento parcial de sua estrutura, impossibilitando assim a sua visita até que os danos sejam mitigados e as medidas de recuperação sejam tomadas.

5.4.1.5 Sítio arqueológico Casa de Pedra

Localizado próximo a Gruta do Pitoco, este sítio arqueológico era um perfeito abrigo aos homens caçadores-coletores que caminhavam nos campos a milhares de anos atrás. Veja a figura 10 a seguir:

Figuras 10 - Casa de Pedra



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

Conforme aponta Nepomuceno (2023, p. 17), durante a descoberta inicial do sítio arqueológico Casa de Pedra, realizada por Pedro I. Schmitz em 1987, os testes preliminares indicaram uma datação aproximada de 10.500 anos antes do presente (A.P.).

No entanto, análises posteriores conduzidas pelos arqueólogos Gilson Martins e Emília Kashimoto, por meio do método de datação por radiocarbono (carbono-14), revelaram que a ocupação do sítio é ainda mais antiga, indicando que grupos de caçadores-coletores habitaram o local há cerca de 12.600 anos A.P.

5.4.1.6 Sítio Arqueológico Gruta Bonita

Seu acesso é uma trilha de pequeno curso localizada na borda da serra que leva o visitante a Gruta Bonita, local de formação rochosa curiosa, onde é possível encontrar vários abrigos localizados ao longo da trilha, os quais acreditam-se ter servido de morada ao homem pré-moderno que passou por ali.

Figuras 11- Gruta Bonita



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

Localizada no Monumento Natural Municipal Serra do Bom Jardim, a Gruta Bonita possui uma área interna espaçosa e coberta, o que contribui para a teoria da ocupação do local na era pré-histórica. De acordo com Reis et al. (2023, p. 52), suas gravuras são numerosas e compõem um painel de petróglifos, que são gravuras talhadas nas rochas geralmente associadas a registros de fatos e mitos. Nos petróglifos da gruta podemos

observar que em sua maioria são representações de três linhas convergentes a um mesmo ponto, como uma pata de um pássaro e sulcos, o que os pesquisadores identificam como tridáctilos.

5.4.1.7 Sítio arqueológico Gruta do Barro Branco

Sítio com inscrições rupestres nos paredões de uma gruta de formação arenito, que datam entre 2 e 12 mil anos atrás. No local também é encontrado a famosa figura da mão, deixando marcado a passagem dos caçadores-coletores pela região.

Figura 12 - Marca da mão, Gruta do Barro Branco



Fonte: Prefeitura Municipal de Alcinópolis (s.d.).

A Gruta do Barro Branco está situada a uma distância aproximada de 9 km do centro do município de Alcinópolis, localizada na fazenda Santa Maria. O acesso ao sítio é classificado como de média dificuldade, caracterizando-se por uma estrada de terra que inclui trechos com predominância de areia e pedras. No local é encontrado inscrições rupestres datadas entre 2.000 e 12.000 anos, que são atribuídas pela presença de grupos de caçadores-coletores pré-históricos no local, como figuras consideradas representações de seres humanos e zoomorfos (onças, lagartos, uma ave com asas abertas enquanto voa, tatu e peixe).

Além das características arqueológicas, a área da Gruta do Barro Branco apresenta notável beleza cênica e biodiversidade, destacando-se pela presença de espécimes da fauna local, como as araras. O sítio é marcado também por uma singular formação rochosa, conhecida popularmente como “Mão de Deus”, cuja geomorfologia evoca a imagem de uma mão humana com os dedos cerrados e o polegar aberto.

5.5 Possibilidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico em Alcinópolis - MS

Com base na riqueza arqueológica exposta, observa-se que muitos recursos turísticos podem ser desenvolvidos objetivando a promoção de destinos turísticos que valorize as visitas aos sítios arqueológicos. E a imersão na história dos primeiros povos que habitaram esses locais há mais de 10 mil anos

atrás. Os sítios arqueológicos de Alcinópolis - MS apresentam painéis com arte rupestre pertencente às tradições arqueológicas Planalto (pinturas) e geométrica (petróglifos), além de alguns signos pintados que apresentam características da tradição São Francisco, demonstrando um passado marcado por intensas trocas culturais entre as culturas humanas pretéritas (Martins e Kashimoto, p. 157, 2012).

Considerando essa riqueza arqueológica, os pesquisadores Martins e Kashimoto (2012, p. 157-171) realizaram um estudo para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal Templo dos Pilares e do Monumento Natural Serra do Bom Jardim. Para tal contaram com o apoio do IPHAN, FibraCon e Prefeitura Municipal de Alcinópolis - MS.

A pesquisa teve um caráter limitado e de diagnóstico e, segundo os autores, os sítios visitados, Sítio Templo dos Pilares; Sítio Córrego Água Ruim/Urutau 1; Sítio Córrego Água Ruim/Urutau 2, encontram-se conservados, sendo escassos os atos de vandalismo do tempo presente. A paisagem do entorno está bem preservada, de modo que os sítios também estão conservados e íntegros.

Para manter tal estado, é indispensável que a Prefeitura Municipal mantenha a Unidade de Conservação, garantindo a preservação do patrimônio cultural, a realização de futuras pesquisas, além do uso turístico cultural desses locais (Martins e Kashimoto, 2012, p. 168).

Todos os sítios arqueológicos são tombados e protegidos pelas diretrizes legais como patrimônio da União ao serem

registrados como tal por alguém legalmente habilitado, de maneira que se torna necessária a autorização do IPHAN para a realização de qualquer tipo de uso de um sítio arqueológico.

A lei determina que os sítios sejam divulgados, seja por meio de ações de educação patrimonial, em programas educativos ou por meio de atividades como o turismo cultural (Martins e Kashimoto, 2012, p. 168-169).

O estudo para a elaboração do Plano de Manejo traz recomendações visando a preservação do patrimônio arqueológico, sendo dividido em cinco eixos: pesquisa científica; preservação patrimonial; educação patrimonial; turismo cultural; e ações visando o desenvolvimento sustentável.

O eixo da pesquisa científica visou a realização de pesquisas sistemáticas para a construção de um levantamento e prospecção arqueológica acerca das Unidades de Conservação, assim como a realização de escavações arqueológicas, a guarda e a curadoria do acervo oriundo dos trabalhos desenvolvidos, a apresentação de resultados científicos em eventos regionais e nacionais, a organização e disponibilização dos dados científicos obtidos e a implantação de instalações ou infraestrutura que possibilite a permanência temporária de pesquisas científicas.

O eixo da preservação patrimonial visa a identificação de possíveis agentes impactantes das estruturas arqueológicas, seja este de qualquer tipo ou natureza, a proposição de medidas conservacionistas, mitigatórias ou impeditivas para salvaguardar o patrimônio, a implantação de um sistema de sinalização e

advertência a respeito das responsabilidades legais acerca de qualquer dano causado e a implantação de um sistema de segurança anti-fogo, assim como pontos de vigilância permanente para garantir a integridade do patrimônio (Martins e Kashimoto, 2012, p. 169).

Por sua vez, o eixo da educação patrimonial objetiva a organização didática dos dados científicos para subsidiar programas de educação patrimonial junto às comunidades escolares do município, a criação e a implantação de infraestrutura nos sítios arqueológicos que possibilitem a visita da comunidade escolar, oportunizando oferecer educação patrimonial associada a educação ambiental, e assegure meios de transporte adequados tanto para o público escolar quanto científico.

O eixo do turismo cultural propõe a criação e implantação de um museu municipal com foco na arqueologia da região, que possa orientar e dirigir o fluxo turístico na apreciação e reconhecimento do significado arqueológico do Parque Municipal e do Monumento Natural, a implantação de trilhas sinalizadas que orientem o deslocamento, a sinalização dos locais com as precauções necessárias à segurança física dos visitantes e à preservação ambiental e patrimonial, sinalização dos sítios arqueológicos guiando o visitante quanto às pesquisas científicas desenvolvidas nos sítios arqueológicos, produção de material impresso e audiovisual com conteúdo didático, a implantação de unidades receptivas do turismo com as instalações sanitárias e para alimentação adequadas, e a especialização de guias turísticos e divulgação do potencial turístico do Parque (Martins

e Kashimoto, 2012, p. 170).

Por fim, o último eixo aborda as ações pró-ativas visando o desenvolvimento sustentável que orienta a respeito da criação e implantação de programas de produção de artesanato que ressalta a riqueza e a identidade arqueológica municipal, incentivando a sua divulgação e preservação, assim como possibilite a comunidade local uma forma de suplementar a renda a partir do patrimônio cultural arqueológico (Martins e Kashimoto, 2012, p. 171).

Logo, pode-se observar que o quarto eixo enfoca no turismo cultural, evidenciando as possibilidades turísticas a partir do patrimônio cultural arqueológico que pode atrair turistas de todo o Brasil e até de outros países. As indicações dos autores supramencionados seguem oportunizando melhorias nos sítios arqueológicos e muitas atividades são desenvolvidas a partir deles, como eventos realizados na cidade enfocando na divulgação dos dados científicos e da história da arqueologia na região. Entretanto, quanto à recepção de turistas, a atenção dos entes municipais se volta majoritariamente para as escolas e os alunos, recepcionando excursões feitas por grupos que se inscrevem por meio de instituições, como as secretarias de educação municipais. Já o acesso aberto, com foco em um público mais diversos, atraindo, por exemplo, casais, famílias e até mesmo grupos, ficam voltados para o atendimento privado, que é restrito e pouco divulgado.

Segundo o boletim de tendências de turismo para 2025-2027, os consumidores estão priorizando mais o tempo em suas

viagens, desacelerando o ritmo e realizando viagens mais longas, mais contemplativas e prazerosas. Assim, as viagens voltadas para o Turismo Cultural estão crescendo, o que pode indicar a adoção de estratégias voltadas para esse cenário, como criar experiências imersivas, oferecer as experiências do destino como o destaque da viagem, destacar o potencial sustentável da viagem e a valorização do ecoturismo, além de incentivar viagens mais longas e mais lentas, que possibilitem aos turistas se conectarem com a localidade e se desconectarem das telas (SEBRAE, 2025).

Nesse sentido, a elaboração de trilhas interpretativas, entendidas como percursos planejados em ambientes naturais ou culturais, que usam sinalizações e guias para fornecer informações educativas sobre a história local, além de conhecimentos da fauna, flora e geologia, podem ser um importante recurso a ser desenvolvido e ofertado por guias e turismólogos nos sítios arqueológicos de Alcinópolis - MS, como um destino turístico que possibilite a integração entre os participantes e a imersão na história local, além da difusão de conhecimentos e a consolidação de valores que objetivam a preservação do nosso patrimônio natural e cultural.

Como ressaltado por Batouli-Santos, Skinner e Queiroz (2011), as trilhas interpretativas desenvolvidas por meio de caminhadas podem oferecer um valioso instrumento de educação e conscientização ambiental.

Segundo Marques et al. (2025), quando o turismo é bem planejado pode auxiliar na geração de emprego e renda, fortale-

cer a identidade cultural e social, além de contribuir para a conservação de sítios arqueológicos. Na pesquisa realizada pelos autores, que analisou o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), no Pará, foi verificado que o turismo arqueológico se mostra como uma ferramenta importante para o desenvolvimento da economia local, gerando novas oportunidades de empregos para as comunidades locais, como o trabalho desempenhado pelos condutores turísticos. Para além, o potencial turístico do turismo arqueológico da região impulsiona outros serviços turísticos, como o desenvolvimento de hospedagens e alimentação para atender aos visitantes, além da implantação do complexo de musealização no PEMA, que facilita o acesso aos turistas e melhora a qualidade dos serviços oferecidos.

É a partir de exemplos bem sucedidos como o PEMA que destacamos aqui o potencial inerente presente em Alcinópolis a partir de seu patrimônio arqueológico, que pode oferecer uma alternativa de destino turístico imersivo aos turistas, e ainda fortalecer o turismo de todo o nordeste de Mato Grosso do Sul, que tem como principais atrativos as suas belezas naturais, além de fenômenos da natureza que são destaques nacionais e internacionais, como a bioluminescência, que acontece no Parque Nacional das Emas, situado a 120 km de Alcinópolis - MS.

Em suma, destaca-se que Alcinópolis possui como pontos fortes a riqueza arqueológica, as suas belíssimas paisagens naturais e o potencial interpretativo que pode ser melhor abordado e atrair turistas que buscam uma imersão a partir do turis-

mo cultural. Já nas fragilidades identifica-se a ausência de políticas públicas integradas, a pouca infraestrutura turística, assim como a baixa visibilidade turística, visto que até o momento as principais divulgações estão relacionadas aos dados científicos e às visitas realizadas a partir de instituições escolares. Em uma avaliação geral, percebe-se que se trata de uma região com alto potencial, propício para o desenvolvimento turístico sustentável, mas que necessita de investimentos coordenados que amplie as visitas do público em geral.

5.6 Considerações Finais

As pesquisas recentes a respeito do turismo e das tendências turísticas para os próximos anos ilustram que o turismo cultural e o turismo de experiência estão em destaque e são, atualmente, as mais procuradas pelos turistas. Nesse cenário, muitos locais brasileiros ainda pouco visitados podem se tornar atrativos turísticos inovadores, imersivos e únicos. É o caso dos sítios arqueológicos localizados na cidade de Alcinópolis - MS, que foram explorados ao longo deste artigo.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa está na proposição de trilhas interpretativas como uma forma sustentável de explorar o patrimônio arqueológico do município de Alcinópolis - MS, promovendo o desenvolvimento regional e a preservação cultural e ambiental.

Até o momento, o turismo arqueológico no Brasil é pouco explorado, mas apresenta grande potencial para atrair um

público engajado, que busca conexões com os locais visitados, além de envolvimento com a história local e vivências ímpares. Para além, o turismo arqueológico faz parte do turismo cultural, que visa alinhar desenvolvimento econômico sustentabilidade, participação da comunidade local e um turismo consciente, que desperte a participação ativa dos turistas na preservação da história e do meio ambiente.

É a partir destas considerações que sugere-se a criação de trilhas interpretativas como um recurso turístico potencial a ser desenvolvido nos sítios arqueológicos da cidade de Alcínio - MS, visando o engajamento dos visitantes, assim como instruções essenciais para compreender os cuidados que devem ser tomados, além da divulgação da riqueza arqueológica presente nos diversos locais, que foram marcados entre 2 mil e 10 mil anos atrás por grupos humanos pretéritos.

As trilhas interpretativas é uma possibilidade valorosa pois pode ser desenvolvida por guias locais em parceria com a prefeitura e até mesmo oferecido pela prefeitura um curso para formar novas guias dentro de uma perspectiva sustentável. Logo, é um recurso que requer baixo investimento e pode oferecer possibilidades de trabalho para agentes locais. Entretanto, é importante destacar que a cidade é pequena e oferece poucas comodidades e baixo investimento quando a hospedagem e estrutura turística no geral. As cidades próximas também possuem uma situação similar referente a sua estrutura turística. Dessa maneira, a falta de investimentos em uma estrutura adequada para recepcionar grupos de turistas se mostram como um em-

pecilho para a construção e divulgação de atrativos turísticos contínuos e com fluxo de visitantes.

A pesquisa apresenta como limitação a proposta das trilhas interpretativas sem a efetiva realização destas, não oportunizando uma vivência prática do arqueoturismo. Pesquisas futuras poderão contribuir significativamente para o arqueoturismo da região ao explorar vivências práticas e sustentáveis em pequenos grupos, que posteriormente podem ser ampliadas a grupos turísticos maiores, de acordo com o desenvolvimento da infraestrutura municipal.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de; LIMA, Keny Marques. A arte rupestre em cavernas da região noroeste de Mato Grosso do Sul: discussões preliminares. **Espeleo-Tema**, Campinas, SP, v. 23, n. 2, 2012. Disponível em: https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Espeleo-Tema_v23_n2_117-125.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

AGUIAR, Rodrigo Luiz Simas de. **Arte rupestre em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS, Ed. UFGD, 2014. Disponível em: https://museucerrado.com.br/wp-content/uploads/2021/08/2021_08_26_Arqueologia_MS_ArteRupes-treEmMatoGrossoDoSul_EletoSul.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

ALCINÓPOLIS (MS). Prefeitura Municipal. Pontos turísticos. s.l., s.d. Disponível em: <https://www.alcinopolis.ms.gov.br/hot-site/turismo/pontos-turisticos.html> . Acesso em: 03 nov. 2025.

BARBACOVİ, Manoela. Cultura, turismo, turismo cultural: refletindo sobre teorizações por meio de uma revisão narrativa. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 19, n. 01, 2025.

BATOULI-SANTOS, A. L.; SKINNER, L. F.; QUEIROZ, A. C. B. Trilhas interpretativas como ferramentas para a valorização do patrimônio natural e cultural do município de Arraial do Cabo (RJ). Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 4, 2011, p. 582.

BRAMBILLA, Lia Raquel Toledo Gasques. **El pasado arqueológico en Mato Grosso do Sul – Brasil: un análisis a través del Museu de Arqueología da la UFMS**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/5599>. Acesso em: 02 nov. 2025.

BRASIL. Tendências do Turismo 2025. **Revista Tendências do Turismo 2025**. 6º edição. Online. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos> -acoes-obras-e-atividades/rede-inteligencia-mercado/RevistaTendencias2025vfinal.pdf. Acesso em: 03 nov. 2025.

COSTA, Carlos; ETCHEVARNE, Carlos Alberto; COMERLATO, Fabiana. **Conhecendo a arte rupestre**. Salvador: MAE/UFBA e BN, 2006.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande: Governo do Estado de MS, 2025. Disponível em: <https://www.turismo.ms.gov.br/>. Acesso em: 20 abril 2025.

GODOY, Renata de. Arqueoturismo no cerrado e na amazônia: Dois pedaços de um mesmo pote. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 87–107, 2015. DOI: 10.20396/rap.v9i2.8642870. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8642870>. Acesso em: 20 abril 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE (ICM-Bio). **MONA**. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/unidades-de-conservacao/mona>. Acesso em: 07 nov. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Sítios arqueológicos do Brasil**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 abril 2025.

LOVATA, Troy R. Archaeology as Built for the Tourists: The Anasazi Cliff Dwellings of Manitou Springs, Colorado. **International Journal of Historical Archaeology**, v. 15, n. 2, p. 194-205, 2011.

LUGARES ECO. *Expedição MS apresentou as belezas da rota rupestre de Alcinópolis.* s.l., s.d. Disponível em: <https://www.lugares.eco.br/noticias/expedicao-ms-apresentou-as-belezas-da-rota-rupestre-de-alcinopolis/2583/>. Acesso em: 07 nov. 2025.

MANZATO, Fabiana; REIJOWSKI, Mirian. Turismo arqueológico no estado de São Paulo? **Revista Patrimônio**, Unisantos, 2005.

MARQUES, A. J. M.; AZEVEDO, B. B.; MARQUES, A. F. M.; BARRA, J. M.; GOMES, C. M. M.; SILVA, M. N. E. S.; PAULA, M. T. Desenvolvimento socioeconômico e preservação cultural: o papel do turismo Arqueológico. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 297-311, 2025.

MARQUES, Carina Domingues. A Arte Rupestre. **MONÇÕES Revista do Curso de História da UFMS/CPCX**, v. 3, n. 4, 2016.

MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko. **12.000 Anos: Arqueologia do Povoamento Humano no Nordeste de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2012.

MELGAREJO, Alberto Moreno; LÓPEZ, Ignacio Sariego. Relaciones entre Turismo y Arqueología: el Turismo Arqueológico, una tipología turística propia. **PASOS Revista de Turismo y**

Patrimonio Cultural, v. 15 n. 1, 163-180, 2017. Disponível em: https://www.pasosonline.org/Publicados/15117/PS117_10.pdf. Acesso em: 20 abril 2025.

NAVARRO, Alexandre Guida et al. Arqueoturismo na Baixada Maranhense: uma proposta focada nas estearias. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da S. G.; LADWIG, Nilzo Ivo; FUNARI, Pedro Paulo A.; OOSTERBEEK, Luiz (org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: arqueologia e turismo sustentável** (volume IV). Criciúma, SC: UNESC, 2021.

NEPOMUCENO, Clara Alice. **Arqueologia Pré-Histórica de Alcinópolis - Mato Grosso do Sul: Educação Patrimonial e o Programa de Extensão Trilha Rupestre - UFMS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo cultural: leituras da Antropologia. **NAYA: Perspectivas del Turismo Cultural II**, La gestión del turismo y sus problemáticas desde visiones sociales. Buenos Aires: NAYA, 2022. Disponível em: https://www.equipo-naya.com.ar/turismo_cultural/htm/xerardo_pereiro_perez.htm. Acesso em: 04 nov. 2025.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica.** El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS. **1º Seminário e Encontro Cultural de Alcinópolis. Rota dos sítios arqueológicos.** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agricultura, Pecuária, Turismo e Meio Ambiente (SEMUDES), 2018. Disponível em: <https://www.alcinopolis.ms.gov.br/hotsite/seca/index.html>. Acesso em: 04 nov. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REIS, Marcos Antonio dos; MARTINS, Gilson Rodolfo; KASHIMOTO, Emília Mariko; GASQUES, Lia Raquel Toledo Brambilla; DUARTE, Laura Roseli Pael. (Org.). **Alcinópolis: uma galeria natural de arte rupestre.** São Bernardo do Campo: Avante, 2023.

SCHMITT, Bernd. Experiential Marketing. **Journal of Marketing Management**, v. 15, p. 53-67, 1999. Disponível em: <https://jungkirbalik.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/06/experiential-marketing.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **As tendências de turismo para 2025-2027**. Brasília, DF: SEBRAE, 2024. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/boletim-tendencias-turismo-2025-2027>. Acesso em: 09 maio 2025.

SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. **Antropológicas**, n. 4, p. 217-224, 2000.

SILVA, Vanessa Rodrigues da; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. Atividade turística na cidade do Recife: Levantamento e diagnóstico de sítios arqueológicos. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 9, n. 2[12], p. 3–18, 2016. DOI: 10.20396/rap.v9i2.8642864. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8642864>. Acesso em: 20 abril 2025.

Gestão Sustentável do Patrimônio Cultural: o caso de Volta Redonda/RJ

Alex Ramos de Figueredo

Silvana Paola Moreira Augusto

Fernanda Gomes de Oliveira

O Capítulo 5 abordou a relação entre turismo e arqueologia rupestre a partir do estudo de caso de Alcinópolis (MS), destacando a importância da preservação dos sítios arqueológicos frente ao uso turístico. Encerrando a sequência de estudos de caso, o Capítulo 6 amplia o enfoque ao tratar da gestão sustentável do patrimônio cultural, deslocando a análise do patrimônio arqueológico para uma perspectiva mais abrangente da cultura e da gestão. Examinando o caso de Volta Redonda, o capítulo final contribui para consolidar o entendimento do patrimônio cultural como eixo estratégico do desenvolvimento territorial sustentável.

6.1 Introdução

Nos últimos anos, o turismo se consolidou como uma atividade de grande importância socioeconômica, não apenas pelo seu potencial de geração de emprego e renda, mas também como instrumento de valorização das identidades culturais e preservação do patrimônio. Com isso, surgiu a necessidade de se pensar práticas turísticas na perspectiva da sustentabilidade, especialmente em contextos urbanos onde o patrimônio cultural é constantemente desvalorizado e ameaçado por processos de modernização acelerada.

A cidade de Volta Redonda, localizada no estado do Rio de Janeiro e conhecida por sua importância histórica na industrialização do Brasil, possui um rico acervo cultural e simbólico que permanece à margem das políticas públicas de turismo e da valorização coletiva. Esse problema comprova que existe um campo fértil para o desenvolvimento de estratégias que permitam unir a gestão sustentável do patrimônio cultural à promoção do turismo cultural, promovendo assim, o desenvolvimento local com base na identidade e na memória social.

Volta Redonda foi escolhida como objeto de investigação não apenas pela sua relevância histórica, mas também por sua diversidade de manifestações culturais, arquitetônicas e sociais, muitas das quais são desconhecidas até mesmo por seus próprios habitantes. A cidade carrega em seu território símbolos da industrialização brasileira, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), além de espaços que servem como provas das

dinâmicas culturais locais, como igrejas, praças, centros culturais, clubes de bairro e manifestações populares. Mas, o reconhecimento e a integração desses bens ao planejamento turístico sustentável está a se desenvolver, quando não são ausentes.

Como nos aponta Cunha (2012, p.63) “essa complexidade na relação entre turismo e patrimônio cultural, exige planejamento cuidadoso para que um não comprometa o outro”. Assim, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pela gestão cultural do município, especialmente em relação ao turismo, visando compreender as barreiras, potencialidades e caminhos possíveis para uma atuação mais eficiente e planejada entre os setores público, privado e a comunidade.

Considerando sua importância histórica e cultural, como a gestão sustentável do seu patrimônio pode ser transformada em um diferencial competitivo para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade?

Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a gestão sustentável do patrimônio cultural pode contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural em Volta Redonda/RJ.

Para alcançar esse objetivo, delimitam-se os seguintes objetivos específicos: Identificar os principais patrimônios culturais materiais e imateriais da cidade com potencial turístico; avaliar as políticas públicas existentes voltadas à cultura e ao turismo e investigar os desafios enfrentados pelos gestores culturais e turísticos locais.

O tema ganha mais importância diante dos debates que

envolvem a sustentabilidade, que ultrapassam a dimensão ambiental e envolvem as dimensões social, cultural e econômica. Dessa forma, o turismo cultural sustentável se torna uma alternativa viável e necessária para cidades como Volta Redonda, que enfrentam desafios relacionados à preservação da memória, à valorização das identidades locais e à necessidade de diversificação econômica. A gestão integrada desses recursos culturais exige mais do que investimentos financeiros e infraestrutura, requer uma mudança de mentalidade na forma como o patrimônio é percebido, apropriado e ressignificado pelos próprios habitantes e pelas instituições responsáveis.

A pesquisa terá como foco o município de Volta Redonda e seus patrimônios culturais reconhecidos oficialmente ou valorizados pela comunidade local. Serão priorizados os espaços públicos, equipamentos culturais e manifestações culturais que apresentem potencial de atração turística e de fortalecimento da identidade coletiva. Apesar de não ter a pretensão de esgotar o tema, a proposta busca conhecer o trabalho das políticas públicas de turismo e os projetos e ações que estão sendo realizadas para promover o turismo cultural na cidade de Volta Redonda.

A pesquisa está estruturada em: Introdução, onde será apresentado o tema e a relevância da pesquisa. Em seguida, o Referencial Teórico, com uma revisão crítica dos principais conceitos que fundamentam a pesquisa, como turismo sustentável, patrimônio cultural e gestão integrada de Volta Redonda. Já a Metodologia vem justificando a escolha do enfoque qualitativo e detalhando os procedimentos de coleta que será realizada

através de uma entrevista estruturada enviado ao gestor público da área de cultura e turismo e/ou representante de instituição cultural, para assim se obter uma visão mais eficiente sobre a gestão sustentável dos patrimônios culturais da cidade; e a análise dos dados será feita com base na avaliação de documentos oficiais, como leis municipais, planos de governo, inventários patrimoniais, diagnósticos culturais da Fundação Cultural de Volta Redonda, e balanços de atividades turísticas do município. A análise desses documentos ajudará a identificar lacunas, oportunidades e contextualizar o cenário institucional da cidade. Os dados/resultados obtidos serão apresentados e interpretados de acordo com o referencial teórico adotado, com destaque para as principais descobertas, desafios identificados e possíveis caminhos para a valorização do patrimônio cultural por meio do turismo; e nas considerações finais, serão sintetizados os principais achados da pesquisa, destacando suas contribuições para o campo do turismo cultural e da gestão patrimonial.

6.2 Referencial Teórico

6.2.1 Turismo Sustentável

O turismo sustentável se tornou uma alternativa estratégica diante dos impactos negativos ligados à atividade turística convencional, como a degradação ambiental, a descaracterização cultural e a exclusão social. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005), o turismo sustentável é aquele que

“leva plenamente em conta os impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs”. Já Beni (2008, p.49) destaca que “o planejamento turístico precisa considerar as dimensões sociais, culturais e ambientais para alcançar um modelo verdadeiramente sustentável”.

A proposta é garantir que os recursos utilizados hoje sejam preservados para as gerações futuras, promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento e conservação. Diferente das abordagens tradicionais centradas no lucro e na massificação, o turismo sustentável valoriza a diversidade cultural, promove a inclusão social e estimula a economia local de forma descentralizada. Essa abordagem reduz os efeitos negativos da atividade turística, e potencializa seus benefícios, tornando o turismo uma ferramenta de transformação social, em territórios que possuem identidade cultural forte, mas ainda pouco explorada economicamente. Ao se pensar no contexto urbano brasileiro, o turismo sustentável enfrenta desafios específicos, principalmente em cidades médias como Volta Redonda, onde o pensamento comum entre os habitantes é mais associado à indústria do que ao patrimônio cultural. É necessário atribuir um novo significado ao papel do turismo nas políticas públicas e inserir a sustentabilidade como eixo estruturante do planejamento territorial.

A Agenda 2030 da ONU, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatiza a importância de promover cidades e comunidades sustentáveis, incluindo metas voltadas à proteção do patrimônio cultural e natural. Nesse con-

texto, o turismo sustentável é compreendido como uma prática transversal que dialoga com os direitos culturais, a educação patrimonial, a cidadania e a equidade territorial. O sucesso dessa abordagem depende da criação de políticas participativas, do aprimoramento constante dos envolvidos e do reconhecimento de memórias e saberes locais como ativos estratégicos (UNITED NATIONS, 2015).

6.2.2 Patrimônio Cultural como Recurso Turístico

O patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de bens materiais e imateriais que carregam significados históricos, simbólicos e identitários para uma comunidade. Esses bens não remetem apenas o passado, mas lançam para o presente e o futuro, funcionando como marcadores da memória coletiva. Nesse sentido, Brandão (2007, p. 45) afirma que “o patrimônio cultural é a memória feita de coisas e lugares, mas também de ações, celebrações e saberes”, destacando que sua importância vai além da preservação física, envolvendo práticas, tradições e conhecimentos que mantêm viva a identidade cultural de um povo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural brasileiro compreende as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais.

Por isso, o patrimônio não deve ser visto só como objeto de admiração, mas também como um recurso para o desenvolvimento territorial, capaz de gerar renda, empoderar comunidades e fortalecer identidades locais por meio do turismo cultural.

No entanto, a associação entre patrimônio e turismo exige cuidados, pois a simples transformação do bem cultural em produto turístico pode resultar em processos de mercantilização, descaracterização ou exclusão de seus atores. Para que o patrimônio funcione como recurso turístico de forma ética e sustentável, é essencial que sua gestão seja compartilhada e que as comunidades envolvidas tenham voz ativa na construção da narrativa turística. O turismo cultural sustentável deve priorizar o pertencimento e a autenticidade, promovendo experiências que valorizem a história local e o saber tradicional. Como exemplo, a cidade de Volta Redonda, tem um imenso potencial de valorização de elementos como a memória operária, os clubes sociais, os bairros antigos e as festas populares, muitos dos quais permanecem invisíveis pelas narrativas oficiais. E para inserir esses elementos na rota turística da cidade serão necessário a sensibilidade histórica, a escuta ativa e o compromisso com a diversidade cultural.

Sendo assim, o reconhecimento do patrimônio cultural turístico implica em políticas públicas eficazes de inventário, proteção, valorização e promoção desses bens. É necessário que o poder público invista em diagnósticos culturais, sinalização interpretativa, acessibilidade, formação de guias locais e criação de roteiros temáticos. A conexão com a educação patri-

monial é fundamental, pois fortalece o senso de pertencimento e estimula o envolvimento das novas gerações. O patrimônio cultural, quando bem gerido, pode deixar de ser apenas um vestígio do passado e se tornar um motor para o desenvolvimento cultural, econômico e social, integrando-se de forma estratégica ao planejamento turístico sustentável.

6.2.3 Gestão Integrada de Recursos Culturais

A gestão integrada de recursos culturais propõe uma abordagem que articula diversos setores, como cultura, turismo, educação, meio ambiente e planejamento urbano visando ao planejamento, preservação e valorização dos bens culturais. Essa estratégia busca unificar esforços para potencializar resultados e evitar a fragmentação de ações ou a negligência de patrimônios relevantes (IPHAN, 2016).

Para que essa gestão seja eficaz, é fundamental o fortalecimento de redes locais de governança, o envolvimento das comunidades nos processos decisórios e a construção de instrumentos que promovam a coordenação entre as esferas de governo, iniciativa privada e sociedade civil (UNITED NATIONS, 2015).

Em Volta Redonda, a diversidade cultural é rica, mas pouco sistematizada. A implementação de uma gestão integrada do patrimônio cultural pode representar um divisor de águas, reconhecendo e valorizando os atores locais como protagonistas (SMDet, 2025).

Essa abordagem deve ser fundamentada em três pilares: diagnóstico territorial participativo, planejamento intersetorial e monitoramento contínuo. O primeiro envolve o mapeamento dos recursos culturais e turísticos existentes, considerando tanto os bens oficialmente reconhecidos quanto aqueles valorizados pela população local (UNITED NATIONS, 2015). O segundo pilar refere-se à formulação de políticas que articulem metas comuns entre os diferentes órgãos e setores envolvidos, criando um plano de ação integrado que inclua ações de curto, médio e longo prazo (IPHAN, 2016). O terceiro pilar diz respeito ao acompanhamento constante das ações implementadas, com avaliação de resultados, correção de rumos e transparência na prestação de contas, fortalecendo o controle social e ampliando a eficácia das políticas (UNITED NATIONS, 2015).

No caso de Volta Redonda, a gestão integrada do patrimônio cultural pode transformar a cidade em um exemplo de desenvolvimento sustentável, onde o turismo cultural floresce de forma organizada, inclusiva e sustentável (SMDet, 2025).

6.3 Metodologia

Esta pesquisa tem como característica a análise qualitativa, com viés exploratório e descritivo, tendo como objetivo compreender como a gestão sustentável do patrimônio cultural pode contribuir para o desenvolvimento do turismo cultural em Volta Redonda/RJ.

Machado (2024, p.64) argumenta que a “análise quali-

tativa é fundamental para compreender as dinâmicas culturais locais, especialmente em municípios com acervo patrimonial subutilizado”. Portanto, a pesquisa qualitativa foi escolhida por permitir uma análise mais aprofundada dos significados, percepções, práticas e relações sociais que envolvem os diversos atores do território, podendo também ser incluídos dados quantitativos secundários, obtidos por meio de documentos oficiais e levantamentos estatísticos, para reforçar a contextualização do problema e ampliar a análise interpretativa.

Com foco em uma estratégia metodológica mais eficiente, optou-se por um estudo de caso, tendo o município de Volta Redonda como objeto de análise. Visto que o estudo de caso é o mais adequado quando se busca investigar fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre o objeto de estudo e o contexto não estão claramente definidas. Essa escolha está relacionada à importância histórica que Volta Redonda tem como símbolo da industrialização brasileira e ao seu patrimônio cultural subvalorizado, o que oferece um vasto campo de estudo para refletir sobre os desafios da gestão cultural e das possibilidades de desenvolvimento do turismo sustentável a partir de uma perspectiva local.

A coleta desses dados será realizada por meio de entrevista, análise documental e visita de campo do City Tour Turistando em VR. Esse formulário foi enviado para algum gestor público da área de cultura e turismo e/ou representante de instituição cultural.

Foi realizada uma entrevista através de formulário online com a Diretora de Turismo Débora Cândido. Essa entrevista foi respondida via e-mail no dia 23 de outubro de 2025. As perguntas do formulário seguiram um roteiro estruturado, com tópicos para aprofundar temas emergentes, favorecendo a produção de dados ricos e contextualizados.

A análise documental incluirá leis municipais, planos de governo, diagnósticos culturais, inventários patrimoniais, matérias jornalísticas, dados da Fundação Cultural de Volta Redonda, da Secretaria Municipal de Turismo e de outras fontes oficiais e acadêmicas; neste caso os documentos que forem encontrados com informações relevantes para a pesquisa.

Essa análise permitirá compreender as políticas públicas implementadas, identificar lacunas e oportunidades, além de contextualizar o cenário institucional da cidade. Os documentos para essa análise serão usados de acordo com o quadro 1.

**Quadro 1 - Instrumentos Documentais Identificados para
Volta Redonda/RJ**

Categoria	Instrumento	Descrição / Observações
Leis Municipais	A Lei Orgânica do Município de Volta Redonda. Lei orgânica municipal nº 1, de 05 de abril de 1990.	Estabelece a organização político-administrativa, as competências do município, dispositivos relativos ao patrimônio cultural etc.
	Plano diretor do município, estabelecido pela Lei 4.441/2008.	Lei que dispõe sobre o Plano Diretor Urbano da cidade, e que contemple o setor de Turismo.
	Lei 5.662/2019 – dispõe sobre proteção do Patrimônio Cultural de Volta Redonda, atualizando e revogando partes da lei anterior (2.075/1985).	Lei municipal de tombamento mais recente, com instrumentos e procedimentos atualizados para proteção de bens culturais.
	Leis diversas de zoneamento, uso do solo, construção, etc. (no portal de leis municipais).	Importantes para entender as regras urbanísticas que afetam o patrimônio material (edificações, bens tombados, fauna urbana).

Planos de Governo / Políticas Culturais	Plano Municipal de Cultura de Volta Redonda - Lei 5.298/2016.	Instrumento resultante do trabalho do Sistema Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural.
	Sistema Municipal de Cultura / Política Cultural (com dispositivos como Conferência Municipal de Cultura, Fundo Municipal, etc.)	Esses instrumentos são parte das políticas estruturadas para a cultura municipal.
Inventários / Diagnósticos Culturais	Inventário de bens tombados municipais (lista de imóveis tombados como patrimônio municipal)	Inclui a relação histórica de imóveis protegidos, seus dados de localização, uso, autor do projeto, etc.
	Diagnósticos culturais ligados ao Sistema Municipal de Cultura – material de conferências, reuniões, identificação de demandas culturais locais	Pode incluir relatórios ou atas de conferências municipais de cultura.
Matérias Jornalísticas	Notícia de que Volta Redonda recebeu recursos de R\$ 1,7 milhão para fomentar projetos culturais / pontos de cultura via Lei Aldir Blanc 2	Importante para capturar o que está sendo veiculado publicamente, percepções, tensões, prazos, dúvidas etc.

Dados Estatísticos / Outras Fontes Oficiais	Dados da Fundação Cultural de Volta Redonda – inventários, relatórios de atuação, prestação de contas, orçamento, etc.	A Fundação Cultural provavelmente possui documentos institucionais relevantes (relatórios, prestação de contas).
	Plano Municipal de Turismo 2019	Implantação de políticas públicas para o setor pelos próximos 20 anos, visando fomentar o turismo regional, de negócios, gastronômico e econômico.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Na análise dos dados qualitativos, será feita a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011).

“A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 44).

Essa técnica prevê a organização dos dados em diversas categorias, a partir das quais se realizam deduções e interpretações que articulam do empírico ao teórico. Os dados coletados

serão transcritos e interpretados de acordo com o referencial teórico adotado, dando uma atenção às narrativas sobre pertencimento, valorização cultural, desafios de gestão e propostas de articulação entre turismo e cultura. Já os dados quantitativos secundários serão apresentados de forma complementar, por meio de gráficos e tabelas explicativas, sempre que necessário para ilustrar ou reforçar os argumentos qualitativos.

Houve também uma visita técnica realizada no Tour Cultural - Edição Especial Circuito das Artes do “Turistando em VR” no dia 15 de novembro de 2025. Este tour teve como foco mostrar a arte urbana de Volta Redonda, percorrendo as ruas da cidade mostrando as intervenções artísticas expostas em prédios e fachadas feitas de grafiti, consolidando a cidade como uma galeria de arte a céu aberto.

Toda essa metodologia proposta busca articular teoria e prática, garantindo uma leitura crítica, participativa e contextualizada da realidade cultural de Volta Redonda. A junção de diferentes técnicas de pesquisa permitirá compreender os elementos estruturais da gestão patrimonial, e os sentidos simbólicos que os moradores atribuem ao seu território e ao seu patrimônio. Isso possibilita construir propostas de intervenção fundamentadas na realidade local, respeitando as identidades e potencializando o papel do turismo como instrumento de transformação cultural e desenvolvimento sustentável.

6.4 Resultados e Discussão

Esta etapa será realizada com base nos resultados obtidos durante todo o tempo da pesquisa. Primeiro será exposto a análise documental sobre as leis Culturais e de Turismo, após foi realizada a avaliação feita sobre os Patrimônios e atrativos Culturais de Volta Redonda e por fim as ações realizadas pelas políticas públicas e os projetos vigentes sobre Turismo e cultura.

6.4.1 *Análise Documental*

A análise dos documentos revela um arcabouço legal e estratégico que busca promover o turismo, com ênfase no turismo de negócios e eventos, e proteger o patrimônio cultural da cidade. Analisamos as seguintes leis para basear o questionário para a entrevista e buscar elementos que contemplem o cuidado com o patrimônio cultural da Cidade.

A Lei Municipal nº 5.511/2018 que reestrutura o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e institui o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR). A reestruturação do COMTUR busca uma gestão descentralizada e com participação social, envolvendo representantes do poder público e da sociedade civil. O FUMTUR é um instrumento de captação e aplicação de recursos para apoiar financeiramente as ações de turismo.

O Plano Municipal de Turismo de 2019 visa a implantação de políticas públicas para o setor pelos próximos 20 anos,

visando fomentar o turismo regional, de negócios, gastronômico e econômico.

O Relatório de Atividades Turísticas mostra que Volta Redonda é posicionada como uma cidade de turismo de negócios e eventos. Esse relatório aponta que a cidade possui uma ampla rede de gastronomia, centros comerciais, áreas verdes, incluindo o único zoológico gratuito do interior do estado, e diversos espaços para eventos.

O principal segmento turístico identificado é o de “Negócios e Eventos”, e que a cidade possui um Conselho Municipal de Turismo ativo. A Lei Municipal nº 5.662/2019 dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município, revogando a legislação anterior de 1985. Ela institui instrumentos de proteção como o tombamento, o registro e o inventário de bens de natureza material e imaterial e a gestão do patrimônio cultural edificado que fica a cargo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU/VR) esta lei também prevê incentivos para a conservação de imóveis de valor cultural, como a redução do IPTU; o Patrimônio Industrial, que é o patrimônio histórico industrial, decorrente da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e o destaque é o “Circuito de Patrimônio Industrial de Volta Redonda” que resguarda a memória do processo de industrialização da cidade.

Já a Lei Orgânica Municipal estabelece como competência do município a promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local. Além disso, determina que o Poder Público deve preservar, conservar e recuperar documentos, obras e ou-

tros bens de valor histórico, artístico e cultural.

A Lei Municipal nº 5.298/2016 (Plano Municipal de Cultura) é um plano com duração de dez anos, que visa o desenvolvimento da cultura em diversas áreas, como literatura, artes cênicas e artesanato. O plano inclui ações que podem ter interface com o turismo, como o fomento a eventos e a valorização da produção cultural local; e a Lei nº 4.441/2008 (Plano Diretor Participativo) que contempla o setor de turismo, a qual foi elaborada com ampla participação da sociedade e estabelece as diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade.

Na entrevista com a Diretora de Turismo Débora Regina Campos Cândido, ela deu uma ênfase nas leis de turismo da cidade colocando que o Mapa do Turismo indica que Volta Redonda possui um Plano Municipal de Turismo existente e datado de 2019, que foi elaborado por meio de um Programa de Capacitação desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com a Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro (SETUR-RJ). Em seu escopo está previsto integrar de forma mais consistente o patrimônio histórico local, especialmente os marcos ligados à formação urbana e à memória industrial da cidade, como eixo estratégico para o fortalecimento do turismo cultural. Com a intenção de valorizar a identidade de Volta Redonda por meio da preservação, interpretação e promoção de seus bens históricos e simbólicos, articulando ações de turismo, cultura e educação patrimonial.

O estudo dos documentos e das legislações mostrou-se essencial para orientar a compreensão sobre o planeja-

mento das ações a serem desenvolvidas pelos órgãos públicos de Volta Redonda, com o objetivo de posicionar o município em destaque no setor turístico, especialmente por meio do turismo cultural.

A legislação vigente busca, simultaneamente, fortalecer o turismo e preservar a memória histórica da cidade, incluindo o patrimônio industrial associado à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Assim, observa-se que o planejamento municipal procura articular turismo, cultura e educação patrimonial como estratégia para promover o desenvolvimento sustentável de Volta Redonda.

6.4.2 Patrimônios e atrativos Culturais

Após a análise dos documentos e leis que corroboram para o desenvolvimento de Volta redonda, foi listado alguns dos principais patrimônios culturais materiais e imateriais de Volta Redonda com potencial turístico, levantados a partir das fontes disponíveis, sendo como principal o site da Prefeitura de Volta Redonda e as notícias envolvendo o tema.

6.4.2.1 Materiais (Tombados)

- a) **Cine 9 de Abril:** Sala de espetáculos/cinema de rua, com grande capacidade, fundado em 27 de fevereiro de 1959. Primeiro imóvel tombado pelo município, e pelo INEPAC (Instituto Estadual do

Patrimônio Cultural). Tombado pelo Decreto nº 2.070, de 06 de novembro de 1985; INEPAC – nº e-03/18147/88 (provisório).

b) Praça Brasil : A maior praça da cidade, construída entre 1954 e 1957. Localizada na Vila Santa Cecília, é composta por espelho d'água, obelisco, estátua do ex-presidente Getúlio Vargas, busto do General Sylvio Raulino de Oliveira e três estátuas em bronze que representam o Operário, em homenagem ao trabalhador siderúrgico, com vestimenta pesada. Getúlio Vargas foi retratado de pé, com a mão esquerda no bolso, em homenagem ao presidente da época e criador da cidade. Há também esculturas femininas, nuas e deitadas, que representam a indústria, a engenharia mecânica e a agricultura. A praça foi tombada pela Lei Municipal nº 2.278, de 1988, por apresentar valor histórico, cultural e paisagístico, com registro nº 002 no Livro de Tombo das Belas Artes.

c) Hotel Bela Vista: Edificação tombada, de estilo arquitetônico neocolonial, importante marco da história urbana por sua localização e função histórica. Um dos mais belos cartões-postais da cidade, projetado para atender fornecedores, funcionários e clientes, tornando-se um dos mais

tradicionais hotéis do Sul Fluminense. Possui área de 28.000 m², com vegetação exuberante, espécies de pássaros da região e vista panorâmica da cidade. Foi palco de importantes decisões políticas e econômicas que antecederam a Era da Industrialização. Desde 2005 integra a Fundação CSN, quando foi transformado em Hotel-Escola. Tombado pelo Decreto nº 3.369, de 06/10/1997. Livro de Tombo Histórico - Registro nº 0011. Preservação de suas características arquitetônicas originais.

- d) Memorial Zumbi dos Palmares:** Espaço de memória, exposições e eventos, de representatividade negra, fundado em 1º de junho de 1990 e tombado como patrimônio material do município em 1992. Abriga anfiteatro e área de exposições, com programação cultural voltada à valorização da cultura de matriz africana. Possui escultura de Zumbi dos Palmares em aço corten, de autoria de Rogero Masson, simbolizando o salto para a liberdade. As grades que protegem o espaço são estilizadas com elementos que simbolizam o machado de Xangô. Tombado pelo Decreto nº 4.317, de 29/12/1992, com base na Lei Municipal nº 2.075, de 06 de novembro de 1985. Livro de Tombo Histórico - Registro nº 005. Preservação de suas características arquitetônicas originais.

- e) Fazenda Santa Cecília:** Importante propriedade do ciclo do café em Volta Redonda, teve suas terras e benfeitorias desapropriadas em 1941 para a instalação da Usina Presidente Vargas da Companhia Siderúrgica Nacional e da vila operária. Em suas terras ocorreram os ciclos do açúcar (1800-1820), do café (1820-1890), da pecuária leiteira (até meados do século XX) e da industrialização (a partir de 1941). Tombada pelo Decreto nº 2.119, de 24/12/1985, e pela Lei Municipal nº 2.808, de 23/11/1992. Livro de Tombo Histórico – Registro nº 005. Preservação da casa-sede e entorno aproximado de 40.000 m².
- f) Fazenda Três Poços:** Considerada um dos principais ícones do ciclo do café em Volta Redonda, foi uma das mais importantes propriedades cafeeiras da Província Fluminense. Tornou-se de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Decreto nº 243, de 18/10/1967, visando à instalação da FOA e à expansão urbana. Tombada pelo Decreto Municipal nº 2.117, de 23/12/1985. Livro de Tombo Histórico - Registro nº 003. Preservação de suas características arquitetônicas originais.
- g) Fazenda São João Batista:** Casa-sede construída originalmente no século XIX, reformada

em 1941, com substituição das paredes de pau-a-pique por tijolos. Atualmente inserida na área urbana, deu origem a diversos bairros da cidade. Possui características do neoclassicismo colonial português. Tombada pela Lei Municipal nº 4.252, de 2007, para preservação de suas características arquitetônicas originais, com registro nº 012 no Livro de Tombo Histórico.

- h) **Museu Foto Filatélico:** Único museu de Volta Redonda, abriga o Museu da Memória do Trabalho Brasileiro, dedicado à preservação do trabalho na região. Reconhecido pelo IBRAM, mantém acervo que registra o processo de industrialização a partir da criação da CSN. Tombado pela Lei Municipal nº 2.780, de 22/09/1992. Livro de Tombo Histórico - Registro nº 001. Preservação de suas características arquitetônicas originais.
- i) **Espaço Cultural GACEMSS:** Fundado em 1945, promove espetáculos teatrais, musicais, de dança, exposições, cursos e atividades culturais. Tombado pela Lei Municipal nº 4.261, de 12/01/2007. Livro de Tombo das Artes Aplicadas - Registro nº 003. Preservação de sua finalidade cultural e artística.

- j) Chaminé do Antigo Engenho de Açúcar:** Estrutura construída em 1903, remanescente do antigo engenho de açúcar e aguardente. Possui cerca de 40 metros de altura, em tijolo maciço aparente. Tombada pelo Decreto nº 2.105, de 19/12/1985, e pela Lei Municipal nº 2.203, de 03/06/1987. Livro de Tombo Histórico – Registro nº 002. Preservação de suas características arquitetônicas originais.
- k) Igreja de Santo Antônio:** Situada no primeiro núcleo populacional da cidade, originalmente inaugurada em 1870. A atual edificação apresenta estilo eclético, com elementos góticos, neoclássicos e mouriscos. Tombada pela Lei Municipal nº 2.717, de 19/12/1991. Livro de Tombo Histórico - Registro nº 008.
- l) Igreja Santa Cecília:** Construída em 1943, vinculada ao projeto de urbanização da vila operária. Possui gruta de Nossa Senhora de Lourdes com cruz fundida em ferro gusa da primeira corrida do Alto-Forno nº 1. Tombada pelo Decreto nº 2.116, de 23/12/1985. Livro de Tombo Histórico – Registro nº 004.

- m) Memorial XV de Novembro:** Monumento projetado por Oscar Niemeyer em homenagem a operários da CSN mortos na Greve de 1988. Inaugurado em 1º de maio de 1989. Patrimônio histórico industrial tombado pelo município.

6.4.2.2 *Materiais (Tombados)*

- a) Escola Técnica Pandiá Calógeras:** A Escola Técnica Pandiá Calógeras foi inaugurada em 1952, com o objetivo de capacitar jovens para mão de obra especializada destinada à montagem e operação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Trata-se do único projeto em estilo Art Déco da região, de autoria dos arquitetos Carlos Fest e Ricardo Tommasi. Em frente à escola há uma ampla praça com espaços destinados à prática de esportes, como tênis, futebol e skate, além de equipamentos de lazer e lanchonete. Espaço não tombado.
- b) Espaço das Artes Zélia Arbex:** Espaço destinado a exposições artísticas, situado em área central do município, integrando um complexo cultural formado pela Biblioteca Municipal, cinema, teatros e o Memorial Zumbi dos Palmares. Construído majoritariamente em vidro, permite a

visualização permanente das obras pelos transeuntes, independentemente de seu horário de funcionamento. Espaço não tombado.

- c) Centro Cultural da Fundação (CSN):** Espaço voltado à realização de ações gratuitas e multidisciplinares, com foco na formação, difusão e fortalecimento da arte, da educação e da cultura. O local abriga salas destinadas a atividades educativas, exposições, palestras, apresentações musicais, oficinas, saraus e demais eventos culturais. Espaço não tombado.
- d) Biblioteca Municipal Raul de Leoni:** Biblioteca pública com acervo aproximado de 20.000 títulos, instalada em edificação com estrutura metálica e vão livre no térreo, de autoria do arquiteto Wanildo de Carvalho. Integra o conjunto da Praça Rotary, juntamente com o Espaço das Artes Zélia Arbex. Abriga ainda a Sala Cultural Alexandre Germaine, espaço de exposições, e o Espaço Kids, com programação cultural contínua. Espaço não tombado.
- e) Jardim dos Inocentes:** Área integrante do projeto de urbanização da vila operária, implantada em

1943. Espaço de lazer concebido para uso comunitário, frequentado nos primeiros anos da cidade por babás e mães com crianças para banho de sol, o que originou sua denominação. Atualmente, constitui área agradável, cercada por restaurantes, bares e cafés, conectando o complexo cultural da Biblioteca Municipal à Igreja Santa Cecília. Espaço não tombado.

6.4.2.3 *Imateriais*

- a) **Projeto Arigó:** É uma iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Volta Redonda, voltada à promoção e valorização do artesanato local. Tem como objetivo fortalecer a identidade cultural do município e apoiar a comunidade de artesãos, incentivando a produção, a divulgação e a comercialização de produtos artesanais.
- b) **Povos de Terreiro:** Conjunto de práticas religiosas, saberes tradicionais, rituais, festejos e formas de organização comunitária vinculadas às religiões de matriz africana. Reconhecidos como patrimônio cultural imaterial do município pela Lei Municipal nº 6.643, de 2025.
- c) **Festa do Folclore:** Celebração local que reúne

danças folclóricas, comidas típicas e manifestações culturais dos grupos de convivência, desempenhando papel fundamental na preservação e transmissão das tradições populares do município.

- d) **Arraiá da Cidadania:** Evento junino tradicional promovido pelo Poder Público Municipal, que articula manifestações culturais, gastronomia típica e interação comunitária, consolidando-se como importante festividade do calendário cultural local.
- e) **Marco Zero Cultural:** Evento cultural realizado mensalmente no bairro Niterói, reunindo feira de artesanato, apresentações musicais com foco em música tradicional e modas de viola raiz, além de exposições artísticas. Utiliza o espaço simbólico do Marco Zero para a promoção e valorização da cultura local.
- f) **Festival de Inverno de Volta Redonda (Fundação CSN):** Evento cultural com programação diversificada nas áreas de artes visuais, música, teatro e oficinas, promovido pela Fundação CSN, articulando manifestações da cultura popular e da produção artística contemporânea, atraindo público local e visitantes de outras regiões.

O levantamento dos patrimônios culturais de Volta Redonda identificou um conjunto significativo de bens materiais e imateriais com potencial turístico. Todos esses patrimônios necessitam ser preservados, pois transmitem a história da cidade e a colocam em posição de destaque no âmbito do turismo cultural.

6.4.3 Políticas Públicas e Projetos Vigentes

Após a análise dos atrativos culturais, destacaremos alguns projetos vigentes no município relacionados ao turismo e a cultura. Destaca-se que existem três projetos principais da cidade. O primeiro é o projeto “Turistando em VR” que foi criado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, com base no mapeamento de atrativos culturais, históricos e naturais da cidade. A criação dos roteiros culturais partiu da ideia de conectar pontos simbólicos, como o Memorial 9 de Novembro, o Espaço de Artes Zélia Arbex, o Memorial Zumbi, entre outros espaços culturais, formando narrativas que misturam memória operária, arte e história regional. O projeto conta com o apoio de guias locais, artesãos e produtores culturais, priorizando experiências educativas e vivências de pertencimento. Os circuitos guiados, ajudaram a testar a viabilidade logística dos roteiros, com integração entre cultura, economia criativa e turismo. Diversas instituições e profissionais participam do “Turistando em VR”, como a Secretaria Municipal de Turismo, a Secretaria de Cultura, o COMTUR, guias de turismo,

artistas e empreendedores locais. O projeto “Turistando em VR” é uma iniciativa estratégica voltada para a promoção do potencial turístico da cidade. Este programa trabalha na criação de campanhas de marketing, no desenvolvimento de novos atrativos e na melhoria da infraestrutura turística, visando tornar Volta Redonda um destino cada vez mais atrativo para visitantes.

O projeto “Turistando em VR” que começou em 2017, com uma proposta de tornar a cidade um ponto de apoio para o turismo regional, mudou o foco a partir de 2019, e seu objetivo passou a ser valorizar o que a própria cidade tem de único, sua história, cultura, espaços e memória. Essa virada de “em volta” (região) para “em Volta” (da cidade de Volta Redonda) simboliza um novo olhar, mais voltado à identidade local. O projeto hoje conta com parcerias com universidades e instituições culturais, o que mostra um trabalho coletivo forte. Mesmo sem dados numéricos divulgados, já é possível identificar resultados concretos na forma como os moradores e empreendedores estão se envolvendo mais com a cultura local. Vale lembrar que o projeto é feito em uma van que leva moradores e visitantes para conhecer os principais pontos turísticos, históricos, culturais, de lazer e áreas verdes do município. O itinerário inicial começa com os seguintes atrativos: o Memorial 9 de Novembro, o Hotel Bela Vista, o Jardim dos Inocentes, a Igreja Santa Cecília, a Escola Técnica Pandiá Calógeras, a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Praça Brasil e o Memorial Zumbi. A ideia é que no futuro, novos locais sejam incluídos.

Em uma conversa informal com o assessor, guia de tu-

rismo e atendente do Centro de Informações Turísticas de Volta Redonda, Anderson Silva, ele discorreu sobre o “Turistando em VR”, informando que é um projeto que se iniciou efetivamente em março, com a aquisição de uma van que a secretaria conseguiu com capacidade para 18 a 19 pessoas. O projeto iniciou fazendo parcerias com outras secretarias como a Secretaria da Juventude, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que foram os primeiros públicos atendidos. Após, realizaram parceria com a Secretária de Educação e posteriormente escolas e outras instituições ou grupos sociais que conseguiram fazer contato com os organizadores do projeto, o que foi atendendo as demandas de cada grupo e fazendo os agendamentos. Os atendimentos são feitos em dois horários em diversos dias da semana e também dedica algumas datas todos os meses para fazer atendimento ao público em geral, sendo necessário fazer o cadastro através do link enviado pelo whatsapp ou indo presencialmente ao centro de atendimento ao turista que fica na rodoviária da cidade, onde são transmitidas todas as informações. Pode-se dizer que hoje o turistando tem 4 roteiros estabelecidos (City Tour Cultural, Marco Zero Cultural, Rua de Compras, Arte Urbana e Graffiti), e outros dois com grande possibilidades de serem efetivados no mês de novembro de 2025, e também sempre quando acontece algum evento na cidade, como tem no final de novembro e início de dezembro o Circuito das Luzes, que é mais uma oportunidade de conhecer a cidade e seus eventos, e em Julho, que ocorreu o City Tour Zoológico Municipal, um city tour noturno (uma visita noturna

ao zoológico, que foi uma oportunidade diferente), onde as pessoas que só têm o hábito de visitar o espaço durante o dia e não tem acesso aos animais com hábitos noturnos. Entende-se que a secretaria de turismo vem sempre encontrando possibilidades e entendendo qual é a forma de motivar as práticas do turismo e apresentando lazer para a população e para o visitante.

No primeiro semestre de 2026 pretende-se inaugurar o Museu de Ciências da cidade, um museu interativo, mais um chamariz do que se imagina para a região do Vale do Café.

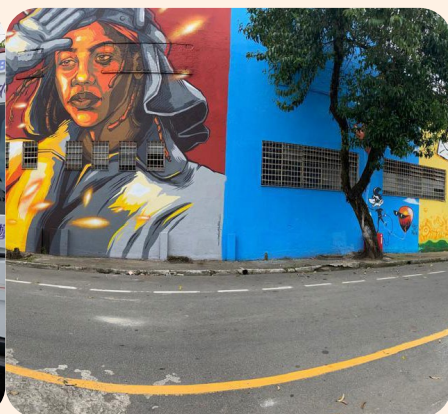
Imagem 1

Tour Cultural Hotel Bela Vista



Imagem 2

Tour Circuito das Artes



Fonte: Prefeitura de Volta Redonda (2025)

O segundo projeto gira em torno do Marco Zero, que é onde tudo começou. O Marco Zero Volta Redonda é um local simbólico que marca o início da ocupação urbana de Volta Redonda. Esse ponto em frente a Igreja de Santo Antônio faz referência ao antigo Povoado de Santo Antônio da Volta Redonda, que se desenvolveu às margens da curva do Rio Paraíba do Sul. O Marco Zero representa a conexão entre passado e presente, reforçando a identidade, a memória e o sentimento de pertencimento dos moradores de Volta Redonda. Inaugurado no dia 31 de Julho de 2025 por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o monumento está localizado na Praça Cardeal Pacelli, no bairro Niterói - Vr, em frente à tradicional Paróquia de Santo Antônio, um local histórico. Este local foi uma terra cedida para que tivesse um espaço de cunho religioso. O marco zero fica de frente para a Igreja e todo último domingo do mês, em parceria com a Secretaria de Cultura da cidade é feito uma edição especial do Marco Zero Cultural, onde é fechada a rua em frente a Igreja, colocado os projetos de artesanato tanto do Projeto Arigó, como todo o artesanato que é feito na cidade. Também é feito apresentações musicais, venda da pizza frita que é um costume e popular na cidade, e hoje é considerada patrimônio alimentar cultural do município.

Imagem 4

Local do Marco Zero



Imagem 5

Marco Zero VR



Fonte: arquivo pessoal (2025)

Por fim, segundo informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, temos o Projeto Arigó, uma iniciativa que visa promover e valorizar o artesanato local. O projeto busca fortalecer a identidade cultural da cidade e apoiar a comunidade de artesãos, incentivando a produção e a comercialização de produtos artesanais.

Arigó é uma denominação que teve muita popularidade na cidade e que é utilizada para se referir ao trabalhador que

migrou para trabalhar na expansão industrial vindo de diversas partes do Brasil, principalmente, dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Ficaram assim, conhecidos como Arigós, em uma acepção com uma ave tipicamente brasileira e migratória.

Hoje, em um movimento de valorização da identidade de trabalho do município, a Prefeitura de Volta Redonda desenvolve com os artesãos um projeto de valorização da identidade local por meio da produção de souvenirs em uma série que está se constituindo como um símbolo da cidade. Os Arigós, em interpretações livres em materiais e representações variadas, visam valorizar a riqueza e diversidade produzida pelos coletivos, como também retomar com o devido valor que merecem.

Os objetivos e impactos do Projeto Arigó contribuem para a Valorização do Artesanato de Volta Redonda; o Desenvolvimento Econômico Local e a Promoção Cultural da Identidade de Volta Redonda. As principais ações e realizações do projeto são o Lançamento da Logomarca que em fevereiro de 2023 foi realizada a apresentação da proposta da nova logomarca do Projeto Arigó, desenvolvida em parceria com o Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), com votação entre os participantes do projeto.

Esta identidade visual foi criada para destacar o artesanato local e aumentar o reconhecimento dos produtos artesanais da cidade; as Oficinas de Capacitação, sendo a Oficina de Fotografia para Produtos; esta oficina forneceu habilidades e técnicas para capturar e apresentar os produtos artesanais

de forma atraente, a Oficina de Marketing de Produtos Artesanais; onde os artesãos participaram de treinamentos sobre estratégias de marketing para melhorar a visibilidade e o alcance de seus produtos; e a Participação em Feiras, como no Salão do Turismo 2019, ABAV Expo 2023, Expo Rio 2022/2023/2024, Megacidade 2023/2024, Liquida VR 2022/2023/2024, Bienal do Livro, Ação de vendas no Terminal Rodoviário Novo Rio (Atual Gentileza), FlumiSul, com apresentação do case do projeto, Fóruns de Turismo de Vassouras (2022) e Miguel Pereira (2024) com apresentação do case do projeto e venda, destacando o artesanato local.

Imagem 6 - Artesanato Projeto Arigó



Fonte: arquivo pessoal (2025)

Na entrevista com a Diretora de Turismo ela contemplou vários aspectos sobre a promoção do turismo na cidade, onde falou que o maior desafio é a percepção do patrimônio e da valorização da história recente, e no caso de Volta Redonda da preservação de uma memória que está ligada ao trabalho e ao trabalhador, onde não há uma valorização da micro-história interferindo na valorização e na percepção do que deve ou não ser preservado. Colocou em pauta que a cidade possui atributos únicos que são a base de trabalho para o Turismo, tais como rede de serviços e infraestrutura, assim como aspectos identitários singulares que são bases para projetos futuros da secretaria para posicionar Volta Redonda como um destino turístico competitivo. Destacou ainda que a medição dos visitantes é realizada por cada equipamento turístico, dentro de sua autonomia de gestão, destacando que atualmente a cidade não apresenta fluxos turísticos caracterizados como “de massa”, mas vem apostando em um crescimento sustentável, planejado e com foco na preservação.

A Diretora também contou que está sendo desenvolvido um inventário da oferta turística em parceria com a UFF. “O Inventário Turístico de Volta Redonda, está sendo desenvolvido por meio de um convênio da administração municipal com os Cursos de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal Fluminense (UFF), o que consiste em um minucioso mapeamento que permite a identificação da oferta de serviços, equipamentos de apoio ao morador e turista, identificação de locais potenciais e reais de visitação turística, mas não há uma data para a

finalização e em breve ele será disponibilizado.

Falou também sobre os projetos que já estão sendo realizados, como a criação de eventos como o Marco Zero Cultural (local de fundação da cidade), o projeto Arigó (artesanato de valorização da identidade local), o city tour Turistando em VR (que leva pessoas para os equipamentos culturais), city tours temáticos como o de arte urbana, apresentação do município em eventos de Turismo, podcast “TurisCast VR” (Episódios que exploram a cultura e as curiosidades de Volta Redonda e região), redes sociais, sinalização turística, site, folheteria, vídeos, dentre outros; e que estes trabalhos são desenvolvidos em conjunto com a Secretaria de Cultura. Sobre a capacitação de profissionais, informou que já foram feitas algumas formações, capacitando guias e artesãos, um fórum e estão com um novo projeto de formação em tramitação (não comentou ou apresentou os detalhes), diz também sobre a solicitação formal ao governo do estado e ao consórcio CECIERJ para formações especializadas, mas não obtiveram êxito.

Destacou-se ainda as parcerias com a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), o Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura do Estado do Rio de Janeiro; às secretarias de Cultura e Meio Ambiente, negócios locais, artesãos, equipamentos culturais como o GACEMSS e o Clube Palmares, dentre muitos outros. Por outro lado, colocou que existe uma expectativa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de ser agente de fomento à valorização da cultura local. Acreditando que quanto

mais ações e projetos desenvolverem nesse sentido, com roteiros da iniciativa privada sendo desenvolvidos, o artesanato do projeto Arigó (valorização local) abrindo frentes de trabalho de forma independente, negócios locais se apropriando de aspectos da identidade local, coisas que já estão acontecendo. Por fim, informou que as perspectivas futuras giram em torno de consolidar as ações atuais, investir em recursos de fomento à valorização da história e cultura local, atrair novos negócios para a cidade, incrementar a economia do turismo, empregar mais recursos de profissionalização da gestão e do mercado.

No geral, a entrevista mostrou uma gestão comprometida em unir passado, presente e futuro, valorizando a cultura local, fortalecendo a economia e construindo uma imagem autêntica da cidade como destino cultural do Vale do Café.

A entrevista foi realizada apenas com um profissional, pois a entrevistada é a Diretora de Turismo da cidade, sendo a principal responsável pela coordenação e promoção das políticas públicas e ações relacionadas ao turismo cultural em Volta Redonda. Por ocupar um cargo estratégico na gestão pública, ela possui informações confiáveis e atuais sobre os projetos, os desafios, as decisões institucionais e as perspectivas para o setor. Dessa forma, a participação da Débora Cândido contribuiu para fornecer dados suficientes e centralizados para responder aos problemas desta pesquisa, sem comprometer a profundidade desta análise.

Todas essas ações têm mostrado como a Secretaria de Desenvolvimento e Turismo da cidade vem se desenvolvendo

para atrair turistas e visitantes, promovendo a cultura local e os espaços culturais existentes através do turismo, colocando a cidade como um novo destino turístico sendo desenvolvido. E por mais que alguns avanços sejam notados, há ainda um caminho a ser percorrido para que o turismo cultural se consolide na cidade.

6.5 Considerações Finais

A realização desta pesquisa, nos permitiu compreender que a cidade de Volta Redonda possui um patrimônio cultural, diversificado e com potencial para o desenvolvimento do Turismo Cultural e sustentável. Porém, analisou-se que todo esse potencial turístico não é totalmente usado pelas políticas públicas integradas, por ações contínuas e estratégias estabelecidas com poder de transformar esses recursos culturais em atrativos turísticos consolidados. A partir do estudo das legislações do município, da análise documental e da entrevista com a Diretora de turismo da cidade, Débora Cândido, foi possível identificar alguns avanços recentes, mas também as limitações estruturais que impactam justamente a gestão cultural e turística do município.

Os resultados vêm demonstrando a presença de iniciativas relevantes, como o city tour ‘Turistando em VR’, o ‘Marco Zero Cultural’, o podcast ‘TurisCast Vr’, o ‘Projeto Arigó’ entre outros, que buscam evidenciar um movimento crescente da valorização da memória coletiva, da identidade operária e da iden-

tidade cultural local. Essas iniciativas revelam que o poder público tem se esforçado para aproximar a comunidade, a cultura e o turismo criando oportunidades para fortalecer a economia criativa trabalhando o sentimento de pertencimento.

Contudo, observa-se que essas ações precisam de mais foco, continuidade e articulação entre os setores. Percebemos assim a fragilidade de políticas integradas, a ausência de dados mais consolidados e uma lentidão na atualização de instrumentos importantes como o inventário turístico, que acabam sendo fatores que dificultam a consolidação de uma política cultural e turística sólida.

Sendo assim, também é importante destacar as limitações na realização desta pesquisa, como a pouca frequência e limitação de pessoas nas rotas do city tour “Turistando em VR”, o que acabou impossibilitando a participação em mais edições e limitou as observações a apenas um roteiro; a indisponibilidade do Plano Municipal de Turismo, documento primordial para compreender diretrizes, metas e ações estratégicas, que dificultou ter uma análise mais completa das políticas públicas voltadas ao setor; O tempo disponível para o desenvolvimento do estudo, muitas atividades profissionais e pessoais que nos impediu de aprofundar mais o tema, o que restringiu a possibilidade de visitas prolongadas a campo; e a indisponibilidade de profissionais da área para o aprofundamento de entrevistas com envolvidos na gestão cultural e turística do município. Apesar dessas limitações, os dados reunidos foram suficientes para construir um diagnóstico consistente sobre o cenário cultural e

turístico de Volta Redonda e para propor reflexões sobre a gestão sustentável do patrimônio cultural local.

Analisa-se que a gestão sustentável do patrimônio cultural de Volta Redonda depende de uma governança mais participativa, baseada em um diálogo constante entre poder público, instituições culturais, iniciativa privada, universidades e comunidade local. E assim, essa relação entre cultura, turismo e educação se apresenta como caminhos estratégicos que fortalecem os processos identitários, a preservação dos bens culturais e a diversificação da economia municipal. Reconhecendo todo esse patrimônio material e imaterial como um recurso para o desenvolvimento e não só como herança cultural, fortalece a importância de políticas contínuas, de ações educativas e de investimentos que promovem experiências turísticas autênticas e sustentáveis.

Sendo assim, este trabalho contribui para ampliar a reflexão sobre a necessidade de integrar planejamento territorial, preservação cultural e práticas turísticas, mostrando que Volta Redonda está em um momento de transição. A cidade contempla as condições fundamentais para transformar seu patrimônio cultural em um fator de crescimento para o desenvolvimento local, desde que sejam fortalecidos os mecanismos de gestão sustentável, aliada a participação social e garantida a continuidade das iniciativas já implantadas. Espera-se que as ações já realizadas continuem e se tornem constantes no município, e que os resultados desta pesquisa possam subsidiar futuros estudos, orientar políticas públicas e estimular o avanço de um

turismo cultural comprometido com a memória, o afeto e a identidade da cidade do aço.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, **2011**.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: SENAC, **2008**.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é patrimônio cultural**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, **2007**. (Coleção Primeiros Passos).

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Selo Caixa Gestão Sustentável: critérios ESG aplicados à gestão pública**. Brasília: Caixa, 2024. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/selo-gestao-sustentavel/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo**. Disponível em: <https://sapl.voltaredonda.rj.leg.br/ta/4/text?>. Acesso em: 1º nov. 2025.

CENTRO CULTURAL FCSN. **Centro Cultural Fundação CSN.** Disponível em: <https://centroculturalfcsn.org.br/>. Acesso em: 28 out. 2025.

DIÁRIO DO VALE. **Plano Municipal de Turismo é assinado em Volta Redonda.** Diário do Vale, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/regiao/plano-municipal-de-turismo-e-assinado-em-volta-redonda/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

DIÁRIO DO VALE. VR: **“Arraiá da Cidadania” é Patrimônio Cultural Imaterial.** Volta Redonda – RJ 22 jul. 2024. Disponível em: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/arraia-da-cidadania-e-patrimonio-cultural-imaterial/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Rio de Janeiro – Volta Redonda – História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural.** 2016. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/manual_referencia_gestao_do_patrimonio_mundial_cultural.pdf. Acesso em: 22 set. 2025.

JOIAS RARAS DE VOLTA REDONDA. **Joias Raras de Volta Redonda.** Disponível em: <https://www.joiasrarasvoltaredonda.com.br/>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MACHADO, R. X. **Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável:** desafios e possibilidades para os municípios brasileiros. Revista GeoPantanal, Dourados, v. 19, n. 37, p.64, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/rev-geo>. Acesso em: 9 jun. 2025.

O DIA. **Lei municipal reconhece Povos de Terreiro como patrimônio cultural imaterial em Volta Redonda.** 2025. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2025/08/7105520-lei-municipal-reconhece-povos-de-terreiro-como-patrimonio-cultural-imaterial-em-volta-redonda.html>. Acesso em: 30 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Making Tourism More Sustainable:** A Guide for Policy Makers. Madri: OMT, 2005. Disponível em: [Tornando o turismo mais sustentável: um guia para formuladores de políticas | PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente](#). Acesso em: 22 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Faço e Traço:** a produção cultural de Volta Redonda e a construção das identidades na Cidade do Aço – 1954–2020. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/servicos/8-interno/3086-fa%C3%A7o-e-tra%C3%A7o-a-produ%C3%A7%C3%A3o-cultural-de-volta-redonda-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-das-i>

[dentidades-na-cidade-do-a%C3%A7o-1954-2020/](#). Acesso em: 4 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Imóveis Tombados**. Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/imoveistombados/>. Acesso em: 29 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Patrimônio Cultural** - Secretaria Municipal de Cultura de Volta Redonda. Disponível em: https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/patrimoniocultural/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 4 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Política Cultural**. Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <https://cultura.voltaredonda.rj.gov.br/politica-cultural/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. Portal da Transparência – Volta Redonda. Disponível em: <https://www2.voltaredonda.rj.gov.br/transparencia/mod/legislacao/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Programas e Políticas Urbanas**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Disponível em: <https://www2.voltaredonda.rj.gov.br/ippu/index.php/8/29>. Acesso em: 27 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Volta Redonda recebe R\$ 1,7 milhão para fomentar projetos culturais e beneficiar pontos de cultura.** 22 mai. 2024. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/comunicacao/noticias/14-smc/8469-volta-redonda-recebe-r%241,7-milh%-C3%A3o-para-fomentar-projetos-culturais-e-beneficiar-pontos-de-cultura>. Acesso em: 25 out. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA. **Volta Redonda: programa ‘Turistando em VR’ adquire veículo próprio para circular por roteiros locais.** Volta Redonda: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/comunicacao/noticias/31-smdet/9593-volta-redonda-programa-%E2%80%98turistando-em-vr%E2%80%99-adquire-ve%C3%ADculo-pr%C3%B3prio-para-circular-por-roteiros-locais/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

PREFEITURA DE VOLTA REDONDA / Secretaria Municipal de Comunicação. **Volta Redonda terá city tour dedicado à arte urbana.** Prefeitura de Volta Redonda. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/comunicacao/noticias/14-smc/9894-volta-redonda-ter%C3%A1-city-tour-dedicado-%C3%A0-arte-urbana/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

TURISMO EM VOLTA. **Artesanato** – Turismo em Volta. Disponível em: <https://turismo.voltaredonda.rj.gov.br/artesanato/>.

Acesso em: 30 out. 2025.

TURISMO EM VOLTA. **Cultura e Patrimônio** – Turismo em Volta. Disponível em: <https://turismo.voltaredonda.rj.gov.br/cultura-patrimonio/>. Acesso em: 30 out. 2025.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

VOLTA REDONDA (RJ). **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo**. Balanço de Atividades do Turismo – 2021/2022. Volta Redonda, 2022. Disponível em: <https://www.voltaredonda.rj.gov.br/comunicacao/noticias/31-smdet/6067-turismo-secretaria-faz-balan%C3%A7o-das-a%C3%A7%C3%B5es-de-2022-em-volta-redonda/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

Conclusão Editorial

Esta coletânea reafirma o entendimento do turismo como fenômeno social, econômico e territorial, cuja relevância extrapola a dimensão do mercado e se insere no campo do planejamento público, da gestão do patrimônio e do desenvolvimento sustentável. Tal como destacado na Apresentação, pensar o turismo em contextos marcados por fragilidades institucionais, pressões socioambientais e desigualdades regionais exige abordagens integradas, capazes de articular políticas públicas, governança, participação social e valorização dos territórios.

Os capítulos reunidos ao longo da obra evidenciam essa perspectiva ao analisar o turismo como instrumento de ordenamento territorial, fortalecimento de identidades locais e promoção do desenvolvimento sustentável. A partir de diferentes recortes empíricos e metodológicos, os estudos demonstram que a sustentabilidade do turismo depende menos da intensificação dos fluxos e mais da capacidade de planejar, gerir e monitorar o uso dos territórios, especialmente aqueles dotados de patrimônio natural, cultural e arqueológico sensível.

A opção editorial por reunir análises que incidem, em alguns casos, sobre os mesmos territórios, como a Laguna Mundaú e o Parque Municipal Pedra do Castelo, sob enfoques distintos, confirma o caráter interdisciplinar do campo turístico e reforça a complexidade dos desafios enfrentados por destinos emergentes. Essa estratégia permite aprofundar a compreensão dos territórios a partir de múltiplas dimensões: ambiental,

sociocultural, econômica e político-institucional, a partir da centralidade conferida à escala local e às comunidades que habitam os territórios turísticos, conforme defendido no texto de abertura da obra. Neste sentido, os capítulos mostram que a valorização do patrimônio, a conservação ambiental e a geração de benefícios socioeconômicos só se tornam efetivas quando ancoradas em processos participativos, em arranjos de governança e em práticas de planejamento que reconheçam os saberes, as percepções e as necessidades das populações locais.

Do ponto de vista acadêmico, a coletânea reafirma o turismo como campo de conhecimento interdisciplinar, capaz de dialogar com a cultura, o meio ambiente, a economia e a gestão pública. Os trabalhos aqui apresentados, oriundos de pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação em Turismo, demonstram a potência da pesquisa aplicada como instrumento de leitura crítica da realidade e como base para proposições que dialogam com políticas públicas e práticas de gestão territorial. Assim, ao retomar os propósitos explicitados na Apresentação, esta Conclusão Editorial reforça que a obra não se limita a reunir estudos de caso, mas busca contribuir para o debate contemporâneo sobre o turismo como política pública e como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Espera-se que os textos aqui reunidos sirvam tanto como referência acadêmica quanto como subsídio para gestores, profissionais e pesquisadores interessados em construir práticas turísticas mais responsáveis, inclusivas e comprometidas com a valorização dos territórios e de suas populações.

TURISMO, PLANEJAMENTO E SUSTANTABILIDADE

Gestão Territorial, Patrimônio
e Desenvolvimento Local

